



PNA 2022

PLANO DE NEGÓCIOS ANUAL

VERSÃO REVISTA E ATUALIZADA – AGO.22

CICLO 2022-2026

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL

AGOSTO DE 2022

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE

Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Junior

MEMBROS

Bruno Rodamilans Lowe Stukart

Mario Jorge Daher

Paulo Cesar Magalhães Domingues

Rafaella Peçanha Guzela

Thiago Vasconcelos Barral Ferreira

CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE

Maurício de Oliveira Abi-Chahin

MEMBROS

Luís Felipe Monteiro Serrão

Edson Antônio da Costa Neres

COMITÊ DE AUDITORIA

PRESIDENTE

Herbert Adriano Quirino dos Santos

MEMBROS

Joaquim Rubens Fontes Filho

Luis Carlos da Conceição Freitas

DIRETORIA EXECUTIVA

PRESIDENTE

Thiago Vasconcelos Barral Ferreira

DIRETORES

ESTUDOS ECONÔMICO-ENERGÉTICOS E AMBIENTAIS

Giovani Vitória Machado

ESTUDOS DE ENERGIA ELÉTRICA

Erik Eduardo Rego

ESTUDOS DO PETRÓLEO, GÁS E BIOCOMBUSTÍVEIS

Heloisa Borges Bastos Esteves

GESTÃO CORPORATIVA

Angela Livino Regina de Carvalho

ASSESSORIA DA PRESIDÊNCIA

ASSESSOR – PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Camila de Araújo Ferraz

ESTAGIÁRIOS

Divina Emanuela da Silva Alves

João Daniel de Figueiredo Ferreira

Katrine Eduarda Soares Constante

Lucas Aurélio da Silva Cerqueira

COMITÊ EXECUTIVO DE GESTÃO ESTRATÉGICA

PRESIDENTE

Camila de Araújo Ferraz (PR | GAB)

SECRETÁRIA

Aretha de Souza Vidal Campos (PR | PCS)

MEMBROS TITULARES

Elzenclever Freitas de Aguiar (PR | CGR)

Fernanda Fidelis Paschoalino (DEE | SGE)

João Marcos do Carmo Giordano (DGC | STI)

Luciano Basto Oliveira (DEA | SEE)

Paula Isabel da Costa Barbosa (DPG | SDB)

MEMBROS SUPLENTE

Adriana Queiroz Ramos (DPG | SPG)

Fábio de Almeida Rocha (DEE | STE)

Mariana de Assis Espécie (PR | GAB)

Mariana Gonçalves de Azevedo (DGC | SRF)

Mariana Rodrigues de Carvalhaes Pinheiro (DEA | SMA)

SUMÁRIO

| | | |
|----|---|-----|
| 01 | Os instrumentos de Gestão Estratégica da Empresa de Pesquisa Energética | 06 |
| 02 | Motivação da revisão e atualização do PNA 2022 em agosto de 2022 | 11 |
| 03 | O Plano de Negócios Anual PNA 2022 | 14 |
| | Portfólio de Ações Recorrentes para o Planejamento Energético ARP | 17 |
| | Portfólio de Ações de Suporte e Assessoramento à Política Pública ASP | 31 |
| | Portfólio de Ações Transformadoras ATF | 43 |
| | Portfólio de Ações de Tratamento de Riscos Estratégicos ATR | 62 |
| | Portfólio de Ações de Comunicação e Participação Social ACP | 89 |
| | Portfólio de Ações Recorrentes de Governança E Gestão ARG | 103 |
| 04 | Monitoramento | 105 |

SIGLAS DE MENUS

ÁREAS COM AÇÕES ESTRATÉGICAS NO PLANO DE NEGÓCIOS

DIRETORIA EXECUTIVA

| | |
|-----|---|
| PR | Presidência |
| DEE | Diretoria de Estudos de Energia Elétrica |
| DEA | Diretoria de Estudos Econômico-Energéticos e Ambientais |
| DPG | Diretoria de Estudos do Petróleo, Gás e Biocombustíveis |
| DGC | Diretoria de Gestão Corporativa |

SUPERINTENDÊNCIAS E ÁREAS EQUIVALENTES

| | |
|-----------|---|
| PR GAB | Gabinete da PR |
| PR CGR | Área de Conformidade e Gerenciamento de Riscos |
| PR PCJ | Consultoria Jurídica |
| DEE GAB | Gabinete da DEE |
| DEE SEG | Superintendência de Projetos de Geração |
| DEE SGE | Superintendência de Planejamento da Geração |
| DEE STE | Superintendência de Transmissão de Energia |
| DEA GAB | Gabinete da DEA |
| DEA SEE | Superintendência de Estudos Econômicos e Energéticos |
| DEA SMA | Superintendência de Meio Ambiente |
| DPG GAB | Gabinete da DPG |
| DPG SDB | Superintendência de Derivados de Petróleo e Biocombustíveis |
| DPG SPG | Superintendência de Petróleo e Gás Natural |
| DGC GAB | Gabinete da DGC |
| DGC SGP | Superintendência de Gestão de Pessoas |
| DGC SRF | Superintendência de Recursos Financeiros |
| DGC SRL | Superintendência de Recursos Logísticos |
| DGC STI | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicações |

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS – CICLO 2021-2025

PERSPECTIVA DA SOCIEDADE

- S01 Estimular a modernização do ambiente de negócios e dos mecanismos de desenvolvimento da infraestrutura de energia no Brasil.
- S02 Fortalecer o diálogo com os múltiplos agentes do setor energético e demais partes interessadas, buscando consensos na promoção da transição energética nacional.

PERSPECTIVA DOS PROCESSOS FINALÍSTICOS

- PF01 Aprimorar a indicação de oportunidades de investimento no setor de energia, de forma integrada e isenta, visando à segurança energética nacional.
- PF02 Reduzir a assimetria de informações, favorecendo as tomadas de decisão nos setores de energia.
- PF03 Contribuir para a inovação, a transição energética e o desenvolvimento de novos modelos de negócios no setor energético.
- PF04 Aprimorar o assessoramento ao Ministério de Minas e Energia e às entidades responsáveis pela formulação da Política Energética Nacional.

PERSPECTIVA DOS PROCESSOS DE APOIO À GESTÃO

- AG01 Fortalecer a cultura de governança, visando à consolidação da gestão estratégica, de riscos e integridade, em consonância com as diretrizes governamentais e as melhores práticas do mercado.
- AG02 Aprimorar a gestão do conhecimento, a cultura de inovação e a eficiência corporativa, consolidando instrumentos de gestão e a integração entre as áreas.
Fortalecer a infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC), ampliando as soluções tecnológicas e a entrega de sistemas de informação, suporte a Data Science e processamento de alto desempenho.
- AG03 Aperfeiçoar a gestão de pessoas, mediante a valorização do ser humano, visando o aprimoramento contínuo do conhecimento, a retenção dos talentos e o desenvolvimento gerencial.
- AG04 Aprimorar a gestão orçamentária para incrementar a qualidade do gasto, integrada aos instrumentos de gestão, avançando na obtenção de fontes de financiamento, com vistas a assegurar os recursos necessários para o cumprimento dos objetivos organizacionais.



MAPA ESTRATÉGICO EPE (2022-2026)

MISSÃO

Realizar estudos e pesquisas de alta qualidade visando subsidiar o planejamento, o desenvolvimento e a política energética nacional.

VISÃO

Ser uma organização proativa, inovadora e reconhecida por sua excelência técnica em estudos e pesquisas no setor energético.

PROPÓSITO

O futuro da energia começa na EPE.

SOCIEDADE



Estimular a modernização do ambiente de negócios e dos mecanismos de desenvolvimento da infraestrutura de energia no Brasil

Fortalecer o diálogo com os múltiplos agentes do setor energético e demais partes interessadas, buscando consensos na promoção da transição energética nacional

PROCESSOS FINALÍSTICOS

Aprimorar a indicação de oportunidades de investimento no setor de energia, de forma integrada e isenta, visando à segurança energética nacional

Reduzir a assimetria de informações, favorecendo as tomadas de decisão nos setores de energia

Contribuir para a inovação, a transição energética e o desenvolvimento de novos modelos de negócios no setor energético

Aprimorar o assessoramento ao Ministério de Minas e Energia e às entidades responsáveis pela formulação da Política Energética Nacional

APOIO À GESTÃO

Fortalecer a cultura de governança, visando à consolidação da gestão estratégica, de riscos e integridade, em consonância com as diretrizes governamentais e as melhores práticas do mercado

Aprimorar a gestão do conhecimento, a cultura de inovação e a eficiência corporativa, consolidando instrumentos de gestão e a integração entre as áreas

Fortalecer a infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC), ampliando as soluções tecnológicas e a entrega de sistemas de informação, suporte a Data Science e processamento de alto desempenho

Aperfeiçoar a gestão de pessoas, mediante a valorização do ser humano, visando ao aprimoramento contínuo do conhecimento, à retenção dos talentos e ao desenvolvimento gerencial

Aprimorar a gestão orçamentária para incrementar a qualidade do gasto, integrada aos instrumentos de gestão, avançando na obtenção de fontes de financiamento, com vistas a assegurar os recursos necessários para o cumprimento dos objetivos organizacionais

NOSSOS VALORES

DIÁLOGO . ÉTICA . COMPROMETIMENTO . INOVAÇÃO . RESPEITO AO SER HUMANO





OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO ESTRATÉGICA DA EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA

OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO ESTRATÉGICA DA EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA

O Planejamento Estratégico da Empresa de Pesquisa Energética – EPE é uma ferramenta de gestão que mapeia o caminho e as estratégias para atingir os objetivos de curto, médio e longo prazos da organização. Ele funciona como um roteiro, que determina não apenas onde a empresa está, mas também aonde ela quer chegar e quais são as ações necessárias para cumprir esta jornada.

Trata-se, portanto, de um processo contínuo e sistemático de tomada de decisão empresarial, com base em profundo conhecimento do futuro do negócio, incluindo os esforços necessários para aplicar essas decisões, medir resultados e prover *feedback*.

Construído para se adaptar à natureza dos negócios da organização, o Planejamento Estratégico da EPE se desdobra em três dimensões, cada qual sob gestão de distintos atores na empresa, conforme figura abaixo.



Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 - Seção VI - Da Diretoria

Art. 23. É condição para investidura em cargo de diretoria da empresa pública e da sociedade de economia mista a assunção de compromisso com metas e resultados específicos a serem alcançados, que deverá ser aprovado pelo Conselho de Administração, a quem incumbe fiscalizar seu cumprimento.

§ 1º Sem prejuízo do disposto no caput, a diretoria deverá apresentar, até a última reunião ordinária do Conselho de Administração do ano anterior, a quem compete sua aprovação:

I - plano de negócios para o exercício anual seguinte;

II - estratégia de longo prazo atualizada com análise de riscos e oportunidades para, no mínimo, os próximos 5 (cinco) anos.

§ 2º Compete ao Conselho de Administração, sob pena de seus integrantes responderem por omissão, promover anualmente análise de atendimento das metas e resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo, devendo publicar suas conclusões e informá-las ao Congresso Nacional, às Assembleias Legislativas, à Câmara Legislativa do Distrito Federal ou às Câmaras Municipais e aos respectivos tribunais de contas, quando houver.

§ 3º Excluem-se da obrigação de publicação a que se refere o § 2º as informações de natureza estratégica cuja divulgação possa ser comprovadamente prejudicial ao interesse da empresa pública ou da sociedade de economia mista.

Pela ótica estratégica, a EPE segue o que determina o art. 23 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e instituiu dois documentos, que são elaborados anualmente pelo Comitê Executivo de Gestão Estratégica – CGE-X, sob coordenação da Diretoria Executiva da EPE, e aprovados pelo Conselho de Administração até a última reunião ordinária de cada exercício anual. São eles:

- Plano Estratégico de Longo Prazo – PLP, para o ciclo de 5 anos posteriores; e
- Plano de Negócios Anual – PNA, para o ano seguinte.

O **Plano Estratégico de Longo Prazo – PLP**, intitulado até 2021 de Estratégia de Longo Prazo: Planejamento Estratégico Institucional – PEI, trata da identidade institucional – negócio, missão, visão, propósito e valores organizacionais –, dos objetivos e indicadores estratégicos, assim como das suas respectivas metas para 5 anos seguintes a sua aprovação.

Por esta razão, ele é um documento revisado anualmente pela empresa, onde as estratégias de longo prazo são avaliadas tanto pela Diretoria Executiva quanto pelo Conselho de Administração em relação às forças e fraquezas da organização, assim como as oportunidades e ameaças do ambiente no qual a EPE está inserida, de forma que ele retrate os desafios internos e externos da empresa.

Vale destacar que, entre 2012 e 2020, o Conselho de Administração da EPE deliberou anualmente pela aprovação de revisões e aprimoramentos em planos estratégicos de 4 anos – ciclos 2012-2015; 2016-2019; e 2020-2024 –, que seguiram a lógica quadrienal dos ciclos do Plano Plurianual – PPA, nomeando-os de Plano de Negócios, nos quais foram estabelecidas metas anuais para os indicadores que mediram o alcance dos objetivos estratégicos traçados para estes ciclos.

Em dezembro de 2020, na proposição do ciclo 2021-2025 do Planejamento Estratégico da EPE, atendendo ao estabelecido no parágrafo 1º do art. 23 da Lei nº 13.303/2016, houve a separação deste instrumento do Plano de Negócios Anual, ao contrário do que vinha sendo praticado.

Desta forma, o **Plano de Negócios Anual – PNA** se tornou o instrumento de Gestão Estratégica do Conselho de Administração que orienta as ações da Diretoria Executiva no exercício anual seguinte e apresenta o conjunto dos recursos orçamentários, humanos, logísticos e de tecnologia de informações e comunicações que viabilizarão as ações planejadas, bem como os riscos associados à sua realização, em conformidade com o que determina o inciso I do parágrafo 1º do art. 23 da Lei

nº 13.303/2016.

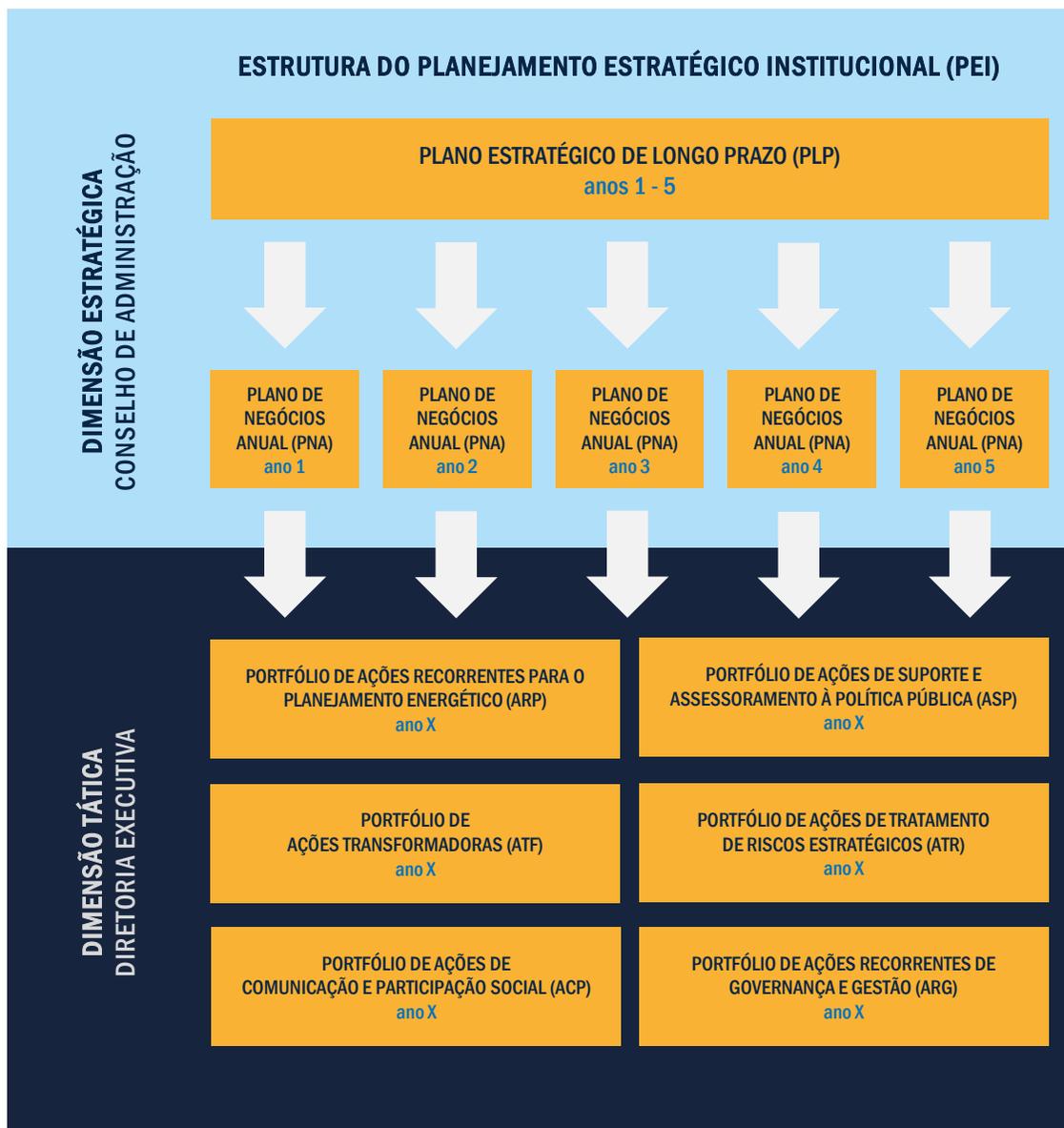
Além disso, é no Plano de Negócios Anual – PNA que o Conselho de Administração dá a instrução à Diretoria Executiva para elaborar os planos táticos do exercício anual seguinte, assim como define os indicadores, as metas e a periodicidade de monitoramento, com vistas à supervisão da eficiência das ações estratégicas da empresa para o atingimento dos objetivos estratégicos e alcance da visão institucional definidas nos médio e longo prazos, no âmbito do Plano Estratégico de Longo Prazo – PLP.

Por fim, o Plano de Negócios Anual – PNA determina que a Diretoria Executiva acompanhe a execução desses planos táticos por meio de indicadores que reflitam a evolução do escopo, do cronograma e do orçamento das ações – programas, projetos e processos – estratégicas estabelecidas, com vistas ao monitoramento, assim como a identificação de mudanças e correções necessárias de rota.

De acordo a proposição do Plano de Negócios Anual – PNA 2022, os planos táticos que a Diretoria Executiva da EPE deve estruturar e monitorar anualmente são:

- **Portfólio de Ações Recorrentes para o Planejamento Energético – ARP;**
- **Portfólio de Ações de Suporte e Assessoramento à Política Pública – ASP;**
- **Portfólio de Ações Transformadoras – ATF;**
- **Portfólio de Ações de Tratamento de Riscos Estratégicos – ATR;**
- **Portfólio de Ações de Comunicação e Participação Social – ACP; e**
- **Portfólio de Ações Recorrentes de Governança e Gestão – ARG.**

Vale destacar que, dependendo do grau de maturidade das ações estabelecidas ou das características



da ação, em especial aquelas cujo planejamento foge ao controle da EPE, alguns programas, projetos e processos terão seu acompanhamento de forma reativa, ou seja, observando-se os resultados a cada período e não comparando-os com um cronograma ou escopo previsto na largada.

Vale destacar que, enquanto os planos estratégicos são revistos anualmente pelo Conselho de Administração, os planos táticos podem ser revisados pela Diretoria Executiva a qualquer momento e as mudanças são consolidadas nos balanços trimestrais, previstos para abril, agosto e dezembro de cada ano.

A vantagem deste arranjo estratégico é conferir flexibilidade para que a administração da empresa possa responder com agilidade sobretudo às demandas Ministério de Minas e Energia – MME, ditadas pela agenda da Política Pública Nacional. Nesse sentido, é possível, em determinadas janelas, repriorizar programas, processos e projetos estratégicos para ampliar o impacto nos objetivos e indicadores estratégicos e, em última instância, aos clientes da empresa e sociedade em geral.

Este modelo de Gestão Estratégica foi desenvolvido e customizado para a natureza específica do negócio da EPE e representou um salto de qualidade em direção a uma cultura de resultados.

Os programas, projetos e processos contidos nos portfólios de ações estratégicas impactam mais ou menos os resultados da empresa, dependendo da complexidade, alcance, escopo, cronograma, riscos associados etc. Entretanto, todos eles estão assertivamente conectados à estratégia estabelecida. Além disso, tendo em vista a natureza dos trabalhos desenvolvidos pela EPE, o impacto de grande parte dos estudos e pesquisas não é imediato às suas entregas.

Assim, os 6 planos táticos citados são responsáveis por criar as condições para que as metas e os objetivos estratégicos estabelecidos no Plano Estratégico de Longo Prazo – PLP sejam atingidos. Por

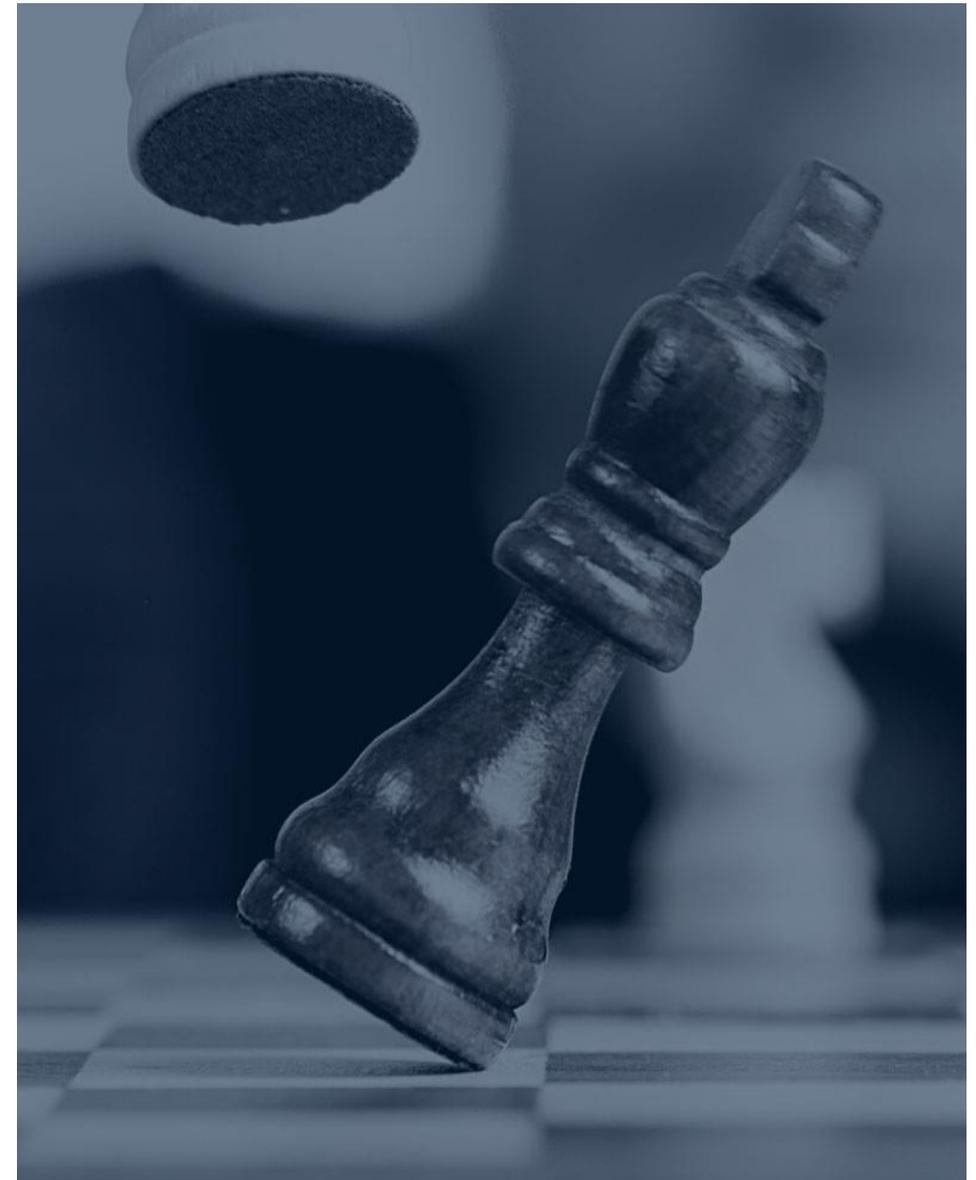
se tratar de um planejamento mais específico, suas ações são coordenadas e acompanhadas pelos membros da Diretoria Executiva e demais colaboradores que ocupam cargos gerenciais na empresa, tais como Superintendentes, Superintendentes Adjuntos e demais cargos correlatos, onde se destacam a Chefia de Gabinete, as Assessorias das Diretorias, a Assessoria de Comunicação Social, a Consultoria Jurídica, a Ouvidoria e a Área de Conformidade e Gerenciamento de Riscos.

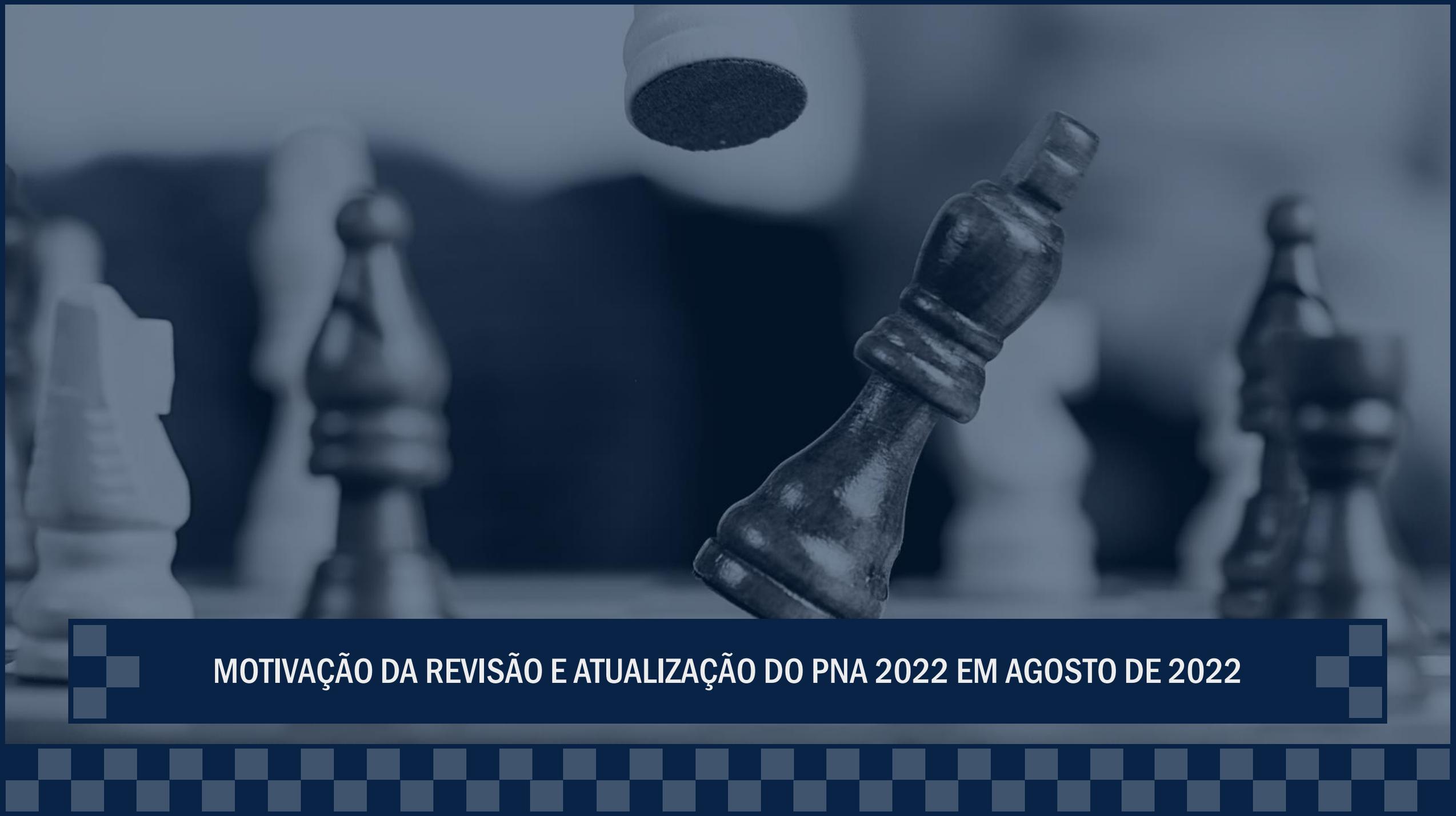
O monitoramento e controle das ações contidas nos planos táticos têm tornado possível a avaliação de quaisquer atrasos e postergações de programas, projetos e processos estratégicos para além do horizonte anual, aferindo o impacto não só na ação, mas também no alcance do(s) objetivo(s) estratégico(s) do Plano Estratégico de Longo Prazo – PLP a que eles estejam vinculados.

A partir da definição dos planos estratégicos de médio e longo prazos pelo Conselho de Administração e dos planos táticos pela Diretoria Executiva, as Diretorias, Superintendências e demais áreas correlatas da EPE elaboram seus **Planos Operacionais**, com as tarefas e atividades do dia a dia, com vistas ao alcance das metas estabelecidas em termos de escopo, cronograma e orçamento estabelecidos pela Alta Administração.

O planejamento operacional, também conhecido como plano de trabalho, é a parte do planejamento estratégico responsável por mostrar um fluxo de trabalho diário, ou seja, ele transforma as metas e objetivos do planejamento estratégico em tarefas menores e executáveis. Consideram também um conjunto de ações que não aparece nos “balanços oficiais” da empresa, mas que demandam muito homem-hora das equipes. É o que se chama na EPE de *off-balance*, uma vez que são ações mais difíceis de se planejar e quantificar, mas necessárias à execução da estratégia.

Dessa forma, os Planos Operacionais detalham os Planos Táticos em forma de atividades a serem realizadas nas diversas áreas da EPE, com vistas a executá-los, pois é nos setores da empresa que as metas se transformam em ação, com vistas a gerar resultados a curto prazo, indispensáveis para o alcance dos objetivos estratégicos da empresa.





MOTIVAÇÃO DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DO PNA 2022 EM AGOSTO DE 2022

MOTIVAÇÃO DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DO PNA 2022 EM AGOSTO DE 2022

O modelo de Gestão Estratégica da EPE foi desenvolvido e customizado nos últimos anos para a natureza específica do negócio da empresa e representa alguns avanços - e também novos desafios - na direção de uma cultura de resultados, que já são evidentes ao longo de 2022:

- A revisão do segundo quadrimestre de 2022 traz pela primeira vez a **implementação do sistema de monitoramento** (Modulo Risk Manager) que reporta de forma integrada a execução física das ações estratégicas da empresa - permitindo identificação de atrasos e postergações de processos, projetos e programas estratégicos para além do horizonte 2022 - bem como aderência das ações estratégicas aos objetivos e riscos estratégicos
- Para tanto, houve **treinamento e capacitação** de 91 colaboradores da EPE, incluindo Diretores, superintendentes e gestores entre abril e maio de 2022. E o início de um processo de aprendizagem contínua na implementação do sistema que marca a 2ª revisão quadrimestral, trazendo também feedbacks e insights para aprimoramentos da ferramenta, bem como do processo de gestão estratégica como um todo nos próximos ciclos
- Esse processo ocorre no âmbito da adaptação e consolidação do trabalho híbrido, somada a uma baixa considerável de pessoal na empresa (agravando um dos principais riscos mapeados) que, por sua vez, demandou da Empresa imensos esforços na direção de recomposição da mão de obra através de ações como: movimentação externa, realização de concurso público, acordos e parcerias, ampliação do programa de estágio, etc...

- Além disso, no âmbito externo, o segundo quadrimestre marca a sucessão do Ministério de Minas e Energia, a Guerra na Ucrânia e diversas demandas da agenda pública que mobilizaram esforços internos adicionais...
- Ao mesmo tempo que empresa mantém sua trajetória de **consolidação e divulgação de importantes instrumentos de governança e gestão estratégica** no cumprimento a suas atribuições dispostas na Lei n.10.847/2004, bem como na Lei 13.303/2016: Relatório Anual Integrado, Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa e a Revisão Quadrimestral que permite a atualização do Plano Anual de Negócios 2022.
- É também uma conquista a **inserção do Portfolio de Comunicação e Participação Social** na nova versão do PNA 2022 demonstrando a compromisso da empresa no fortalecimento do diálogo com o público interno e externo

Em suma, ao longo do segundo quadrimestre a EPE demonstrou resiliência, conformidade e aprendizado interno, fortalecendo sua capacidade estratégica e o diálogo com a sociedade para ampliar ainda mais os seus resultados.

O Plano de Negócios Anual – PNA 2022 foi aprovado pelo Conselho de Administração da EPE em sua reunião ordinária de dezembro de 2021 e passou por uma revisão em janeiro e em maio de 2022. Em sua última versão foram estabelecidos 85 ações estratégicas, distribuídas em 4 grandes portfólios de programas, projetos e processos.

- 18 ações no Portfólio de Ações Recorrentes para o Planejamento Energético – ARP;
- 14 ações no Portfólio de Ações de Suporte e Assessoramento à Política Pública – ASP;
- 24 ações no Portfólio de Ações Transformadoras – ATF; e
- 29 ações no Portfólio de Ações de Tratamento de Riscos Estratégicos – ATR.

O Comitê Executivo de Gestão Estratégica – CGE-X, no exercício de suas competências estabelecidas por meio do seu regimento interno, aprovado pela Diretoria Executiva da EPE, tem realizado reuniões mensais com vistas ao monitoramento e acompanhamento das ações estratégicas que compõem o PNA 2022, buscando continuamente por aprimoramentos ao plano, assim como ajustes e mudanças que se façam necessárias, com o objetivo de garantir a efetividade das ações, a assertividade das metas estabelecidas e a execução da estratégia da empresa, dentro de uma perspectiva de longo prazo, consubstanciada no Plano Estratégico de Longo Prazo – PLP 2022-2026.

Nesse sentido, o CGE-X propôs as seguintes revisões e atualizações no PNA 2022:

1. 18 novas Ações foram incluídas no Portfólio de Ações de Comunicação e Participação Social – ACP
2. A ação AE-0091.04.DGC.SRF - Mapeamento do Retorno Econômico das Atividades da EPE relacionadas às Políticas Públicas passa a ser incorporada à ação AE-0008.04.PR.GAB - Aprimoramento das Relações Institucionais, prevendo destacamento de Pontos Focais para Atuação junto ao MME/ME e Congresso Nacional.
3. A ação AE-0017.04.PR.GAB - Avaliação sobre Participação Pública nos Trabalhos da EPE passa a ser incorporada à Ação Avaliação da incorporação de processos participativos nos estudos da EPE (AE-0106.05.PR.GAB)

Com estas alterações o PNA 2022, na sua versão de Agosto, apresenta **101 ações distribuídas em 5 portfólios** (sendo 12 das ações com início previsto em 2023):

- 18 ações no Portfólio de Ações Recorrentes para o Planejamento Energético – ARP;
- 14 ações no Portfólio de Ações de Suporte e Assessoramento à Política Pública – ASP;
- 24 ações no Portfólio de Ações Transformadoras – ATF;
- 29 ações no Portfólio de Ações de Tratamento de Riscos Estratégicos – ATR; e
- 18 ações no Portfólio de Ações de Comunicação e Participação Social – ACP.



O PLANO DE NEGÓCIOS ANUAL | PNA 2022

PLANO DE NEGÓCIOS ANUAL | PNA 2022

Evolução quadrimestral

91 AÇÕES

22 ações

Portfólio de Ações Recorrentes para o Planejamento Energético | ARP

15 ações

Portfólio de Ações de Suporte e Assessoramento à Política Pública | ASP

25 ações

Portfólio de Ações Transformadoras | ATF

29 Ações

Portfólio de Ações de Tratamento de Riscos Estratégicos | ATR

PNA 2022 – Versão Mai. 2022

85 AÇÕES

18 ações

Portfólio de Ações Recorrentes para o Planejamento Energético | ARP

14 ações

Portfólio de Ações de Suporte e Assessoramento à Política Pública | ASP

24 ações

Portfólio de Ações Transformadoras | ATF

29 Ações

Portfólio de Ações de Tratamento de Riscos Estratégicos | ATR

PNA 2022 – Versão Ago. 2022

101 AÇÕES

[12 com início em 2023]

18 ações

Portfólio de Ações Recorrentes para o Planejamento Energético | ARP

14 ações

Portfólio de Ações de Suporte e Assessoramento à Política Pública | ASP

24 ações

Portfólio de Ações Transformadoras | ATF

27 Ações

Portfólio de Ações de Tratamento de Riscos Estratégicos | ATR

Portfólio incluído no 2º balanço quadrimestral

18 Ações

Portfólio de Ações de Comunicação e Participação Social | ACP

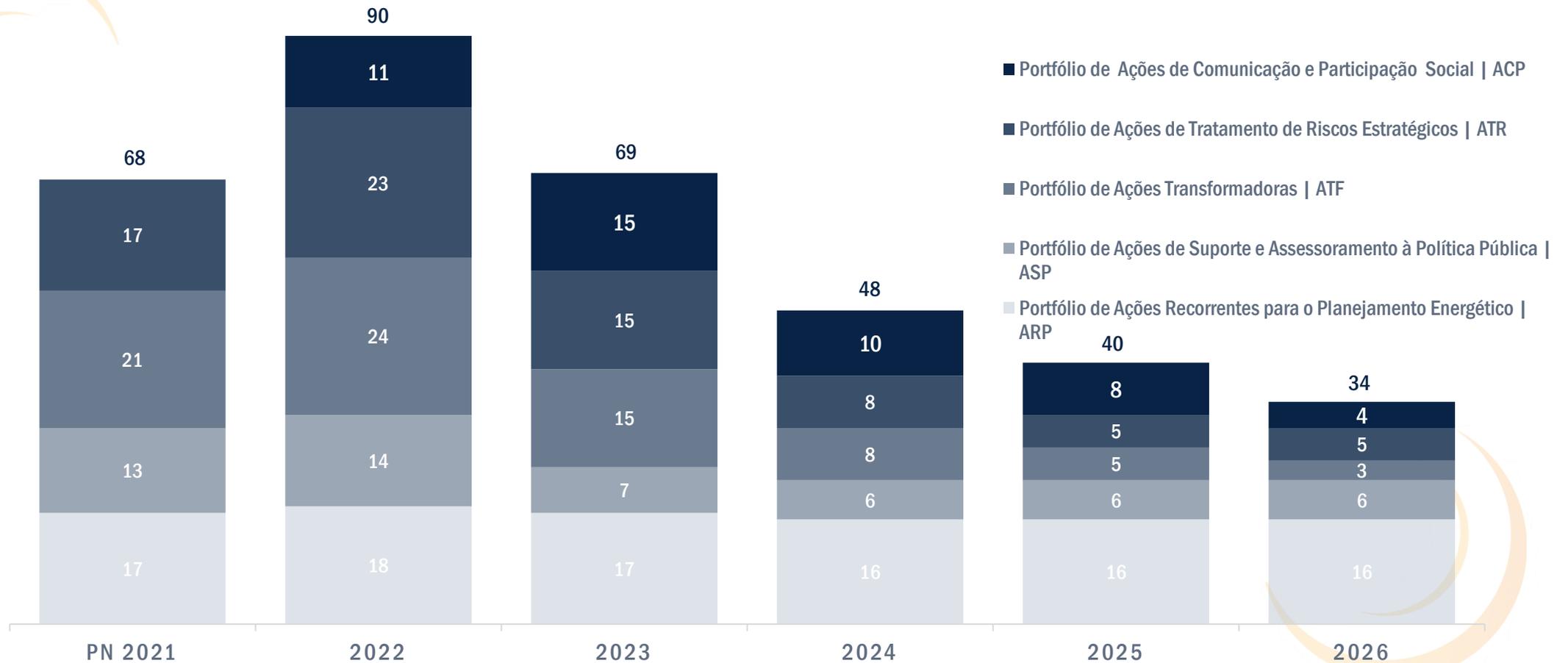
A ser avaliado em 2022 para possível inserção em 2023

Portfólio de Ações Recorrentes de Governança e Gestão | ARG

PLANO DE NEGÓCIOS ANUAL | PNA 2022

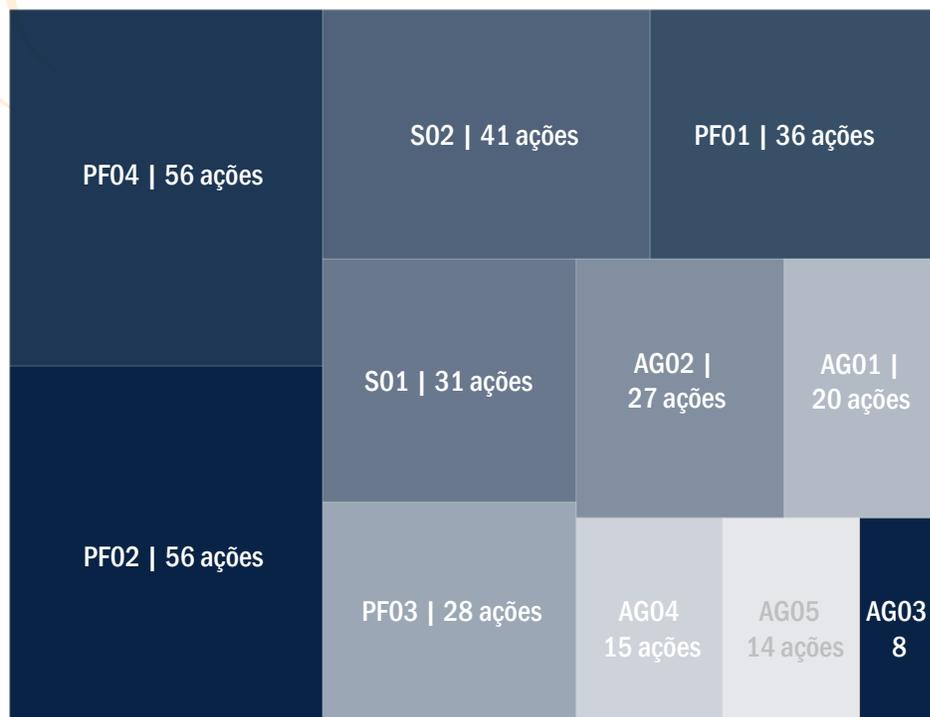
PLURIANUALIDADE DAS AÇÕES AO LONGO DO CICLO ESTRATÉGICO

ações estratégicas



PLANO DE NEGÓCIOS ANUAL | PNA 2022

ALINHAMENTO AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO PLP 2022-2026



| | ARP | ASP | ATF | ACP | ATR | TOTAL | % TOTAL |
|--------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|----------------|
| S01 | 7 | 8 | 11 | 2 | 3 | 31 | 9,34% |
| S02 | 6 | 7 | 11 | 13 | 4 | 41 | 12,35% |
| PF01 | 12 | 6 | 13 | 3 | 2 | 36 | 10,84% |
| PF02 | 17 | 7 | 19 | 12 | 1 | 56 | 16,87% |
| PF03 | 6 | 4 | 13 | 3 | 2 | 28 | 8,43% |
| PF04 | 21 | 14 | 17 | 1 | 3 | 56 | 16,87% |
| AG01 | - | - | 2 | 5 | 13 | 20 | 6,02% |
| AG02 | - | - | 8 | 1 | 18 | 27 | 8,13% |
| AG03 | - | - | - | 1 | 7 | 8 | 2,41% |
| AG04 | - | - | 2 | 1 | 12 | 15 | 4,52% |
| AG05 | - | - | 3 | - | 11 | 14 | 4,22% |
| TOTAL | 69 | 46 | 99 | 42 | 76 | 332 | 100,00% |



PLANO DE NEGÓCIOS ANUAL 2022
PORTFÓLIO DE AÇÕES RECORRENTES PARA O PLANEJAMENTO ENERGÉTICO | ARP

PORTFÓLIO DE AÇÕES RECORRENTES PARA O PLANEJAMENTO ENERGÉTICO | ARP

PRESIDÊNCIA | PR

PLANO DECENAL DE EXPANSÃO DE ENERGIA (PDE)

ESTUDOS RELACIONADOS AO PLANO NACIONAL DE ENERGIA (PNE)

DIRETORIA DE ESTUDOS DE ENERGIA ELÉTRICA | DEE

LEILÕES DE ENERGIA NO AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO REGULADA (ACR)

SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DE MEDIÇÕES ANEMOMÉTRICAS (AMA)

PLANEJAMENTO E LEILÕES DE ENERGIA DOS SISTEMAS ISOLADOS (SI)

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE MODELOS

BASE DE DADOS PARA SIMULAÇÕES ELÉTRICAS DO SISTEMA ELÉTRICO INTERLIGADO NACIONAL (SIN)

ACOMPANHAMENTO DOS RELATÓRIOS R2 A R5

ESTUDOS DE PLANEJAMENTO DA EXPANSÃO DA TRANSMISSÃO (RELATÓRIOS R1)

PROGRAMA DE EXPANSÃO DA TRANSMISSÃO (PET) E PLANO DE EXPANSÃO DE LONGO PRAZO (PELP)

DIRETORIA DE ESTUDOS ECONÔMICO-ENERGÉTICOS E AMBIENTAIS | DEA

ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS DA UHE BEM QUERER

ESTATÍSTICAS E INFORMAÇÕES ENERGÉTICAS

DIRETORIA DE ESTUDOS DO PETRÓLEO, GÁS E BIOCOMBUSTÍVEIS | DPG

ESTUDOS DE CONJUNTURA DA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

ESTUDOS DE CENÁRIOS PARA O MERCADO DE COMBUSTÍVEIS

ESTUDOS DE PREÇOS DE PETRÓLEO E DE COMBUSTÍVEIS

ZONEAMENTO NACIONAL DE RECURSOS DE ÓLEO E GÁS (ZNMT)

INDICADORES DE MONITORAMENTO DA POLÍTICA DE E&P

PLANO INDICATIVO DE GASODUTOS DE TRANSPORTE (PIG)

PORTFÓLIO DE AÇÕES RECORRENTES PARA O PLANEJAMENTO ENERGÉTICO | ARP

| Nº. | AÇÃO ESTRATÉGICA | DESCRIÇÃO |
|-----------|--|--|
| PR.01.01 | Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) | O Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) é um documento indicativo elaborado anualmente pela EPE sob as diretrizes do Ministério de Minas e Energia (MME). Este processo visa identificar e avaliar as perspectivas da expansão do Setor de Energia no horizonte de dez anos, dentro de uma visão integrada para os diversos energéticos. Ao mostrar, por meio de análises de sensibilidade, como o planejamento vislumbra o desenvolvimento do Sistema de Energia Nacional sob condições distintas de sua evolução, o PDE fornece importantes sinalizações para orientar as ações e decisões dos agentes no sentido de compatibilizar as projeções de crescimento econômico do país e a necessária expansão de oferta, de forma a garantir à sociedade o suprimento energético com adequados custos, em bases técnica e ambientalmente sustentável. Base legal: Lei nº 10.847/2004; Decreto nº 5.184/2004. |
| PR.01.02 | Estudos relacionados ao Plano Nacional de Energia (PNE) | Com publicação prevista para cada cinco anos, o Plano Nacional de Energia (PNE) traz análises prospectivas e de cunho mais estratégico, baseadas em cenários de longo prazo (30 anos ou mais). O PNE também propicia uma análise integrada do Setor Energético Nacional, considerando variáveis e incertezas críticas, como evolução e ruptura tecnológica, mudanças estruturais na produção e consumo de energia e geopolítica da energia, entre outros aspectos. Além disso, o PNE orienta debates mais abrangentes, sobretudo relacionados a políticas com custos e benefícios auferidos em horizonte de longo prazo, a exemplo dos investimentos na energia nuclear, na Política Ambiental associada a grandes empreendimentos hidrelétricos, à estruturação de uma estratégia para os biocombustíveis, a definição de metas de descarbonização da matriz energética, entre outros aspectos considerados relevantes para o setor. Dessa forma, trata-se de processos de apoio aos estudos de longo prazo. Base legal: Lei nº 10.847/2004; Decreto nº 5.184/2004. |
| DEE.01.01 | Leilões de Energia no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) | Trata-se de processos de apoio no planejamento e desenho dos leilões de energia e habilitação técnica dos projetos, assim como análises e participação nas discussões referentes a aspectos econômicos nos leilões de energia, para suporte a decisões do Ministério de Minas e Energia (MME). Também incluem os processos de realização de análises e cálculos do custo marginal de referência para cada fonte participante dos leilões de energia, a fim de subsidiar a decisão do MME. Base legal: Portaria MME nº 381/2019, a EPE é integrante da Comissão Especial dos Leilões de Energia Elétrica (CELEE), que define as Diretrizes Estratégicas dos leilões. Decreto nº 5.163/2004, que estabelece EPE como responsável por habilitar os projetos para os leilões. |
| DEE.01.02 | Sistema de Acompanhamento de Medições Anemométricas (AMA) | Rotina de acompanhamento de medições, com análise de dados e solicitações aos agentes. Aprimoramentos para automação das análises, melhorias do sistema, publicações trimestrais. Base legal: Lei nº 10.847/2004. |

PORTFÓLIO DE AÇÕES RECORRENTES PARA O PLANEJAMENTO ENERGÉTICO | ARP

| Nº. | AÇÃO ESTRATÉGICA | DESCRIÇÃO |
|-----------|--|---|
| DEE.01.03 | Planejamento e Leilões de Energia dos Sistemas Isolados (SI) | Processos de apoio no planejamento e desenho dos leilões, incluindo publicação de documentos. Contempla também a habilitação técnica das soluções de suprimento, a avaliação das propostas de planejamento para atendimento dos Sistemas Isolados apresentadas pelas distribuidoras e a avaliação técnica e econômica da interligação de localidades dos Sistemas Isolados. Base legal: Portaria MME nº 067/2018, que determina a EPE como responsável por habilitar as soluções de suprimento para os leilões dos Sistemas Isolados. |
| DEE.01.04 | Manutenção e Desenvolvimento de Modelos | O Modelo de Decisão de Investimentos (MDI) é uma ferramenta computacional desenvolvida pela EPE para determinar a expansão de mínimo custo (geração e interligações regionais) do sistema hidrotérmico nacional. Esta ferramenta é atualmente utilizada no Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) e no Plano Nacional de Energia (PNE) e é constantemente atualizada para atender os desafios do planejamento da expansão. Já o Balanço de Potência é uma ferramenta desenvolvida na EPE para o cálculo da capacidade de atendimento de ponta do sistema elétrico. Ela é utilizada no PDE e requer atualizações para representar as constantes mudanças do sistema, assim como receber aprimoramentos metodológicos. Base legal: Lei nº 10.847/2004; Decreto nº 5.184/2004. |
| DEE.01.05 | Base de Dados para Simulações Elétricas do Sistema Elétrico Interligado Nacional (SIN) | A configuração da rede elétrica representada nos estudos da transmissão deve ser atualizada periodicamente a partir dos resultados dos estudos de expansão regionais (Relatórios R1), das projeções de mercado e do plano de geração. A representação adequada do Sistema Interligado Nacional (SIN) é fundamental para assegurar a qualidade não só do diagnóstico das condições de desempenho do sistema, como também das soluções de expansão recomendadas. Base legal: Lei nº 10.847/2004. |
| DEE.01.06 | Acompanhamento dos Relatórios R2 a R5 | Os relatórios R2, R3, R4 e R5 são documentos necessários à instrução dos leilões de transmissão e apresentam informações complementares às constantes no relatório R1. Esses relatórios são elaborados por agentes do setor elétrico, por solicitação do Ministério de Minas e Energia (MME), e contam com o acompanhamento da EPE a fim de assegurar que todos os relatórios mantenham um alinhamento entre si. Base legal: Lei nº 10.847/2004; Portaria MME nº 215/2020. |

PORTFÓLIO DE AÇÕES RECORRENTES PARA O PLANEJAMENTO ENERGÉTICO | ARP

| Nº. | AÇÃO ESTRATÉGICA | DESCRIÇÃO |
|-----------|---|--|
| DEE.01.07 | Estudos de Planejamento da Expansão da Transmissão (Relatórios R1) | Os relatórios R1 são documentos que apresentam os resultados dos estudos de planejamento da expansão da transmissão realizados pela EPE (viabilidade técnico-econômica) com o objetivo de solucionar problemas elétricos previamente identificados no Sistema Interligado Nacional (SIN). Base legal: Lei nº 10.847/2004. |
| DEE.01.08 | Programa de Expansão da Transmissão (PET) e Plano de Expansão de Longo Prazo (PELP) | O Programa de Expansão da Transmissão e Plano de Expansão de Longo Prazo (PET/PELP) é um documento publicado pela EPE, duas vezes ao ano, que contempla todas as obras de expansão do Sistema Interligado Nacional (SIN) definidas em estudos de planejamento da EPE, mas que ainda não foram outorgadas (licitadas ou autorizadas). O PET contempla as obras determinativas, abrangendo o período dos seis primeiros anos à frente do ano em curso. Já o PELP foca nas obras de caráter indicativo (poderão ser reavaliadas), compreendendo o período a partir do sétimo ano. Base legal: Lei nº 10.847/2004. |
| DEA.01.01 | Anuário Estatístico de Energia Elétrica | Suspensa e incorporada à nova ação estratégica DEA.01.07 - Estatísticas e Informações Energéticas. |
| DEA.01.02 | Balanço Energético Nacional (BEN) | Suspensa e incorporada à nova ação estratégica DEA.01.07 - Estatísticas e Informações Energéticas. |

PORTFÓLIO DE AÇÕES RECORRENTES PARA O PLANEJAMENTO ENERGÉTICO | ARP

| Nº. | AÇÃO ESTRATÉGICA | DESCRIÇÃO |
|-----------|---|---|
| DEA.01.03 | Estudos Socioambientais da UHE Bem Querer | Os estudos socioambientais da UHE Bem Querer são compostos de um conjunto de estudos específicos, visando à obtenção de licença prévia do empreendimento. Em 2022, o estudo específico trata do Diagnóstico Socioambiental da Área de Influência da UHE Bem Querer. Base legal: Portaria Interministerial nº 60/2015; Portaria SVS/MS nº 01/2014. |
| DEA.01.04 | Resenhas Mensais e Boletins Trimestrais do Mercado de Energia Elétrica | Suspensa e incorporada à nova ação estratégica DEA.01.07 - Estatísticas e Informações Energéticas. |
| DEA.01.05 | Revisões Quadrimestrais da Carga e Revisão de Carga para o Planejamento Anual da Operação Energética (PLAN) | Suspensa e incorporada à nova ação estratégica DEA.01.07 - Estatísticas e Informações Energéticas. |
| DEA.01.06 | Atlas da Eficiência Energética no Brasil | Suspensa e incorporada à nova ação estratégica DEA.01.07 - Estatísticas e Informações Energéticas. |

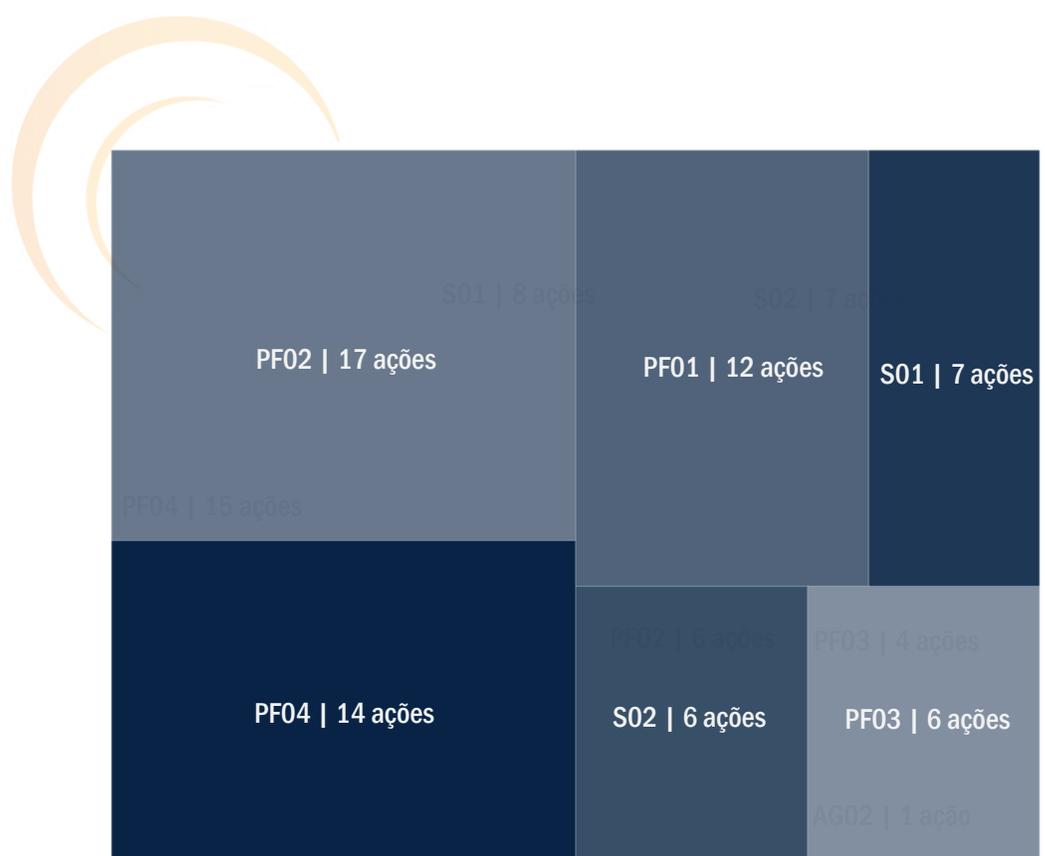
PORTFÓLIO DE AÇÕES RECORRENTES PARA O PLANEJAMENTO ENERGÉTICO | ARP

| Nº. | AÇÃO ESTRATÉGICA | DESCRIÇÃO |
|-----------|---|---|
| DEA.01.07 | Estatísticas e Informações Energéticas | Documentos publicados em ciclos mensais, trimestrais, quadrimestrais e anuais pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), que consolidam as principais estatísticas nacionais e, em alguns casos, internacionais relacionadas ao setor elétrico e energético, incluindo a eficiência energética, apresentadas em diferentes formatos ao longo do ano. Este processo é resultado do trabalho cooperativo com os agentes do mercado de energia, realizado no âmbito da Comissão Permanente de Análise e Acompanhamento do Mercado de Energia Elétrica (Copam), sob a coordenação da EPE, Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), Agência Internacional de Energia (AIE). Base legal: Lei nº 10.847/2004. |
| DPG.01.01 | Estudos de Conjuntura da Indústria do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis | Estudos de análise de conjuntura e de panorama dos principais eventos e acontecimentos da indústria do petróleo, gás natural e biocombustíveis. Inclui as publicações periódicas: Análise de Conjuntura dos Biocombustíveis; Boletim de Conjuntura da Indústria do Óleo & Gás (BOG); e Brazilian Oil & Gas Report (BOR). Buscam contribuir para a disseminação mais acessível de análises e informações selecionadas sobre a indústria do petróleo, gás natural e biocombustíveis para a sociedade em geral, reduzindo a assimetria de informações, além de embasar os estudos de médio e de longo prazo da EPE, com vistas à melhor subsidiar o MME no planejamento energético nacional e na formulação de políticas públicas. Base legal: Lei nº 10.847/2004; Lei nº 13.576/2017. |
| DPG.01.02 | Estudos de Cenários para o Mercado de Combustíveis | Estudos de cenários de oferta e demanda de combustíveis e de investimentos em biocombustíveis no Brasil. Inclui as publicações periódicas: Cenários de Oferta de Etanol e Demanda do Ciclo Otto; Demanda de Energia dos Veículos Leves; Investimentos e Custos Operacionais e de Manutenção no Setor de Biocombustíveis; e Perspectivas para o Mercado Brasileiro de Combustíveis no Curto Prazo. Buscam contribuir para a identificação de oportunidades e ameaças ao abastecimento nacional de combustíveis e para a discussão acerca das alternativas de políticas públicas, reduzindo a assimetria de informações, além de embasar os estudos de médio e de longo prazo da EPE, com vistas à melhor subsidiar o MME no planejamento energético nacional e na formulação de políticas públicas. Base legal: Lei nº 10.847/2004; Lei nº 13.576/2017; Resolução CNPE nº 14/2017; Decreto nº 10.526/2020; Resolução CNPE nº 7/2021. |
| DPG.01.03 | Estudos de Preços de Petróleo e de Combustíveis | Estudos de projeção de preços de petróleo e derivados e de aspectos relacionados à formação dos preços de combustíveis no Brasil. Inclui as publicações periódicas: Projeção de Preços Internacionais de Petróleo e Derivados; Projeção de Preços de Combustíveis Líquidos para Atendimento aos Sistemas Isolados e em usinas da Região Sul; e Série: Formação de Preços de Combustíveis. Buscam contribuir para a disseminação mais acessível de análises sobre preços de petróleo e de combustíveis para a sociedade em geral, reduzindo a assimetria de informações, além de embasar os estudos de médio e de longo prazo da EPE e de demais agentes do setor de energia, com vistas à melhor subsidiar o MME no Planejamento Energético Nacional e na formulação de políticas públicas. Base legal: Lei nº 10.847/2004; Acordo de Cooperação Técnico-Operacional EPE-CCEE. |

PORTFÓLIO DE AÇÕES RECORRENTES PARA O PLANEJAMENTO ENERGÉTICO | ARP

| Nº. | AÇÃO ESTRATÉGICA | DESCRIÇÃO |
|-----------|--|---|
| DPG.01.04 | Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás (ZNMT) | Este relatório, com periodicidade bienal, apresenta uma base de informações georreferenciadas que permite representar zonas, na forma de mapas, sobre a importância relativa das diversas áreas do país para o desenvolvimento econômico nacional do setor de petróleo e gás. Tal base de informações constitui-se em importante instrumento para o Planejamento Energético Nacional, no contexto do Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) e Plano Nacional de Energia (PNE). Visa gerar uma base de informações georreferenciada apresentando a importância relativa das diversas áreas do país para o desenvolvimento econômico das atividades de petróleo e gás natural. Base legal: Lei nº 10.847/2004; Resolução CNPE nº 17/2017. |
| DPG.01.05 | Indicadores de Monitoramento da Política de E&P | Este relatório tem o objetivo de divulgar a evolução dos seguintes indicadores de E&P: relação R/P; índice IRR; período entre a adjudicação do bloco e o primeiro óleo ou gás; FR médio das bacias; percentual de participação das exportações brasileiras de petróleo no mercado internacional; percentual de participação no Brasil dos investimentos anuais da indústria do petróleo em E&P no mundo, ou seja, visa divulgar os indicadores de monitoramento da política de E&P para o ano base 2021. Base legal: Resolução CNPE nº 17/2017. |
| DPG.01.06 | Plano Indicativo de Gasodutos de Transporte (PIG) | Este estudo tem como objetivo compilar projetos anunciados e indicativos referentes a gasodutos de transporte, assim como apresentar estimativas de custo e características dos projetos como traçado, extensão e diâmetro. Este documento ajuda na redução de assimetria de informações e fornece informações sobre possíveis investimentos na indústria de gás natural brasileira. Base legal: Lei nº 10.847/2004; Decreto nº 10.526/2020. |

PORTFÓLIO DE AÇÕES RECORRENTES PARA O PLANEJAMENTO ENERGÉTICO | ARP



OBJETIVOS ESTRATÉGICOS | CICLO 2022-2026

PERSPECTIVA DA SOCIEDADE

- S01 Estimular a modernização do ambiente de negócios e dos mecanismos de desenvolvimento da infraestrutura de energia no Brasil.
- S02 Fortalecer o diálogo com os múltiplos agentes do setor energético e demais partes interessadas, buscando consensos na promoção da transição energética nacional.

PERSPECTIVA DOS PROCESSOS FINALÍSTICOS

- PF01 Aprimorar a indicação de oportunidades de investimento no setor de energia, de forma integrada e isenta, visando à segurança energética nacional.
- PF02 Reduzir a assimetria de informações, favorecendo as tomadas de decisão nos setores de energia.
- PF03 Contribuir para a inovação, a transição energética e o desenvolvimento de novos modelos de negócios no setor energético.
- PF04 Aprimorar o assessoramento ao Ministério de Minas e Energia e às entidades responsáveis pela formulação da Política Energética Nacional.

PERSPECTIVA DOS PROCESSOS DE APOIO À GESTÃO

- AG01 Fortalecer a cultura de governança, visando à consolidação da gestão estratégica, de riscos e integridade, em consonância com as diretrizes governamentais e as melhores práticas do mercado.
- AG02 Aprimorar a gestão do conhecimento, a cultura de inovação e a eficiência corporativa, consolidando instrumentos de gestão e a integração entre as áreas.
- AG03 Fortalecer a infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC), ampliando as soluções tecnológicas e a entrega de sistemas de informação, suporte a Data Science e processamento de alto desempenho.
- AG04 Aperfeiçoar a gestão de pessoas, mediante a valorização do ser humano, visando o aprimoramento contínuo do conhecimento, a retenção dos talentos e o desenvolvimento gerencial.
- AG05 Aprimorar a gestão orçamentária para incrementar a qualidade do gasto, integrada aos instrumentos de gestão, avançando na obtenção de fontes de financiamento, com vistas a assegurar os recursos necessários para o cumprimento dos objetivos organizacionais.

PORTFÓLIO DE AÇÕES RECORRENTES PARA O PLANEJAMENTO ENERGÉTICO | ARP

| ID | AÇÃO ESTRATÉGICA | ÁREA E GESTOR(A) RESPONSÁVEL | | PR | DEE | DEA | DPG | DGC |
|-----------|--|------------------------------|---|----|-----|-----|-----|-----|
| PR.01.01 | Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) | PR GAB | Patricia Costa Gonzalez de Nunes Assessora da Presidência | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ |
| PR.01.02 | Estudos relacionados ao Plano Nacional de Energia (PNE) | PR GAB | Patricia Costa Gonzalez de Nunes Assessora da Presidência | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ |
| DEE.01.01 | Leilões de Energia no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) | DEE SEG | Guilherme Mazolli Fialho Consultor Técnico I | ■ | ■ | ■ | | ■ |
| DEE.01.02 | Sistema de Acompanhamento de Medições Anemométricas (AMA) | DEE SGE | Gustavo Pires da Ponte Superintendente Adjunto | | ■ | | | ■ |
| DEE.01.03 | Planejamento e Leilões de Energia dos Sistemas Isolados (SI) | DEE SEG | Guilherme Mazolli Fialho Consultor Técnico I | | ■ | ■ | | ■ |
| DEE.01.04 | Manutenção e Desenvolvimento de Modelos | DEE SGE | Pamella Elleng Rosa Sangy Consultora Técnica II | | ■ | | | |
| DEE.01.05 | Base de Dados para Simulações Elétricas do Sistema Elétrico Interligado Nacional (SIN) | DEE STE | Thais Pacheco Teixeira Consultora Técnica II | | ■ | | | ■ |
| DEE.01.06 | Acompanhamento dos Relatórios R2 a R5 | DEE STE | Daniel José Tavares de Souza Consultor Técnico I | | ■ | ■ | | |
| DEE.01.07 | Estudos de Planejamento da Expansão da Transmissão (Relatórios R1) | DEE STE | Thiago de Faria Rocha Dourado Martins Superintendente Adjunto | | ■ | ■ | | ■ |

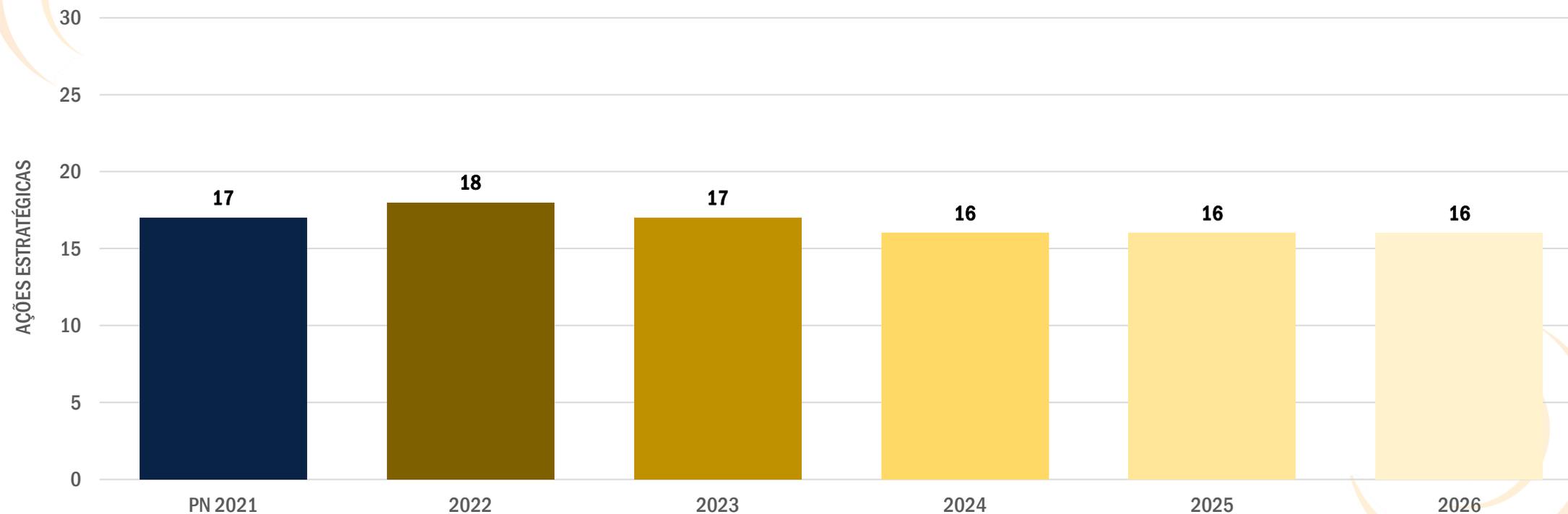
PORTFÓLIO DE AÇÕES RECORRENTES PARA O PLANEJAMENTO ENERGÉTICO | ARP

| ID | AÇÃO ESTRATÉGICA | ÁREA E GESTOR(A) RESPONSÁVEL | | PR | DEE | DEA | DPG | DGC |
|-----------|---|------------------------------|--|----|-----|-----|-----|-----|
| DEE.01.08 | Programa de Expansão da Transmissão (PET) e Plano de Expansão de Longo Prazo (PELP) | DEE STE | Thiago de Faria Rocha Dourado Martins Superintendente Adjunto | | ■ | | | ■ |
| DEA.01.03 | Estudos Socioambientais da UHE Bem Querer | DEA SMA | Mariana Rodrigues de Carvalhaes Pinheiro Consultora Técnica II | | ■ | ■ | | |
| DEA.01.07 | Estatísticas e Informações Energéticas | DEA SEE | Gláucio Vinicius Ramalho Faria Consultor Técnico II | | | ■ | ■ | ■ |
| DPG.01.01 | Estudos de Conjuntura da Indústria do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis | DPG SDB | Angela Oliveira da Costa Superintendente | | | | ■ | |
| DPG.01.02 | Estudos de Cenários para o Mercado de Combustíveis | DPG SDB | Angela Oliveira da Costa Superintendente | | | | ■ | |
| DPG.01.03 | Estudos de Preços de Petróleo e de Combustíveis | DPG SDB | Marcelo Castello Branco Cavalcanti Superintendente Adjunto | | ■ | | ■ | |
| DPG.01.04 | Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás (ZNMT) | DPG SPG | Nathalia Oliveira de Castro Analista de Pesquisa Energética | | | | ■ | |
| DPG.01.05 | Indicadores de Monitoramento da Política de E&P | DPG SPG | Victor Hugo Trocate da Silva Analista de Pesquisa Energética | | | | ■ | |
| DPG.01.06 | Plano Indicativo de Gasodutos de Transporte (PIG) | DPG SPG | Ana Claudia Sant'Ana Pinto Consultora Técnica II | | | | ■ | |

PORTFÓLIO DE AÇÕES RECORRENTES PARA O PLANEJAMENTO ENERGÉTICO | ARP

DURAÇÃO DAS AÇÕES AO LONGO DO CICLO ESTRATÉGICO

18 AÇÕES
ESTRATÉGICAS



PORTFÓLIO DE AÇÕES RECORRENTES PARA O PLANEJAMENTO ENERGÉTICO | ARP

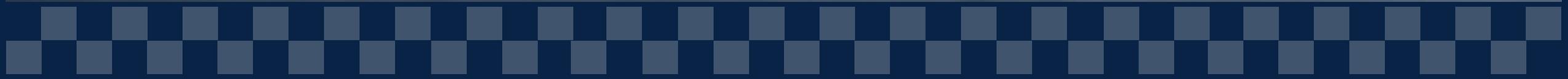
| ID | AÇÃO ESTRATÉGICA | DURAÇÃO DA AÇÃO AO LONGO DO CICLO ESTRATÉGICO | | | | | |
|-----------|--|---|------|------|------|------|------|
| | | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 |
| PR.01.01 | Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ |
| PR.01.02 | Estudos relacionados ao Plano Nacional de Energia (PNE) | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ |
| DEE.01.01 | Leilões de Energia no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ |
| DEE.01.02 | Sistema de Acompanhamento de Medições Anemométricas (AMA) | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ |
| DEE.01.03 | Planejamento e Leilões de Energia dos Sistemas Isolados (SI) | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ |
| DEE.01.04 | Manutenção e Desenvolvimento de Modelos | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ |
| DEE.01.05 | Base de Dados para Simulações Elétricas do Sistema Elétrico Interligado Nacional (SIN) | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ |
| DEE.01.06 | Acompanhamento dos Relatórios R2 a R5 | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ |
| DEE.01.07 | Estudos de Planejamento da Expansão da Transmissão (Relatórios R1) | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ |

PORTFÓLIO DE AÇÕES RECORRENTES PARA O PLANEJAMENTO ENERGÉTICO | ARP

| ID | AÇÃO ESTRATÉGICA | DURAÇÃO DA AÇÃO AO LONGO DO CICLO ESTRATÉGICO | | | | | |
|-----------|---|---|------|------|------|------|------|
| | | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 |
| DEE.01.08 | Programa de Expansão da Transmissão (PET) e Plano de Expansão de Longo Prazo (PELP) | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ |
| DEA.01.03 | Estudos Socioambientais da UHE Bem Querer | ■ | ■ | ■ | | | |
| DEA.01.07 | Estatísticas e Informações Energéticas | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ |
| DPG.01.01 | Estudos de Conjuntura da Indústria do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ |
| DPG.01.02 | Estudos de Cenários para o Mercado de Combustíveis | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ |
| DPG.01.03 | Estudos de Preços de Petróleo e de Combustíveis | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ |
| DPG.01.04 | Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás (ZNMT) | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ |
| DPG.01.05 | Indicadores de Monitoramento da Política de E&P | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ |
| DPG.01.06 | Plano Indicativo de Gasodutos de Transporte (PIG) | | ■ | | | | |



PLANO DE NEGÓCIOS ANUAL 2022
PORTFÓLIO DE AÇÕES DE SUPORTE E ASSESSORAMENTO À POLÍTICA PÚBLICA | ASP



PORTFÓLIO DE AÇÕES DE SUPORTE E ASSESSORAMENTO À POLÍTICA PÚBLICA | ASP

PRESIDÊNCIA | PR

ANÁLISE CRÍTICA, PELA PERSPECTIVA DO PLANEJAMENTO ENERGÉTICO, DO SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA NO PAÍS A PARTIR DA ATUAL CONJUNTURA HÍDRICA

DIRETORIA DE ESTUDOS DE ENERGIA ELÉTRICA | DEE

CÁLCULOS E REVISÕES DE GARANTIA FÍSICA

CPAMP:
ACOMPANHAMENTO DOS TEMAS DOS CICLOS 20/21 E 20/22

PROCESSOS DE ALTERAÇÃO DE CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

AValiação TÉCNICA, ECONÔMICA E ORÇAMENTÁRIA DE USINAS HIDROELÉTRICAS

APOIO TÉCNICO AOS LEILÕES DE TRANSMISSÃO

DIRETORIA DE ESTUDOS DO PETRÓLEO, GÁS E BIOCOMBUSTÍVEIS | DPG

PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO DA ATIVIDADE DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL EM ÁREAS TERRESTRES (REATE)

PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO E INCENTIVO À PRODUÇÃO DE CAMPOS MARÍTIMOS (PROMAR)

COMITÊ DE MONITORAMENTO DA ABERTURA DO MERCADO DE GÁS NATURAL (CMGN) E RELATÓRIO TRIMESTRAL

ABASTECE BRASIL E COMITÊ TÉCNICO INTEGRADO PARA O DESENVOLVIMENTO DO MERCADO DE COMBUSTÍVEIS, DEMAIS DERIVADOS DE PETRÓLEO E BIOCOMBUSTÍVEIS (CT-CB)

COMITÊ RENOVABIO

COMITÊ TÉCNICO COMBUSTÍVEL DO FUTURO (CT-CF)

MONITORAMENTO DO ABASTECIMENTO

GRUPO TÉCNICO DE SEGURANÇA DE INFRAESTRUTURAS CRÍTICAS DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (GTSIC PEGANBIO)

PORTFÓLIO DE AÇÕES DE SUPORTE E ASSESSORAMENTO À POLÍTICA PÚBLICA | ASP

| Nº. | AÇÃO ESTRATÉGICA | DESCRIÇÃO |
|-----------|--|--|
| PR.02.01 | Análise Crítica, pela perspectiva do Planejamento Energético, do Suprimento de Energia Elétrica no País a partir da Atual Conjuntura Hídrica | Diante da atual conjuntura hídrica observada para os reservatórios de usinas hidrelétricas localizadas no Centro-Sul do Brasil, uma nova condição para o suprimento de energia elétrica se realizou nos últimos meses, em especial por conta do registro das piores médias de chuvas para o período úmido nos últimos 91 anos. A EPE, como um dos órgãos que integram o setor elétrico brasileiro, tem atuado de forma intensa, no âmbito das suas competências legais, na proposição de soluções e no acompanhamento dos desdobramentos das principais decisões que estão sendo tomadas para garantir o abastecimento elétrico do país. A partir dos controles já implementados na EPE, a presente ação tem como objetivo principal reduzir e mitigar os riscos associados aos objetivos estratégicos relacionados aos principais processos finalísticos da empresa, bem como sua interrelação com a sociedade. Dado o contexto hídrico atual e a possibilidade de extensão de seus efeitos ainda para o próximo ano, a adoção de medidas tempestivas pela EPE torna-se imprescindível para garantir que o planejamento de médio e longo prazo reflita, de forma não enviesada, seja efetivado com maior realismo. Para tanto, a identificação de possíveis aprimoramentos e o diagnóstico preciso da conjuntura atual são fundamentais. Uma vez que esta ação é um dos Planos de Tratamento de Riscos Estratégicos, seu monitoramento também ocorrerá pelo Comitê Executivo de Governança, Riscos, Integridade e Controles Internos (CGRIC-X). Base legal: Lei nº 10.847/2004. |
| DEE.02.01 | Cálculos e Revisões de Garantia Física | Cálculo de garantia física de energia para fins de Leilão de Energia Nova, privatização que implique em nova concessão e comercialização no Ambiente de Contratação Livre (ACL). Revisões de garantia física de energia decorrentes de alterações de características técnicas, por geração verificada. Base legal: Lei nº 10.848/2004; Decreto nº 5.163/2004. Regulamentação: Cálculo: Portaria MME nº 101/2016, Portaria MME nº 74/2020, Portaria MME nº 403/2017 (Benefício indireto), Portaria MME nº 463/2009 (PCH). Revisão: UHE: Decreto nº 2.655/1998, Portaria MME nº 406/2017. UTE (CVU>0): Portaria MME nº 492/2014, Portaria MME nº 279/2013, Portaria MME nº 07/2012, Portaria MME nº 649/2011. UTE (CVU=0): Portaria MME nº 484/2012, Portaria MME nº 564/2014. EOL: Portaria MME nº 416/2015. UFV: Portaria MME nº 60/2020. PCH: Portaria MME nº 463/2009. |
| DEE.02.02 | CPAMP: Acompanhamento dos Temas dos Ciclos 20/21 e 20/22 | A EPE integra a Comissão Permanente para Análise de Metodologias e Programas Computacionais do Setor Elétrico (Cpamp) que trabalha por ciclos (anuais ou bianuais) e em cada ciclo são selecionados alguns temas para aprofundamento e melhoria para os atuais modelos empregados no setor. Base legal: Lei nº 10.847/2004; Decreto nº 5.184/2004. Portaria MME nº 481/2019. |
| DEE.02.03 | Processos de Alteração de Características Técnicas | Avaliação dos empreendimentos que desejam alterar as características técnicas. Base legal: Portaria MME nº 481/2018 estabelece que as alterações de características técnicas devem ser avaliadas pela EPE. |

PORTFÓLIO DE AÇÕES DE SUPORTE E ASSESSORAMENTO À POLÍTICA PÚBLICA | ASP

| Nº. | AÇÃO ESTRATÉGICA | DESCRIÇÃO |
|-----------|---|---|
| DEE.02.04 | Avaliação Técnica, Econômica e Orçamentária de Usinas Hidroelétricas | Análise técnica e econômica do projeto de ampliação de UHE, incluindo o cálculo da garantia física do empreendimento, de forma a subsidiar o processo de revisão tarifária. Cálculo do valor novo de reposição de usinas hidrelétricas com concessão vincendas. Avaliação técnica e orçamentária de projetos hidrelétricos para fins de cálculo do Valor Novo de Reposição, Ampliação de Usinas Cotistas e Usinas Candidatas aos Leilões. Base legal: Decreto nº 7.805/2012; Portaria MME nº 418/2013; Portaria MME nº 102/2016. |
| DEE.02.05 | Apoio Técnico aos Leilões de Transmissão | A EPE presta apoio técnico à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em algumas etapas do processo licitatório dos novos empreendimentos de transmissão, como, por exemplo, na organização dos lotes a serem ofertados nos leilões, sinalizando eventuais restrições para a separação das instalações ou mesmo sugerindo que elas sejam agregadas. |
| DEA.02.01 | Energia Nuclear | Suspensa e incorporada à ação estratégica DEA.03.06 - Transição Energética. |
| DPG.02.01 | Programa de Revitalização da Atividade de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural em Áreas Terrestres (Reate) | A atuação do comitê tem como objetivo monitorar e contribuir para o cumprimento das metas do programa. Os Relatórios do Reate 2020 têm como objetivo acompanhar a revitalização do E&P <i>onshore</i> no Brasil, além de abordar questões relevantes em diversas etapas da cadeia. O Programa de Revitalização da Atividade de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural em Áreas Terrestres (Reate 2020) é uma Política Nacional de fomento a atividade de exploração e produção de petróleo e gás natural em áreas terrestres no Brasil, de modo a propiciar o desenvolvimento regional e estimular a competitividade nacional. Base legal: Resolução CNPE nº 16/2019; Resolução CNPE nº 27/2019. |

PORTFÓLIO DE AÇÕES DE SUPORTE E ASSESSORAMENTO À POLÍTICA PÚBLICA | ASP

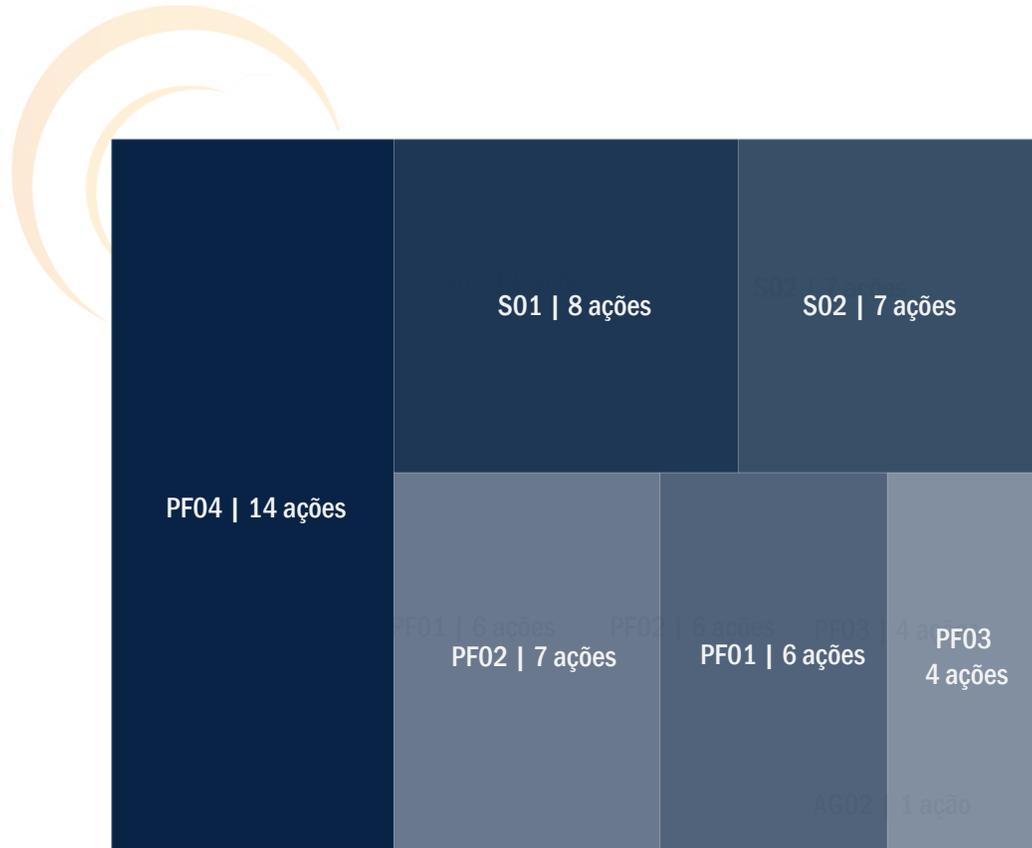
| Nº. | AÇÃO ESTRATÉGICA | DESCRIÇÃO |
|-----------|--|--|
| DPG.02.02 | Programa de Revitalização e Incentivo à Produção de Campos Marítimos (Promar) | Os objetivos do programa contemplam a criação de condições para a revitalização dos campos marítimos maduros e de melhores condições para o aproveitamento econômico de acumulações de petróleo e gás natural consideradas como de economicidade marginal, também localizadas em mar. Base legal: Resolução CNPE nº 10/2020. |
| DPG.02.03 | Comitê de Monitoramento da Abertura do Mercado de Gás Natural (CMGN) e Relatório Trimestral | A atuação do comitê tem como objetivo monitorar a implementação das ações necessárias à abertura do mercado de gás natural e propor ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) eventuais medidas complementares. Os Relatórios Trimestrais do Comitê de Monitoramento da Abertura do Mercado de Gás Natural (CMGN) têm como objetivo acompanhar o processo de abertura do mercado por meio de indicadores e compilação de notícias relevantes. O Novo Mercado de Gás é o programa do Governo Federal que visa à formação de um mercado de gás natural aberto, dinâmico e competitivo, promovendo condições para redução do seu preço e, com isso, contribuir para o desenvolvimento econômico do País. Base legal: Resolução CNPE nº 10/2016; Resolução CNPE nº 04/2019; Resolução CNPE nº 16/2019; Decreto nº 9.934/2019. |
| DPG.02.04 | Abastece Brasil e Comitê Técnico Integrado para o Desenvolvimento do Mercado de Combustíveis, demais Derivados de Petróleo e Biocombustíveis (CT-CB) | Participação na iniciativa Abastece Brasil, que tem como objetivo o desenvolvimento do mercado de combustíveis e à segurança do abastecimento nacional, por meio da formulação de ações e medidas voltadas para a promoção da concorrência no setor, a atração de investimentos em refino e logística, e o combate à sonegação e à adulteração de combustíveis. Participação no CT-CB, que é o principal instrumento para execução dos trabalhos da iniciativa Abastece Brasil. Visa ao desenvolvimento do mercado de combustíveis, diante das mudanças na dinâmica do abastecimento nacional de derivados de petróleo. Base legal: Resolução CNPE nº 15/2017; Decreto nº 9.928/2019. |
| DPG.02.05 | Comitê RenovaBio | Participação no Comitê RenovaBio, que tem como objetivo monitorar e propor medidas preventivas ou corretivas para o adequado desenvolvimento da Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio). Visa subsidiar o Comitê nas discussões relacionadas à Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio). Base legal: Lei nº 13.576/2017; Decreto nº 9.888/2019. |

PORTFÓLIO DE AÇÕES DE SUPORTE E ASSESSORAMENTO À POLÍTICA PÚBLICA | ASP

| Nº. | AÇÃO ESTRATÉGICA | DESCRIÇÃO |
|-----------|--|--|
| DPG.02.06 | Comitê Técnico Combustível do Futuro (CT-CF) | Participação no Comitê Técnico Combustível do Futuro (CT-CF), que tem como objetivo propor ações e medidas para incrementar o uso de combustíveis sustentáveis e de baixa intensidade de carbono, bem como a aplicação de tecnologia veicular com vistas à descarbonização da matriz energética de transporte nacional. Visa subsidiar o comitê nas discussões relacionadas ao incremento do uso de combustíveis sustentáveis e de baixa intensidade de carbono na matriz energética de transporte nacional. Base legal: Resolução CNPE nº 7/2021. |
| DPG.02.07 | Monitoramento do Abastecimento | Participação no Comitê de Monitoramento do Abastecimento de Etanol (CMAE), no Comitê de Monitoramento do Abastecimento de Biodiesel (CMAB), no Grupo de Trabalho Teor de Biodiesel, na Mesa de Abastecimento de Diesel e no Comitê Setorial de Monitoramento do Suprimento Nacional de Combustíveis e Biocombustíveis (CMSNC). Visa subsidiar os comitês nas discussões relacionadas ao acompanhamento do mercado brasileiro de combustíveis. Resolução CNPE nº 14/2017, Resolução CNPE nº 18/2021, e Portaria nº 623/2022/MME. |
| DPG.02.08 | Grupo Técnico de Segurança de Infraestruturas Críticas de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (GTSIC PEGANBIO) | A Resolução CREDEN nº 7/2019 instituiu os Grupos Técnicos da área de Energia, dentre eles o de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (PEGANBIO). Visa estudar e propor a implementação de medidas e de ações relacionadas com a Segurança das Infraestruturas Críticas daquela área de atuação. Base legal: Resolução CREDEN nº 7/2019. |

PORTFÓLIO DE 14 AÇÕES DE SUPORTE E ACESSORAMENTO À POLÍTICA PÚBLICA | ASP

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO



OBJETIVOS ESTRATÉGICOS | CICLO 2022-2026

PERSPECTIVA DA SOCIEDADE

- S01 Estimular a modernização do ambiente de negócios e dos mecanismos de desenvolvimento da infraestrutura de energia no Brasil.
- S02 Fortalecer o diálogo com os múltiplos agentes do setor energético e demais partes interessadas, buscando consensos na promoção da transição energética nacional.

PERSPECTIVA DOS PROCESSOS FINALÍSTICOS

- PF01 Aprimorar a indicação de oportunidades de investimento no setor de energia, de forma integrada e isenta, visando à segurança energética nacional.
- PF02 Reduzir a assimetria de informações, favorecendo as tomadas de decisão nos setores de energia.
- PF03 Contribuir para a inovação, a transição energética e o desenvolvimento de novos modelos de negócios no setor energético.
- PF04 Aprimorar o assessoramento ao Ministério de Minas e Energia e às entidades responsáveis pela formulação da Política Energética Nacional.

PERSPECTIVA DOS PROCESSOS DE APOIO À GESTÃO

- AG01 Fortalecer a cultura de governança, visando à consolidação da gestão estratégica, de riscos e integridade, em consonância com as diretrizes governamentais e as melhores práticas do mercado.
- AG02 Aprimorar a gestão do conhecimento, a cultura de inovação e a eficiência corporativa, consolidando instrumentos de gestão e a integração entre as áreas.
- AG03 Fortalecer a infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC), ampliando as soluções tecnológicas e a entrega de sistemas de informação, suporte a Data Science e processamento de alto desempenho.
- AG04 Aperfeiçoar a gestão de pessoas, mediante a valorização do ser humano, visando o aprimoramento contínuo do conhecimento, a retenção dos talentos e o desenvolvimento gerencial.
- AG05 Aprimorar a gestão orçamentária para incrementar a qualidade do gasto, integrada aos instrumentos de gestão, avançando na obtenção de fontes de financiamento, com vistas a assegurar os recursos necessários para o cumprimento dos objetivos organizacionais.

PORTFÓLIO DE AÇÕES DE SUPORTE E ASSESSORAMENTO À POLÍTICA PÚBLICA | ASP

| ID | AÇÃO ESTRATÉGICA | ÁREA E GESTOR(A) RESPONSÁVEL | | PR | DEE | DEA | DPG | DGC |
|-----------|--|------------------------------|--|----|-----|-----|-----|-----|
| PR.02.01 | Análise Crítica, pela perspectiva do Planejamento Energético, do Suprimento de Energia Elétrica no País a partir da Atual Conjuntura Hídrica | PR GAB | Thiago Vasconcelos Barral Ferreira Presidente | ■ | ■ | ■ | | |
| DEE.02.01 | Cálculos e Revisões de Garantia Física | DEE SGE | Fernanda Gabriela Batista dos Santos Consultora Técnica II | | ■ | | | |
| DEE.02.02 | CPAMP: Acompanhamento dos Temas dos Ciclos 20/21 e 20/22 | DEE SGE | Pamella Elleng Rosa Sangy Consultora Técnica II | | ■ | | | |
| DEE.02.03 | Processos de Alteração de Características Técnicas | DEE SEG | Guilherme Mazolli Fialho Consultor Técnico I | | ■ | | | |
| DEE.02.04 | Avaliação Técnica, Econômica e Orçamentária de Usinas Hidroelétricas | DEE SEG | Guilherme Mazolli Fialho Consultor Técnico I | | ■ | ■ | | |
| DEE.02.05 | Apoio Técnico aos Leilões de Transmissão | DEE STE | Marcos Vinicius Gonçalves da Silva Farinha Consultor Técnico I | | ■ | ■ | | |
| DPG.02.01 | Programa de Revitalização da Atividade de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural em Áreas Terrestres (Reate) | DPG SPG | Regina Freitas Fernandes Consultora Técnica I | | | | ■ | |

IDENTIFICAÇÃO DAS ÁREAS NA PÁGINA 3

PORTFÓLIO DE AÇÕES DE SUPORTE E ASSESSORAMENTO À POLÍTICA PÚBLICA | ASP

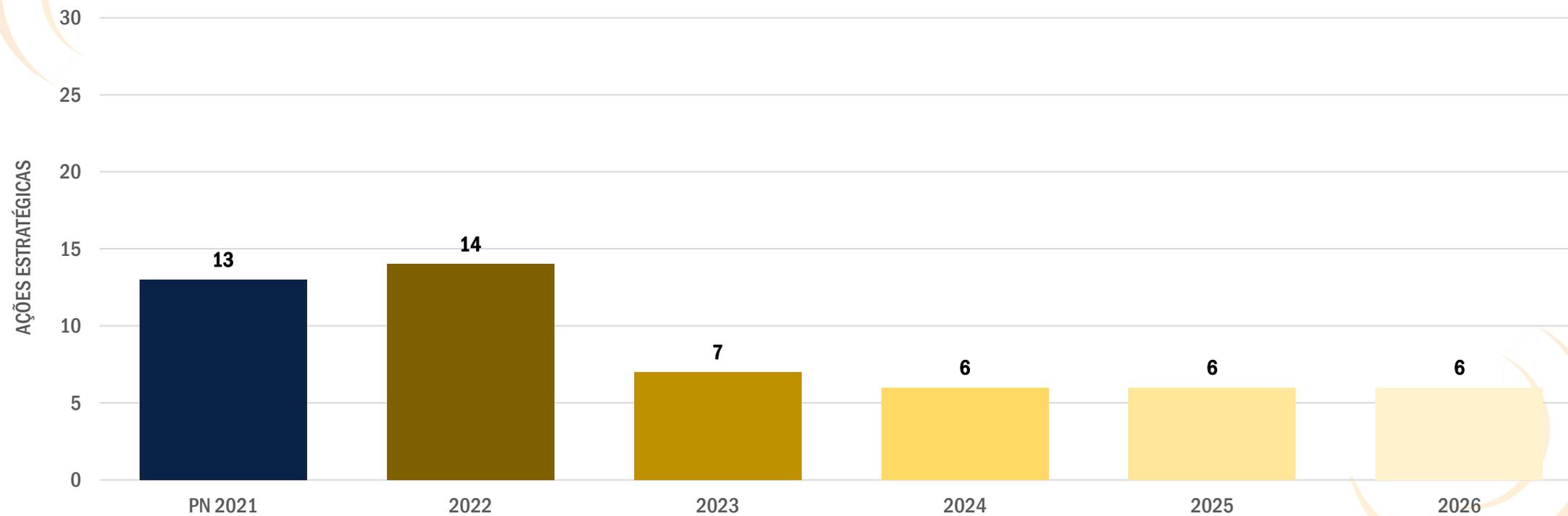
| ID | AÇÃO ESTRATÉGICA | ÁREA E GESTOR(A) RESPONSÁVEL | | PR | DEE | DEA | DPG | DGC |
|-----------|--|------------------------------|--|----|-----|-----|-----|-----|
| DPG.02.02 | Programa de Revitalização e Incentivo à Produção de Campos Marítimos (Promar) | DPG SPG | Regina Freitas Fernandes Consultora Técnica I | | | | ■ | |
| DPG.02.03 | Comitê de Monitoramento da Abertura do Mercado de Gás Natural (CMGN) e Relatório Trimestral | DPG SPG | Marcelo Ferreira Alfradique Superintendente Adjunto | | | | ■ | |
| DPG.02.04 | Abastece Brasil e Comitê Técnico Integrado para o Desenvolvimento do Mercado de Combustíveis, demais Derivados de Petróleo e Biocombustíveis (CT-CB) | DPG SDB | Marcelo Castello Branco Cavalcanti Superintendente Adjunto | | | | ■ | |
| DPG.02.05 | Comitê RenovaBio | DPG SDB | Rafael Barros Araujo Consultor Técnico I | | | | ■ | |
| DPG.02.06 | Comitê Técnico Combustível do Futuro (CT-CF) | DPG SDB | Rachel Martins Henriques Consultora Técnica II | | | | ■ | |
| DPG.02.07 | Monitoramento do Abastecimento | DPG SDB | Rachel Martins Henriques Consultora Técnica II | | ■ | | ■ | |
| DPG.02.08 | Grupo Técnico de Segurança de Infraestruturas Críticas de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (GTSIC PEGANBIO) | DPG SPG | Péricles de Abreu Brumati Analista de Pesquisa Energética | | | | ■ | |

IDENTIFICAÇÃO DAS ÁREAS NA PÁGINA 3

PORTFÓLIO DE AÇÕES DE SUPORTE E ASSESSORAMENTO À POLÍTICA PÚBLICA | ASP

DURAÇÃO DAS AÇÕES AO LONGO DO CICLO ESTRATÉGICO

14 AÇÕES
ESTRATÉGICAS



PORTFÓLIO DE AÇÕES DE SUPORTE E ASSESSORAMENTO À POLÍTICA PÚBLICA | ASP

| ID | AÇÃO ESTRATÉGICA | DURAÇÃO DA AÇÃO AO LONGO DO CICLO ESTRATÉGICO | | | | | |
|-----------|--|---|------|------|------|------|------|
| | | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 |
| PR.02.01 | Análise Crítica, pela perspectiva do Planejamento Energético, do Suprimento de Energia Elétrica no País a partir da Atual Conjuntura Hídrica | ■ | ■ | | | | |
| DEE.02.01 | Cálculos e Revisões de Garantia Física | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ |
| DEE.02.02 | CPAMP: Acompanhamento dos Temas dos Ciclos 20/21 e 20/22 | ■ | ■ | | | | |
| DEE.02.03 | Processos de Alteração de Características Técnicas | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ |
| DEE.02.04 | Avaliação Técnica, Econômica e Orçamentária de Usinas Hidroelétricas | ■ | ■ | | | | |
| DEE.02.05 | Apoio Técnico aos Leilões de Transmissão | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ |
| DPG.02.01 | Programa de Revitalização da Atividade de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural em Áreas Terrestres (Reate) | ■ | ■ | | | | |

PORTFÓLIO DE AÇÕES DE SUPORTE E ASSESSORAMENTO À POLÍTICA PÚBLICA | ASP

| ID | AÇÃO ESTRATÉGICA | DURAÇÃO DA AÇÃO AO LONGO DO CICLO ESTRATÉGICO | | | | | |
|-----------|--|---|------|------|------|------|------|
| | | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 |
| DPG.02.02 | Programa de Revitalização e Incentivo à Produção de Campos Marítimos (Promar) | ■ | ■ | | | | |
| DPG.02.03 | Comitê de Monitoramento da Abertura do Mercado de Gás Natural (CMGN) e Relatório Trimestral | ■ | ■ | | | | |
| DPG.02.04 | Abastece Brasil e Comitê Técnico Integrado para o Desenvolvimento do Mercado de Combustíveis, demais Derivados de Petróleo e Biocombustíveis (CT-CB) | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ |
| DPG.02.05 | Comitê RenovaBio | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ |
| DPG.02.06 | Comitê Técnico Combustível do Futuro (CT-CF) | ■ | ■ | ■ | | | |
| DPG.02.07 | Monitoramento do Abastecimento | ■ | ■ | | | | |
| DPG.02.08 | Grupo Técnico de Segurança de Infraestruturas Críticas de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (GTSIC PEGANBIO) | | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ |



PLANO DE NEGÓCIOS ANUAL 2022
PORTFÓLIO DE AÇÕES TRANSFORMADORAS | ATF

PORTFÓLIO DE AÇÕES TRANSFORMADORAS | ATF

PRESIDÊNCIA | PR

INTEGRA+ EPE

CULTURA ORGANIZACIONAL EM GESTÃO DE PROJETOS

CENÁRIOS DE EMISSÕES DO SETOR ENERGÉTICO

ACOMPANHAMENTO ESTRUTURADO DE TEMAS DE INTERESSE NO ÂMBITO LEGAL E REGULATÓRIO DO SETOR DE ENERGIA

DIRETORIA DE ESTUDOS DE ENERGIA ELÉTRICA | DEE

NOVOS PRODUTOS QUE AGREGAM VALOR AOS ESTUDOS DE ENERGIA ELÉTRICA

MODELO DE INTEGRAÇÃO DE GERAÇÃO, TRANSMISSÃO E GÁS NATURAL

ESTUDOS RELACIONADOS À MODERNIZAÇÃO E AO REALISMO DE MERCADO

APRIMORAMENTO DOS ESTUDOS DE PLANEJAMENTO DE EXPANSÃO DA TRANSMISSÃO

DIRETORIA DE ESTUDOS ECONÔMICO-ENERGÉTICOS E AMBIENTAIS | DEA

BASE DE DADOS E INFORMAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS

ESTUDOS SOBRE COMPENSAÇÃO FLORESTAL PARA EMISSÕES DE CARBONO DO SETOR ENERGÉTICO

ESTUDOS RELACIONADOS ÀS RESTRIÇÕES OPERATIVAS DE HIDRELÉTRICAS

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

DIRETORIA DE ESTUDOS DO PETRÓLEO, GÁS E BIOCOMBUSTÍVEIS | DPG

APRIMORAMENTO DA ANÁLISE DE BACIA SEDIMENTAR E MODELAGEM DE SISTEMAS PETROLÍFEROS

ESTUDO METODOLÓGICO PARA A AVALIAÇÃO DE VOLUME IN PLACE DE HIDROCARBONETOS EM BACIA SEDIMENTARES

CENARIZAÇÃO DA PRODUÇÃO NACIONAL DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL

APRIMORAMENTO DA ANÁLISE DE CUSTOS DE E&P

ESTUDOS SOBRE GÁS NATURAL LIQUEFEITO (GNL) EM PEQUENA ESCALA

FUTURO DO ABASTECIMENTO

NOVAS FRONTEIRAS PARA BIOCOMBUSTÍVEIS

ESTOCAGEM SUBTERRÂNEA DE GÁS NATURAL

DIRETORIA DE GESTÃO CORPORATIVA | DGC

APRIMORAMENTO DA INTEGRAÇÃO ENTRE OS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DA GESTÃO

IMPLANTAÇÃO DA GESTÃO DOCUMENTAL

RECOMPOSIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

DIMENSIONAMENTO DA FORÇA DE TRABALHO

PORTFÓLIO DE AÇÕES TRANSFORMADORAS | ATF

| Nº. | AÇÃO ESTRATÉGICA | DESCRIÇÃO |
|----------|--|---|
| PR.03.01 | Integra+ EPE | <p>Automatização de diversos processos que são atualmente conduzidos pelas diferentes áreas da Presidência (PR), ampliando o acesso de toda a empresa a informações gerenciais, estabelecendo novos formatos de comunicação interna e promovendo maior capacidade de resposta das respectivas áreas frente às demandas de rotina da empresa. Este programa é constituído por diferentes etapas e frentes, de forma a contemplar as necessidades peculiares de cada uma das áreas da PR, dentre as quais se destacam: Mapeamento dos processos e atividades passíveis à automatização/digitalização; Disponibilização de plataforma de assinatura eletrônica de documentos; Estruturação de banco de dados da Ouvidoria, da Secretaria-Geral e da Consultoria Jurídica; Digitalização dos canais de comunicação interna da EPE; Criação de plataforma para recebimento de demandas de comunicação institucional; Adoção de ferramentas para o gerenciamento de riscos da EPE; Adoção de ferramentas para o monitoramento do planejamento estratégico da EPE; e Estruturação de banco de dados sobre o Sistema Normativo da EPE, com proposição de ações de melhoria contínua. Este programa visa à automatização e à digitalização dos processos e fluxos de trabalhos críticos desenvolvidos no âmbito da Presidência, além de possibilitar maior integração com as demais áreas da empresa, com os objetivos de: Aprimorar os controles internos; Contribuir para a gestão do conhecimento da empresa; Reforçar as ações de governança adotadas pela empresa; e Otimizar a alocação de horas de trabalho da equipe técnica, com a redução da alocação de tempo na realização de trabalhos manuais e/ou operacionais. Convém ressaltar que a maior parte das ações previstas trará benefícios que poderão ser usufruídos por toda a EPE. Vale destacar que ele engloba o Plano de Tratamento de Riscos Estratégicos “Aquisição e Implantação de Soluções Tecnológicas para Apoio ao Planejamento Estratégico e à Área de Riscos e Controles Internos”, tendo seu monitoramento também exercido pelo Comitê Executivo de Governança, Riscos, Integridade e Controles Internos (CGRIC-X).</p> |
| PR.03.02 | Cultura Organizacional em Gestão de Projetos | <p>O programa apresenta como etapas principais, ao longo do seu ciclo, até 2023: Análise e revisão dos instrumentos normativos de gerenciamento de projetos disponíveis na EPE; Definição de modelos e metodologias de Gestão de Projetos da EPE (tangencia com a solução de aquisição de ERP de Governança); Revitalização do Comitê de Projetos da EPE; Instituição do Escritório de Projetos (PMO); Capacitação dos gerentes de projeto; e Suporte contínuo às áreas da empresa em Gestão de Projetos. Este programa visa à disseminação e uso das boas práticas de Gerenciamento de Projetos na EPE, com vistas a: potencializar a chance de sucesso dos projetos e programas da EPE; otimizar o uso dos recursos humanos, financeiros e tecnológicos da EPE, focando-os no controle, eficiência e aumento da produtividade; aumentar a chance de alcance das metas estabelecidas no Planejamento Estratégico Institucional; aprimorar a tomada de decisão dos gerentes de projetos e da Alta Administração, com base em informações dos projetos e naquelas resultantes dos seus monitoramentos; promover um ambiente em que a tomada de decisão colaborativa é mais fácil e mais frutífera; minimizar os riscos para projetos individuais em termos de impactos no negócio; e construir uma base de boas práticas em gestão de projetos que potencializará os resultados dos projetos futuros. Vale destacar que ele engloba o Plano de Tratamento de Riscos Estratégicos “Verificação da aderência da Gestão de Projetos à Empresa”, tendo seu monitoramento também exercido pelo Comitê Executivo de Governança, Riscos, Integridade e Controles Internos (CGRIC-X).</p> |

PORTFÓLIO DE AÇÕES TRANSFORMADORAS | ATF

| Nº. | AÇÃO ESTRATÉGICA | DESCRIÇÃO |
|----------|--|--|
| PR.03.03 | Cenários de Emissões do Setor Energético | <p>O objetivo fundamental é identificar os <i>trade-offs</i> a serem enfrentados pelo governo e pela sociedade brasileira no horizonte 2050 no caminho da neutralidade líquida de carbono. Pra isso, alguns passos são importantes: definição da estratégia de modelagem; simulações de distintos cenários de expansão de longo prazo do setor energético (PNE) e cenários complementares em curso); estimativa das emissões resultantes de cada cenário; e avaliação de alternativas para a redução ou compensação de emissões no setor energético. Este projeto visa à avaliação de alternativas para a redução ou compensação de emissões no setor energético, de modo a contribuir para o atendimento às Contribuições Nacionalmente Distribuídas (NDC), referentes ao Acordo de Paris, com vistas: à definição da estratégia de modelagem; à identificação das tecnologias, medidas e eventuais políticas públicas que poderiam embasar o estabelecimento de ambições adicionais para a NDC do Brasil no âmbito do Acordo de Paris; ao aprimoramento da indicação de oportunidades de investimento em mitigação de emissões no setor de energia, de forma integrada e isenta, visando à segurança energética nacional e à gestão de custos de abatimento de emissões de gases de efeito estufa no Setor Energético; à redução da assimetria de informação para a sociedade; ao aprimoramento do assessoramento ao MME e às entidades responsáveis pela formulação da Política Energética Nacional; e à contribuição com a gestão de conhecimento, de informação e de comunicação.</p> |
| PR.03.04 | Acompanhamento Estruturado de Temas de Interesse no Âmbito Legal e Regulatório do Setor de Energia | <p>O programa foi estruturado da seguinte forma: Levantamento de iniciativas existentes e pessoas envolvidas/chave; Levantamento das Necessidades; Priorização das Instituições, tipos de Publicação e informações que serão consideradas; Definição da ferramenta a ser utilizada; Definição de Fluxo de Processo e Responsabilidades; e Estruturação de Documento de Acompanhamento Gerencial. Quanto aos objetivos esperados, destacam-se: Divulgação, direcionada, de informações legais e regulatórias relevantes e estratégicas; Acompanhamento mais estruturado de temas legais e regulatórios; Monitoramento do andamento e/ou avanço de questões e temas relacionados às atividades da empresa; Possibilidade de quantificação do envolvimento das diversas áreas em processos de discussão pública, como consultas e audiências; Maior utilização de estudos da EPE como subsídio em discussões de criação e/ou revisão de legislação ou regulação; e Maior agilidade na identificação de discussões públicas ou pareceres que tenham relação com as atividades da EPE. Entende-se que o programa é transformador, pois a necessidade do que se propõe a estruturar é premente e não há na EPE processo ou unidade responsável por um acompanhamento integrado, mas apenas iniciativas, embora louváveis, mas pulverizadas entre as diversas áreas da EPE. Entende-se que o programa seja transformador, pois a necessidade do que se propõe a estruturar é premente e não há na EPE processo ou unidade responsável por um acompanhamento integrado, mas apenas iniciativas, embora louváveis, mas pulverizadas entre as diversas áreas da EPE.</p> |

PORTFÓLIO DE AÇÕES TRANSFORMADORAS | ATF

| Nº. | AÇÃO ESTRATÉGICA | DESCRIÇÃO |
|-----------|--|--|
| DEE.03.01 | Novos Produtos que Agregam Valor aos Estudos de Energia Elétrica | Elaboração e publicação de relatórios, documentos e estudos que remetam a temas em geração ou transmissão de energia elétrica, tais como novas tecnologias, avaliação dos ativos existentes nos estudos de planejamento, dentre outros. Visa à agregação de valor aos dados, tornando-os públicos à sociedade, conferindo transparência e prestação de novos serviços. |
| DEE.03.02 | Modelo de Integração de Geração, Transmissão e Gás Natural | Realização de estudos de planejamento mais integrados, aumentando o grau de otimização dos recursos, e também envolvendo a validação dos modelos utilizados. Visa à realização de um conjunto de estudos de planejamento mais integrados, aumentando o grau de otimização dos recursos. |
| DEE.03.03 | Estudos Relacionados à Modernização e ao Realismo de Mercado | Esse programa visa o detalhamento da proposta de novo modelo de comercialização (separação lastro e energia). Visa ao atendimento à constante necessidade de adequação dos estudos de planejamento à realidade e evoluções de mercado. |
| DEE.03.04 | Aprimoramento dos Estudos de Planejamento de Expansão da Transmissão | Esse projeto visa a atualização dos critérios utilizados nos estudos de planejamento da expansão da transmissão. Visa ao aperfeiçoamento da qualidade dos estudos de planejamento realizados tanto para fins de atendimento ao mercado, quanto para o escoamento de energia de empreendimentos de geração. |

PORTFÓLIO DE AÇÕES TRANSFORMADORAS | ATF

| Nº. | AÇÃO ESTRATÉGICA | DESCRIÇÃO |
|-----------|--|--|
| DEA.03.01 | Base de Dados e Informações Socioambientais | Elaboração de dois documentos base com variáveis, estatísticas e indicadores socioambientais para avaliar: (documento 1) as emissões de gases de efeito estufa, e as iniciativas/atividades do Setor Energético relativos à mitigação, adaptação, riscos, vulnerabilidade e resiliência frente às mudanças climáticas; e (documento 2) os efeitos da geração, transmissão, distribuição e consumo da energia sobre o bem-estar; e elaboração de duas ferramentas: (BiodiEPE) ferramenta interativa que reúne base de dados e informações relevantes sobre a biodiversidade para suporte a localização de projetos de energia e (emissões GEE) ferramenta de cálculo automatizado das emissões de GEE do Setor Energético no médio e longo prazos. Visa à estruturação de bases de dados e informações para o desenvolvimento de ferramentas, indicadores e estatísticas socioambientais, com vistas à facilitar o diálogo e o relacionamento com a sociedade, reduzir a assimetria de informações e buscar consensos sobre as análises e os estudos socioambientais que subsidiam o Planejamento Energético Nacional e orientam a tomada de decisão. |
| DEA.03.02 | Estudos sobre Compensação Florestal para Emissões de Carbono do Setor Energético | Elaboração de documento síntese com proposta do conjunto de instrumentos de originação de projetos, de verificação e emissão de créditos de carbono e de compensação de emissões. Visa estruturar mecanismos e instrumentos para promoção de arranjos entre o setor energético brasileiro, principalmente nas fontes carbono intensivas, e a conservação e restauração de florestas no Brasil, com vistas a contribuir para a redução da emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE) e facilitar o atingimento do compromisso do Brasil no Acordo de Paris, além de contribuir com a transição energética brasileira. |
| DEA.03.03 | Estudos Relacionados às Restrições Operativas de Hidrelétricas | Avaliação dos impactos das restrições operativas das usinas hidrelétricas (UHE) no Sistema Interligado Nacional (SIN). O estudo das restrições operativas das UHE, em especial as motivadas por questões socioambientais, pode contribuir para a avaliação da capacidade das UHE de atendimento aos requisitos do Sistema, inclusive no que se refere à flexibilidade, além de sinalizar as restrições operativas que poderiam ser negociadas ou flexibilizadas. Esses estudos integram as UHEs, suas restrições operativas, vazões de uso consuntivo da Agência Nacional de Águas (Ana) e o mapeamento de potencial conflito pelo uso da água e outros dados de interesse, fornecendo subsídios para o planejamento do SIN, nos médio e longo prazos. |
| DEA.03.04 | Recursos Energéticos Distribuídos (RED) | Suspensa e incorporada à ação estratégica DEA.03.06 - Transição Energética. |

PORTFÓLIO DE AÇÕES TRANSFORMADORAS | ATF

| Nº. | AÇÃO ESTRATÉGICA | DESCRIÇÃO |
|-----------|----------------------|---|
| DEA.03.05 | Hidrogênio | Suspensa e incorporada à ação estratégica DEA.03.06 - Transição Energética. |
| DEA.03.06 | Transição Energética | <p>Aprimoramento da elaboração cenários energéticos de longo prazo através do desenvolvimento de parcerias que possibilitem um amplo debate entre partes interessadas e busca contribuir para a construção de consensos estratégicos nas discussões sobre transição energética. Este programa visa: (a) contribuir para fortalecer o diálogo com múltiplos agentes do setor energético e demais partes interessadas, buscando consensos na promoção da transição energética nacional; (b) reduzir a assimetria de informação, favorecendo as tomadas de decisão no setor de energia; (c) contribuir para a inovação, a transição energética e o desenvolvimento de novos modelos de negócios no setor energético; (d) aprimorar o assessoramento ao MME e às entidades responsáveis pela formulação da Política Energética Nacional; e (e) buscar alternativas de financiamento para o desenvolvimento das atividades da EPE. Avaliação de oportunidades de penetração de fontes/tecnologias de Recursos Energéticos Distribuídos (RED) sob a ótica do consumidor final, provendo maior alcance deles ao público. Este programa visa: (a) contribuir para estimular a modernização do ambiente de negócios e dos mecanismos de desenvolvimento da infraestrutura de energia no Brasil; (b) fortalecer o diálogo com múltiplos agentes do setor energético e demais partes interessadas, buscando consensos na promoção da transição energética nacional; (c) aprimorar a indicação de oportunidades de investimento no setor de energia, de forma integrada e isenta, visando à segurança energética nacional; (d) reduzir a assimetria de informação; (e) aprimorar o assessoramento ao Ministério de Minas e Energia (MME) e às entidades responsáveis pela formulação da Política Energética Nacional; e (f) contribuir com a gestão de conhecimento, de informação e de comunicação da EPE. Avaliação das oportunidades para o Brasil como produtor, fornecedor e usuário de H2, que ganhou destaque no contexto da transição energética internacional. Este programa visa: (a) contribuir para estimular a modernização do ambiente de negócios e dos mecanismos de desenvolvimento da infraestrutura de energia no Brasil; (b) fortalecer o diálogo com múltiplos agentes do setor energético e demais partes interessadas, buscando consensos na promoção da transição energética nacional; (c) aprimorar a indicação de oportunidades de investimento no setor de energia, de forma integrada e isenta, visando à segurança energética nacional; (d) reduzir a assimetria de informação; (e) aprimorar o assessoramento ao Ministério de Minas e Energia (MME) e às entidades responsáveis pela formulação da Política Energética Nacional; e (f) contribuir com a gestão de conhecimento, de informação e de comunicação da EPE. Esta ação também visa responder as demandas do Ministério de Minas e Energia (MME) específicas sobre Angra 3 e estudos acerca dos Advanced Small Modular Reactors (SMR). Trata-se, portanto, do estudo de novas tecnologias, modelos de negócios e oportunidades de investimentos em usinas de geração termonucleares, considerando a Política Nuclear Brasileira, a manutenção e o desenvolvimento da expertise técnica na área. Este programa visa: (a) contribuir para estimular a modernização do ambiente de negócios e dos mecanismos de desenvolvimento da infraestrutura de energia no Brasil; (b) fortalecer o diálogo com múltiplos agentes do setor energético e demais partes interessadas, buscando consensos na promoção da transição energética nacional; (c) aprimorar a indicação de oportunidades de investimento no setor de energia, de forma integrada e isenta, visando à segurança energética nacional; (d) reduzir a assimetria de informação; (e) aprimorar o assessoramento ao MME e às entidades responsáveis pela formulação da Política Energética Nacional; e (f) contribuir com a gestão de conhecimento, de informação e de comunicação da EPE.</p> |

PORTFÓLIO DE AÇÕES TRANSFORMADORAS | ATF

| Nº. | AÇÃO ESTRATÉGICA | DESCRIÇÃO |
|-----------|---|--|
| DPG.03.01 | Aprimoramento da Análise de Bacia Sedimentar e Modelagem de Sistemas Petrolíferos | Interpretação de linhas sísmicas em áreas de duas bacias sedimentares brasileiras, de ambientes distintos (terra e mar), associada à modelagem 1D em poços de perfuração de hidrocarbonetos situados próximos às linhas escolhidas. Visa ao incremento da curva de aprendizado da equipe de E&P na análise de bacias sedimentares brasileiras, aprimorando o conhecimento da técnica de interpretação sísmica e modelagem de sistemas petrolíferos, a partir da prática. Com isso espera-se que melhorias sejam agregadas, sobretudo às análises do estudo bianual Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás. Base legal: Lei nº 10.847/2004. |
| DPG.03.02 | Estudo Metodológico para a Avaliação de Volume <i>in Place</i> de Hidrocarbonetos em Bacia Sedimentares | Elaboração de um estudo, com base na literatura e nas aplicações da Indústria do Petróleo e Gás Natural, que aborde aspectos metodológicos com foco na avaliação regional de volume <i>in place</i> de hidrocarbonetos em bacias sedimentares. O estudo tem como objetivo elaborar uma metodologia com base na literatura e nas aplicações da Indústria do Petróleo e Gás Natural, que possibilite a estimativa de volumes <i>in place</i> de hidrocarbonetos em porções regionais das bacias sedimentares brasileiras. O estudo pode auxiliar no avanço da avaliação do potencial em termos volumétricos, visando o estoque de hidrocarbonetos. Base legal: Lei nº 10.847/2004. |
| DPG.03.03 | Cenarização da Produção Nacional de Petróleo e Gás Natural | Construção de trajetórias de produção de petróleo e gás natural, que apresentem curvas inferiores e superiores às de referência. Visa elaborar uma metodologia com base em critérios de cenarização para obtenção das trajetórias de produção nacional de petróleo e gás natural. Representa melhoria nas curvas de produção de petróleo e gás já elaboradas na Diretoria de Estudos do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (EPE/DPG). Base legal: Lei nº 10.847/2004. |
| DPG.03.04 | Aprimoramento da Análise de Custos de E&P | Projeto para a migração da Base de Dados de Custos de E&P para o SQL Server. Desenvolvimento de ferramentas em Business Intelligence. A migração efetiva depende da disponibilidade de recursos humanos da Superintendência de Tecnologia da Informação da EPE. Visa ao aprimoramento da equipe da Secretaria de Petróleo e Gás (MME/SPG) em analisar os custos dos diversos projetos de exploração e produção (E&P), aperfeiçoando o assessoramento ao MME e auxiliando-o na tomada de decisões no desenvolvimento de Políticas Públicas Setoriais. Base legal: Lei nº 10.847/2004. |

PORTFÓLIO DE AÇÕES TRANSFORMADORAS | ATF

| Nº. | AÇÃO ESTRATÉGICA | DESCRIÇÃO |
|-----------|--|--|
| DPG.03.05 | Estudos sobre Gás Natural Liquefeito (GNL) em Pequena Escala | Os estudos têm como objetivo analisar o transporte de gás natural em pequena escala. Também será escopo do trabalho estudar projetos de atendimento por transporte de gás em pequena escala para regiões com baixo patamar de demanda. O desenvolvimento da nota técnica visa reduzir a assimetria de informação e indicar possíveis investimentos na indústria de gás natural brasileira. Base legal: Lei nº 10.847/2004. |
| DPG.03.06 | Futuro do Abastecimento | Desenvolvimento do novo modelo de planejamento do abastecimento de derivados de petróleo e de metodologia para indicação de investimentos em infraestrutura dutoviária para transporte de derivados, além de estudo de cenários para a demanda de gás liquefeito de petróleo (GLP) no Brasil e seus reflexos sobre a oferta e a infraestrutura de transporte e armazenamento deste combustível. Visa subsidiar os estudos de planejamento do abastecimento de derivados de petróleo, com ênfase na segurança energética nacional e na redução da assimetria de informações, favorecendo as tomadas de decisão no setor de energia. Base legal: Lei nº 10.847/2004. |
| DPG.03.07 | Novas Fronteiras para Biocombustíveis | Desenvolvimento de modelos matemáticos para subsidiar o MME na Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio) e estudos para avaliar a inserção de novos biocombustíveis, além da expansão da produção e uso dos convencionais, que possam contribuir para a transição energética de baixo carbono. Visa ao suporte ao Ministério de Minas e Energia (MME) na implementação da Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio) e na definição das metas de descarbonização dos combustíveis, além de avaliação da inserção de novos biocombustíveis, contribuindo para a transição energética de baixo carbono, através da inovação e desenvolvimento de novos modelos de negócios no setor energético. Base legal: Lei nº 13.576/2017; Resolução CNPE nº 7/2021. |
| DPG.03.08 | Estocagem Subterrânea de Gás Natural | Projeto de contratação de uma consultoria para Estocagem Subterrânea de Gás Natural, financiado pelo Banco Mundial, com o objetivo de trazer subsídios para a EPE sobre o tema e, especificamente, indicar alvos para a estocagem subterrânea de gás natural nas bacias sedimentares brasileiras. |

PORTFÓLIO DE AÇÕES TRANSFORMADORAS | ATF

| Nº. | AÇÃO ESTRATÉGICA | DESCRIÇÃO |
|-----------|---|---|
| DGC.03.01 | Aprimoramento da Integração entre os Instrumentos de Planejamento da Gestão | <p>Este projeto possui as seguintes etapas: levantamento dos instrumentos de planejamento, contemplando todos os seus insumos e resultados; levantamento das interações de insumos e resultados dos instrumentos de planejamento da EPE; desenho do fluxo atual do processo (<i>AS IS</i>); integração do cronograma de planejamento; adaptação de cada instrumento de planejamento para que seus insumos e resultados possam servir de informação para a próxima etapa do planejamento; definição de responsabilidades de cada área que realiza cada instrumento; desenho do processo <i>TO BE</i>; e estabelecimento de procedimento de revisão dos instrumentos de planejamento. Visa à mudança da forma com o planejamento e execução orçamentária na EPE são realizados com intuito de: melhorar a interface entre a Diretoria de Gestão Corporativa (EPE/DGC) e as áreas que necessitam de disponibilidade orçamentária; gerar informações estruturadas de forma rápida que auxiliarão na tomada de decisões; dar maior transparência dos valores planejados e executados; integrar informações contratuais, orçamentárias, financeiras e de planos estratégicos, táticos e operacionais; auxiliar e organizar informações nas prestações de contas, principalmente no que diz respeito à execução física e à impositividade do orçamento; gerar mais eficiência na execução orçamentária, tanto no quantitativo a ser realizado quanto na qualidade do gasto; e consolidar o cronograma dos instrumentos de planejamento da empresa a fim de subsidiar o planejamento orçamentário nos prazos constitucionais e legais. Uma vez que esta ação é um dos Planos de Tratamento de Riscos Estratégicos, seu monitoramento também ocorrerá pelo Comitê Executivo de Governança, Riscos, Integridade e Controles Internos (CGRIC-X).</p> |
| DGC.03.02 | Implantação da Gestão Documental | <p>Programa de gestão documental desenvolvido e implementado, contemplando: realização de reuniões de orientação inicial com os integrantes do SIGA; elaboração do Plano de Gestão Documental; pactuação do Plano de Gestão Documental com a alta administração da EPE; execução do Plano de Gestão Documental pela EPE, com apoio dos integrantes do SIGA; e monitoramento e avaliação interna (EPE) e externa (órgão central e setorial do SIGA, quando for o caso). Este programa visa: ao tratamento do fluxo documental; à padronização na elaboração de documentos; à padronização dos procedimentos operacionais; à orientação sobre o arquivamento e descarte de documentação física e digital; ao tratamento de todo o acervo documental da EPE; ao alinhamento às diretrizes legais relacionadas à Gestão Documental; à mitigação de riscos operacionais/ procedimentais e documentais; e ao aumento da eficiência e eficácia organizacional. Uma vez que esta ação é um dos Planos de Tratamento de Riscos Estratégicos, seu monitoramento também ocorrerá pelo Comitê Executivo de Governança, Riscos, Integridade e Controles Internos (CGRIC-X). Base legal: Constituição Federal; Lei nº 8159/1991; Decreto nº 4.073/2002; Lei nº 12.527/2011; Decreto nº 7.724/2012; Decreto nº 9.507/2018; Decreto nº 10.148/2019.</p> |

PORTFÓLIO DE AÇÕES TRANSFORMADORAS | ATF

| Nº. | AÇÃO ESTRATÉGICA | DESCRIÇÃO |
|-----------|--------------------------------------|--|
| DGC.03.03 | Recomposição da Força de Trabalho | Ainda que tenham ocorrido interfaces com as Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais e Secretaria de Gestão de Pessoas do Ministério da Economia (ME/SEST e ME/SGP), o escopo da ação de tratamento sofreu alteração para fazer frente à necessidade de recomposição conjuntural da força de trabalho. Recomposição da força de trabalho por meio de concurso público para reposição de vagas; ampliação do programa de estagiários, alcançando estudos de Pós-Graduação. Em relação à movimentação externa. Os indeferimentos pelo Ministério da Economia representaram um entrave para a continuidade desta frente. Este projeto, de cunho conjuntural, visa dotar a empresa de profissionais que contribuam para a redução do gap decorrente dos desligamentos e apoiem a consecução das entregas e cumprimento das competências institucionais, visto que a EPE possui força de trabalho insuficiente ao cumprimento das atividades estratégicas e competências institucionais, sobrecarga de trabalho e absenteísmo. Uma vez que esta ação é um dos Planos de Tratamento de Riscos Estratégicos, seu monitoramento também ocorrerá pelo Comitê Executivo de Governança, Riscos, Integridade e Controles Internos (CGRIC-X). |
| DGC.03.04 | Dimensionamento da Força de Trabalho | Consiste na realização de levantamento das entregas e esforços da EPE a fim de subsidiar o dimensionamento quali-quantitativo da força de trabalho da EPE. Este projeto, de cunho estrutural, visa desenvolver um estudo com vistas a suprir a empresa de força de trabalho a fim de possibilitar a consecução das entregas e o consequente cumprimento das competências institucionais. Ele se justifica pelo fato de a EPE possuir força de trabalho insuficiente ao cumprimento das atividades estratégicas e competências institucionais, resultando em sobrecarga de trabalho, absenteísmo. Além disso, percebe-se a falta de fundamentação para decisões estratégicas relativas a quadro de pessoal. Espera-se, também, a melhoria da qualidade de vida no trabalho. Uma vez que esta ação é um dos Planos de Tratamento de Riscos Estratégicos, seu monitoramento também ocorrerá pelo Comitê Executivo de Governança, Riscos, Integridade e Controles Internos (CGRIC-X). |

PORTFÓLIO DE AÇÕES TRANSFORMADORAS | ATF

| ID | AÇÃO ESTRATÉGICA | ÁREA E GESTOR(A) RESPONSÁVEL | | PR | DEE | DEA | DPG | DGC |
|-----------|--|------------------------------|---|----|-----|-----|-----|-----|
| PR.03.01 | Integra+ EPE | PR GAB | Mariana de Assis Espécie Chefe de Gabinete | ■ | | | | |
| PR.03.02 | Cultura Organizacional em Gestão de Projetos | PR GAB | Carlos Henrique Brasil de Carvalho Assessor da Presidência | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ |
| PR.03.03 | Cenários de Emissões do Setor Energético | PR GAB | Patricia Costa Gonzales de Nunes Assessora da Presidência | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ |
| PR.03.04 | Acompanhamento Estruturado de Temas de Interesse no Âmbito Legal e Regulatório do Setor de Energia | PR GAB | Patricia Costa Gonzales de Nunes Assessora da Presidência | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ |
| DEE.03.01 | Novos Produtos que Agregam Valor aos Estudos de Energia Elétrica | DEE SGE | Gustavo Pires da Ponte Superintendente Adjunto | | ■ | | | |
| DEE.03.02 | Modelo de Integração de Geração, Transmissão e Gás Natural | DEE SEG | Pamella Elleng Rosa Sangy Consultora Técnica II | | ■ | | ■ | |
| DEE.03.03 | Estudos Relacionados à Modernização e ao Realismo de Mercado | DEE GAB | Renata Nogueira Francisco de Carvalho Assessora da Diretoria | | ■ | | | |
| DEE.03.04 | Aprimoramento dos Estudos de Planejamento de Expansão da Transmissão | DEE STE | Thiago de Faria Rocha Dourado Martins Superintendente Adjunto | | ■ | | | |

PORTFÓLIO DE AÇÕES TRANSFORMADORAS | ATF

| ID | AÇÃO ESTRATÉGICA | ÁREA E GESTOR(A) RESPONSÁVEL | | PR | DEE | DEA | DPG | DGC |
|-----------|---|------------------------------|--|----|-----|-----|-----|-----|
| DEA.03.01 | Base de Dados e Informações Socioambientais | DEA SMA | Elisângela Medeiros de Almeida Superintendente | | | ■ | | ■ |
| DEA.03.02 | Estudos sobre Compensação Florestal para Emissões de Carbono do Setor Energético | DEA SMA | Elisângela Medeiros de Almeida Superintendente | ■ | | ■ | | |
| DEA.03.03 | Estudos Relacionados às Restrições Operativas de Hidrelétricas | DEA SMA | Elisângela Medeiros de Almeida Superintendente | ■ | ■ | ■ | | ■ |
| DEA.03.06 | Transição Energética | DEA SEE | Gustavo Naciff de Andrade Superintendente Adjunto | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ |
| DPG.03.01 | Aprimoramento da Análise de Bacia Sedimentar e Modelagem de Sistemas Petrolíferos | DPG SPG | Katia Souza d'Almeida Analista de Pesquisa Energética | | | | ■ | |
| DPG.03.02 | Estudo Metodológico para a Avaliação de Volume <i>in Place</i> de Hidrocarbonetos em Bacia Sedimentares | DPG SPG | Roberta de Albuquerque Cardoso Consultora Técnica II | | | | ■ | |
| DPG.03.03 | Cenarização da Produção Nacional de Petróleo e Gás Natural | DPG SPG | Adriana Queiroz Ramos Analista de Pesquisa Energética | | | | ■ | |
| DPG.03.04 | Aprimoramento da Análise de Custos de E&P | DPG SPG | Victor Hugo Trocate da Silva Analista de Pesquisa Energética | | | | ■ | ■ |

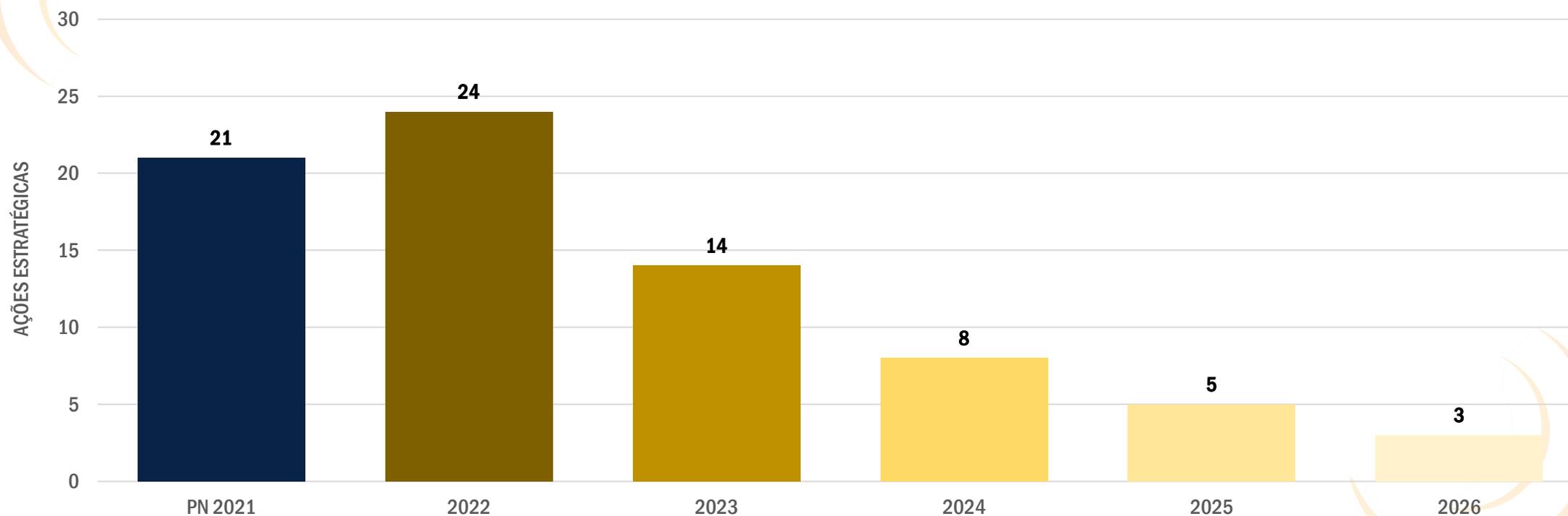
PORTFÓLIO DE AÇÕES TRANSFORMADORAS | ATF

| ID | AÇÃO ESTRATÉGICA | ÁREA E GESTOR(A) RESPONSÁVEL | | PR | DEE | DEA | DPG | DGC |
|-----------|---|------------------------------|--|----|-----|-----|-----|-----|
| DPG.03.05 | Estudos sobre Gás Natural Liquefeito (GNL) em Pequena Escala | DPG SPG | Ana Claudia Sant'Ana Pinto Consultora Técnica II | | | | ■ | |
| DPG.03.06 | Futuro do Abastecimento | DPG SDB | Patricia Feitosa Bonfim Stelling Consultora Técnica II | | | ■ | ■ | ■ |
| DPG.03.07 | Novas Fronteiras para Biocombustíveis | DPG SDB | Rafael Barros de Araujo Consultor Técnico I | | | | ■ | ■ |
| DPG.03.08 | Estocagem Subterrânea de Gás Natural | DPG SPG | Marcelo Ferreira Alfradique Superintendente Adjunto | ■ | | | ■ | ■ |
| DGC.03.01 | Aprimoramento da Integração entre os Instrumentos de Planejamento da Gestão | DGC SRF | Mariana Gonçalves de Azevedo Pacheco Superintendente Adjunta | ■ | | | | ■ |
| DGC.03.02 | Implantação da Gestão Documental | DGC SRL | José Guilherme de Azevedo Pacheco Consultor Técnico III | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ |
| DGC.03.03 | Recomposição da Força de Trabalho | DGC SGP | Clarisse Moreira Alves Superintendente Adjunta | | | | | ■ |
| DGC.03.04 | Dimensionamento da Força de Trabalho | DGC SGP | Clarisse Moreira Alves Superintendente Adjunta | | | | | ■ |

PORTFÓLIO DE AÇÕES TRANSFORMADORAS | ATF

DURAÇÃO DAS AÇÕES AO LONGO DO CICLO ESTRATÉGICO

24 AÇÕES
ESTRATÉGICAS



PORTFÓLIO DE AÇÕES TRANSFORMADORAS | ATF

| ID | AÇÃO ESTRATÉGICA | DURAÇÃO DA AÇÃO AO LONGO DO CICLO ESTRATÉGICO | | | | | |
|-----------|--|---|------|------|------|------|------|
| | | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 |
| PR.03.01 | Integra+ EPE | ■ | ■ | ■ | ■ | | |
| PR.03.02 | Cultura Organizacional em Gestão de Projetos | ■ | ■ | ■ | | | |
| PR.03.03 | Cenários de Emissões do Setor Energético | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ | |
| PR.03.04 | Acompanhamento Estruturado de Temas de Interesse no Âmbito Legal e Regulatório do Setor de Energia | ■ | ■ | ■ | | | |
| DEE.03.01 | Novos Produtos que Agregam Valor aos Estudos de Energia Elétrica | ■ | ■ | ■ | ■ | | |
| DEE.03.02 | Modelo de Integração de Geração, Transmissão e Gás Natural | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ | |
| DEE.03.03 | Estudos Relacionados à Modernização e ao Realismo de Mercado | ■ | ■ | | | | |
| DEE.03.04 | Aprimoramento dos Estudos de Planejamento de Expansão da Transmissão | ■ | ■ | | | | |

PORTFÓLIO DE AÇÕES TRANSFORMADORAS | ATF

| ID | AÇÃO ESTRATÉGICA | DURAÇÃO DA AÇÃO AO LONGO DO CICLO ESTRATÉGICO | | | | | |
|-----------|---|---|------|------|------|------|------|
| | | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 |
| DEA.03.01 | Base de Dados e Informações Socioambientais | ■ | ■ | ■ | | | |
| DEA.03.02 | Estudos sobre Compensação Florestal para Emissões de Carbono do Setor Energético | ■ | ■ | | | | |
| DEA.03.03 | Estudos Relacionados às Restrições Operativas de Hidrelétricas | ■ | ■ | | | | |
| DEA.03.06 | Transição Energética | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ |
| DPG.03.01 | Aprimoramento da Análise de Bacia Sedimentar e Modelagem de Sistemas Petrolíferos | ■ | ■ | | | | |
| DPG.03.02 | Estudo Metodológico para a Avaliação de Volume <i>in Place</i> de Hidrocarbonetos em Bacia Sedimentares | | ■ | | | | |
| DPG.03.03 | Cenarização da Produção Nacional de Petróleo e Gás Natural | | ■ | | | | |
| DPG.03.04 | Aprimoramento da Análise de Custos de E&P | ■ | ■ | ■ | | | |

PORTFÓLIO DE AÇÕES TRANSFORMADORAS | ATF

| ID | AÇÃO ESTRATÉGICA | DURAÇÃO DA AÇÃO AO LONGO DO CICLO ESTRATÉGICO | | | | | |
|-----------|---|---|------|------|------|------|------|
| | | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 |
| DPG.03.05 | Estudos sobre Gás Natural Liquefeito (GNL) em Pequena Escala | | ■ | | | | |
| DPG.03.06 | Futuro do Abastecimento | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ |
| DPG.03.07 | Novas Fronteiras para Biocombustíveis | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ |
| DPG.03.08 | Estocagem Subterrânea de Gás Natural | ■ | ■ | ■ | ■ | | |
| DGC.03.01 | Aprimoramento da Integração entre os Instrumentos de Planejamento da Gestão | ■ | ■ | | | | |
| DGC.03.02 | Implantação da Gestão Documental | ■ | ■ | ■ | | | |
| DGC.03.03 | Recomposição da Força de Trabalho | ■ | ■ | | | | |
| DGC.03.04 | Dimensionamento da Força de Trabalho | ■ | ■ | ■ | | | |



PLANO DE NEGÓCIOS ANUAL 2022
PORTFÓLIO DE AÇÕES DE TRATAMENTO DE RISCOS ESTRATÉGICOS | ATR

RISCOS ESTRATÉGICOS ASSOCIADOS AO PLANO ESTRATÉGICO DE LONGO PRAZO

PERSPECTIVA DA SOCIEDADE

S01

Estimular a modernização do ambiente de negócios e dos mecanismos de desenvolvimento da infraestrutura de energia no Brasil.

RISCO #01

8

Perda da relevância como ator ou efetividade no processo.

RISCO #02

6

Perda de eficácia do planejamento energético.

S02

Fortalecer o diálogo com os múltiplos agentes do setor energético e demais partes interessadas, buscando consensos na promoção da transição energética nacional.

RISCO #03

6

Deficiência nas relações institucionais.

RISCO #04

4

Inadequação da comunicação junto às partes interessadas.

NÍVEL DE CRITICIDADE DOS RISCOS = PROBABILIDADE x IMPACTO

RISCOS ESTRATÉGICOS ASSOCIADOS AO PLANO ESTRATÉGICO DE LONGO PRAZO

PERSPECTIVA DOS PROCESSOS FINALÍSTICOS

PF01

Aprimorar a indicação de oportunidades de investimento no setor de energia, de forma integrada e isenta, visando à segurança energética nacional.

RISCO #05

9

Desalinhamento técnico com a realidade, tendências de mercado ou políticas públicas.

PF02

Reduzir a assimetria de informações, favorecendo as tomadas de decisão nos setores de energia.

RISCO #06

6

Elevação do custo de transação para tomada de decisões eficientes pelo governo, mercado e sociedade, bem como ocorrências de barreiras informacionais a novos entrantes nos setores de energia.

PF03

Contribuir para a inovação, a transição energética e o desenvolvimento de novos modelos de negócios no setor energético.

RISCO #05

9

Desalinhamento técnico com a realidade, tendências de mercado ou políticas públicas.

PF04

Aprimorar o assessoramento ao Ministério de Minas e Energia e às entidades responsáveis pela formulação da Política Energética Nacional.

RISCO #07

9

Ocorrência de conflitos institucionais e técnicos entre a EPE e o MME, em especial com a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético - SPE.

RISCO #08

12

Dificuldade responder tempestivamente às demandas urgentes ou novas tanto do MME, quanto do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE e do Congresso Nacional

NÍVEL DE CRITICIDADE DOS RISCOS = PROBABILIDADE x IMPACTO

RISCOS ESTRATÉGICOS ASSOCIADOS AO PLANO ESTRATÉGICO DE LONGO PRAZO

PERSPECTIVA DE APOIO À GESTÃO

AG01

Fortalecer a cultura de governança, visando à consolidação da gestão estratégica, de riscos e integridade, em consonância com as diretrizes governamentais e as melhores práticas do mercado.

RISCO #09

6

Práticas não eficazes de gestão e dificuldades de garantia da conformidade.

RISCO #10

3

Falta de aderência às boas práticas de Governança Corporativa.

AG02

Aprimorar a gestão do conhecimento, a cultura de inovação e a eficiência corporativa, consolidando instrumentos de gestão e a integração entre as áreas.

RISCO #11

6

Indisponibilidade ou falta de qualidade das informações.

RISCO #12

4

Inexecução do planejamento estratégico.

AG03

Fortalecer a infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC), ampliando as soluções tecnológicas e a entrega de sistemas de informação, suporte a *Data Science* e processamento de alto desempenho.

RISCO #13

6

Não identificar e não combater defasagens tecnológicas que possam impactar o negócio.

RISCO #14

12

Indisponibilidade de infraestrutura e sistemas de informação adequados para o negócio.

NÍVEL DE CRITICIDADE DOS RISCOS = PROBABILIDADE x IMPACTO

RISCOS ESTRATÉGICOS ASSOCIADOS AO PLANO ESTRATÉGICO DE LONGO PRAZO

PERSPECTIVA DE APOIO À GESTÃO

AG04

Aperfeiçoar a gestão de pessoas, mediante a valorização do ser humano, visando ao aprimoramento contínuo do conhecimento, à retenção dos talentos e ao desenvolvimento gerencial.

RISCO #15

3

Comprometimento do conhecimento organizacional nas dimensões técnica e gerencial.

RISCO #16

6

Desgaste do clima organizacional.

RISCO #17

16

Força de trabalho insuficiente para o cumprimento das atividades estratégicas.

AG05

Aprimorar a gestão orçamentária para incrementar a qualidade do gasto, integrada aos instrumentos de gestão, avançando na obtenção de fontes de financiamento, com vistas a assegurar os recursos necessários para o cumprimento dos objetivos organizacionais.

RISCO #18

20

Insuficiência de recursos orçamentários e financeiros para o cumprimento dos objetivos organizacionais.

RISCO #19

6

Deficiência de controle físico, orçamentário e financeiro, trazendo prejuízos e atrasos ao cumprimento dos objetivos de negócio.

RISCOS ESTRATÉGICOS ASSOCIADOS AO PLANO ESTRATÉGICO DE LONGO PRAZO

MATRIZ DE RISCOS RESIDUAIS

| | | PROBABILIDADE | | | | |
|---------|-----------------|---------------------------------|-------------------------------|--|------------------------|-------------------------------|
| | | [1] Muito Baixa (Improvável) | [2] Baixa (Pouco Provável) | [3] Média (Possível) | [4] Alta (Provável) | [5] Muito Alta (Frequente) |
| IMPACTO | [1] Desprezível | | | R07 R10 R15 | | |
| | [2] Baixo | | R04 R12 | R02 R03 R06 R09 R11 R13 R19 | R01 | |
| | [3] Crítico | | R16 | R05 R7 | R08 R14 | |
| | [4] Grave | | | | R17 | R18 |
| | [5] Gravíssimo | | | | | |

IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS NAS PÁGINAS 92-95

NÍVEL DE CRITICIDADE DOS RISCOS = PROBABILIDADE x IMPACTO

PORTFÓLIO DE 27 AÇÕES DE TRATAMENTO DE RISCOS ESTRATÉGICOS | ATR

COORDENAÇÃO

PRESIDÊNCIA | PR

| | | | |
|--|--|--|--|
| APRIMORAMENTO DAS RELAÇÕES INSTITUCIONAIS PREVENDO DESTACAMENTO DE PONTOS FOCAIS PARA ATUAÇÃO JUNTO AO MME/ME E CONGRESSO NACIONAL | IMPLEMENTAÇÃO DE NORMA DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA | IMPLEMENTAÇÃO DE AGENDA TÉCNICA CONJUNTA DAS DIRETORIAS | ESTABELECIMENTO DE PROCESSO PARA FORMALIZAÇÃO DE DEMANDAS POR PARTE DO MME |
| APRIMORAMENTO DAS CAMPANHAS DE COMUNICAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO | DESENVOLVIMENTO DOS INSTRUMENTOS DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE | AFERIÇÃO DA MATURIDADE EM GESTÃO / GOVERNANÇA | ELABORAÇÃO DE MANUAL E DEFINIÇÃO DE METODOLOGIA E NORMATIVOS PARA A GESTÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO |
| REALIZAÇÃO DE NEGOCIAÇÕES PARA A DIVERSIFICAÇÃO DAS FONTES DE RECEITA DA EPE | ESTABELECIMENTO DE ESTRATÉGIAS PARA PARCERIAS E AGENDAS INSTITUCIONAIS | APERFEIÇOAMENTO DO PROCESSO DE ATUAÇÃO DO COMITÊ EXECUTIVO DE GESTÃO ESTRATÉGICA (CGE-X) | |

DIRETORIA DE GESTÃO CORPORATIVA | DGC

| | | | | |
|---|--|---|--|--|
| AUTOMAÇÃO E <i>DATA SCIENCE</i> | APERFEIÇOAMENTO DO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) COM AS ÁREAS FINALÍSTICAS | REALIZAÇÃO DE AÇÕES DE CAPACITAÇÃO EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) PARA USUÁRIOS E PARA A EQUIPE DE TI | REFORMULAÇÃO DO COMITÊ DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES (CTIC) | ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS NOVOS PLANO ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (PETI) E DO PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (PDTI) |
| APERFEIÇOAMENTO DO PROCESSO DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) | MANUTENÇÃO DE PAUTA CONTINUADA NA REUNIÃO MENSAL DE GESTÃO | ELABORAÇÃO DE MANUAL DE PROCEDIMENTOS DE LICITAÇÃO E GESTÃO DE CONTRATOS | IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS INTEGRADOS PARA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA | APRIMORAMENTO DAS REGRAS DE CONTRATAÇÃO PARA NOVAS TECNOLOGIAS |
| REALIZAÇÃO DE AÇÕES E PLANO DE TRABALHO COM O GT CLIMA ORGANIZACIONAL | APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA | REALIZAÇÃO DE AÇÕES DE CAPACITAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA | IMPLANTAÇÃO DA METODOLOGIA GESTÃO DE PROCESSOS | DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS GESTORES |
| APERFEIÇOAMENTO DAS DIRETRIZES E POLÍTICA DE FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS E LIDERANÇAS | | | | |

PORTFÓLIO DE AÇÕES DE TRATAMENTO DE RISCOS ESTRATÉGICOS | ATR

| Nº. | AÇÃO ESTRATÉGICA Nº. PLANO DE TRATAMENTO | DESCRIÇÃO |
|----------|--|---|
| PR.04.01 | Aprimoramento das Relações Institucionais Prevendo Destacamento de Pontos Focais para Atuação junto ao MME/ME e Congresso Nacional [PR.GAB.01.001] | Esta ação visa delinear estratégias para que a EPE possa aprimorar seu relacionamento junto à importantes agentes do Poder Executivo e do Poder Legislativo. O objetivo principal deste plano de tratamento é aproximar a EPE do Poder Legislativo Federal (Senado Federal e Câmara dos Deputados), assim como das diferentes áreas do Ministério da Economia (ME) e do próprio Ministério de Minas e Energia (MME). Considerando a relevância das atividades desenvolvidas pela EPE e sua atual condição de dependência do orçamento fiscal da União, torna-se fundamental delinear ações que possibilitem uma melhor interação junto a estes agentes. Dessa forma, a EPE terá melhores elementos para destacar a sua atuação na operacionalização das políticas públicas consignadas pelo seu ato de criação e demonstrar mais apropriadamente o valor público das atividades desenvolvidas pela empresa. |
| PR.04.02 | Implementação de Norma de Acordo de Cooperação Técnica [PR.PCJ.01.003] | Implementação de uma Norma de Acordos de Cooperação Técnica para a EPE, estabelecendo regras e procedimentos gerais comuns a todas as modalidades de parceria passíveis de celebração pela empresa. Foi identificada a oportunidade de unificação normativa do tema dos convênios e acordos de cooperação celebrados pela EPE, de forma a trazer maior transparência e celeridade, bem como facilitar a disseminação das regras e procedimentos que deverão ser observados pelos colaboradores da EPE quando da instrução dos procedimentos administrativos voltados à celebração de convênios e acordos de cooperação. Atualmente, a matéria é disciplinada pelo art. 100 do RLC/EPE e pelo Regulamento para Estabelecimento de Acordo de Cooperação da EPE. Levando em consideração o aumento dos instrumentos de parceria firmados pela EPE nos últimos anos, e buscando dar maior transparência e uniformização aos processos internos observados pelas diversas superintendências da empresa, foi proposta a implementação de uma Norma de Acordos de Cooperação Técnica para a EPE. |
| PR.04.03 | Implementação de Agenda Técnica Conjunta das Diretorias [PR.GAB.01.005] | Plano de tratamento voltado para o alinhamento técnico interno entre as equipes das diferentes diretorias da EPE. O principal objetivo desta ação é de promover maior integração entre as agendas técnicas das diferentes áreas da EPE. Sua implementação se justifica diante de ampla gama de temas atualmente desenvolvidos pela EPE, além da necessidade intrínseca da EPE de realizar estudos com perspectiva cada vez mais integrada, o que demanda a constante interação entre os temas de estudo atualmente conduzidos pela EPE no contexto do planejamento energético brasileiro. Trata-se de uma ação de duração contínua. |
| PR.04.04 | Estabelecimento de Processo para Formalização de Demandas por parte do MME [PR.ASS.01.007] | Elaboração de proposta de processo para formalização de demandas por parte do Ministério de Minas e Energia (MME). Visa aprimorar os controles internos; otimizar a alocação de horas de trabalho da equipe técnica; e contribuir para a priorização e mapeamento do atendimento das demandas do MME. Convém ressaltar que são esperados benefícios que poderão ser usufruídos por toda a EPE, assim como pelo próprio MME. |

PORTFÓLIO DE AÇÕES DE TRATAMENTO DE RISCOS ESTRATÉGICOS | ATR

| Nº. | AÇÃO ESTRATÉGICA Nº. PLANO DE TRATAMENTO | DESCRIÇÃO |
|----------|--|---|
| PR.04.05 | Aprimoramento das Campanhas de Comunicação e Sensibilização [PR.CGR.01.010] | Consiste na construção e subsequente execução e monitoramento de um plano que abarque as temáticas de Governança, Riscos, Integridade, Ética e Controles Internos. Visa estabelecer instrumento de planejamento que observe uma visão conjunta de todas as áreas que trabalham com os aspectos de GRIC visando o aperfeiçoamento da comunicação e do processo de sensibilização, dos temas abordados. O que acabará por facilitar e melhorar a eficácia e eficiência dos trabalhos, produtos e serviços ofertados pelas áreas e a denotação da importância para o processo de tomada de decisão da empresa. |
| PR.04.06 | Desenvolvimento dos Instrumentos de Apuração de Responsabilidade [PR.PCJ.01.011] | Implementação do Regulamento de Procedimento Correcional da EPE. A empresa, na qualidade de Empresa Pública, tem seu pessoal contratado sob o regime celetista – regido pelas normas da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O contrato de trabalho dá origem a uma série de direitos e obrigações a empregados e empregadores que, muitas vezes, não estão explicitados no instrumento que as partes celebraram. Dentre os direitos e prerrogativas reconhecidos ao empregador como decorrência do contrato de trabalho encontramos o poder disciplinar. Os princípios da Administração Pública criam para o empregador estatal a obrigação de sancionar as faltas cometidas pelos empregados públicos em caso de desobediência às suas obrigações, pois, como consequência do poder disciplinar conferido ao empregador estatal, decorre o dever de apurar. A Instrução Normativa CGU nº 14/2018, dispõe, no seu art. 45, caput, que a apuração da infração disciplinar cometida por empregado público de empresa pública se dará por procedimento previsto em norma regulamentar interna, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa. |
| PR.04.07 | Aferição da Maturidade em Gestão / Governança [PR.ASS.01.012] | Consiste na avaliação do grau de maturidade dos colaboradores da EPE em temas relacionados à gestão e governança corporativa, com vistas a verificar o alinhamento e o desenvolvimento de uma cultura organizacional nesses temas. Vale destacar que, tendo em vista a priorização de alocação de recursos humanos para outras ações estratégicas em 2022, esta ação iniciará sua execução a partir de 2023. |
| PR.04.08 | Elaboração de Manual e Definição de Metodologia e Normativos para a Gestão do Planejamento Estratégico [PR.ASS.01.014] | Trata-se de manual com a metodologia de avaliação do Planejamento Estratégico. Esta ação visa aprimorar a efetividade do Planejamento Estratégico da EPE, assim como a continuidade e aprimoramentos futuros dos processos relativos à Gestão Estratégica da empresa. |

PORTFÓLIO DE AÇÕES DE TRATAMENTO DE RISCOS ESTRATÉGICOS – ATR

| Nº. | AÇÃO ESTRATÉGICA Nº. PLANO DE TRATAMENTO | DESCRIÇÃO |
|----------|--|---|
| PR.04.09 | Realização de Negociações para a Diversificação das Fontes de Receita da EPE [PR.GAB.01.023] | Plano de tratamento voltado para a diversificação de fontes de receita para a EPE, que atualmente integra o orçamento fiscal da União. O principal objetivo deste plano de tratamento é de analisar alternativas para diversificar as fontes de receita da EPE. Tais ações se justificam em virtude da atual condição orçamentária da EPE, empresa pública 100% dependente do orçamento fiscal da União. Ao se enquadrar como empresa 100% dependente, a EPE acaba se tornando vulnerável a condicionamentos e contingenciamentos impostos pela lei orçamentária anual, o que, por vezes, dificulta o pleno cumprimento das suas atribuições legais e objetivos de política pública. Esse projeto conta com a atuação conjunta da Superintendência de Recursos Financeiros e da Diretoria de Gestão Corporativa (EPE/DGC) junto à Presidência da EPE, com o apoio da Consultoria Jurídica (EPE/PR/PCJ). |
| PR.04.11 | Estabelecimento de Estratégias para Parcerias e Agendas Institucionais [PR.GAB.01.028] | Mapeamento de oportunidades de aprimoramento das parcerias e agendas institucionais da EPE. Esta ação visa identificar as principais oportunidades que a EPE pode explorar para formalizar novas agendas e parcerias institucionais, tanto com agentes públicos como privados. |
| PR.04.12 | Aperfeiçoamento do Processo de Atuação do Comitê Executivo de Gestão Estratégica (CGE-X) [PR.ASS.01.031] | Melhoria da eficácia do Comitê Executivo de Gestão Estratégica (CGE-X). Visa aprimorar a atuação do CGE-X, com vistas ao aperfeiçoamento do assessoramento à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração. |

PORTFÓLIO DE AÇÕES DE TRATAMENTO DE RISCOS ESTRATÉGICOS | ATR

| Nº. | AÇÃO ESTRATÉGICA Nº. PLANO DE TRATAMENTO | DESCRIÇÃO |
|-----------|--|---|
| DGC.04.01 | Automação e <i>Data Science</i> [DGC.STI.01.006] | Automatização dos processos de negócio e gestão, com vistas a fornecer soluções de Análise e Ciência de Dados e sistemas de informação para a empresa, de forma priorizada e estratégica. Visa aumentar a produtividade das áreas, entregando soluções tecnológicas mais eficientes, seguras e modernas. |
| DGC.04.02 | Aperfeiçoamento do Processo de Integração da Tecnologia da Informação (TI) com as Áreas Finalísticas [DGC.STI.01.015] | Aumento da integração da Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicações (EPE/DGC/STI) com as áreas de estudos buscando acompanhar de forma permanente as necessidades tecnológicas do negócio. Aumentando a parceria e a integração com as áreas de estudos, a STI poderá antecipar necessidades tecnológicas, oferecer consultoria técnica nas aquisições e contratações de serviços de Tecnologia da Informação (TI) e fornecer a infraestrutura necessária para a realização das demandas do negócio. |
| DGC.04.03 | Realização de Ações de Capacitação em Tecnologia da Informação (TI) para Usuários e para a Equipe de TI [DGC.STI.01.016] | Amplia as capacitações técnicas da equipe da Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicações (EPE/DGC/STI) e disseminar o conhecimento para as demais áreas da empresa. Visa manter a equipe da STI atualizada nas tecnologias, permitindo a multiplicação do conhecimento pelas áreas de estudos e gestão. |
| DGC.04.04 | Reformulação do Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicações (CTIC) [DGC.STI.01.017] | Retomada dos trabalhos do Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicações (CTIC). Visa aumentar a participação das diretorias nas ações de TI com o fortalecimento do CTIC. Priorização de projetos, planejamento e aprovação do orçamento de TI, elaboração e monitoramento do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI). |

PORTFÓLIO DE AÇÕES DE TRATAMENTO DE RISCOS ESTRATÉGICOS | ATR

| Nº. | AÇÃO ESTRATÉGICA Nº. PLANO DE TRATAMENTO | DESCRIÇÃO |
|-----------|---|---|
| DGC.04.05 | Elaboração e Divulgação dos Novos Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) [DGC.STI.01.018] | A elaboração, a divulgação e o monitoramento do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), pelas empresas públicas, são obrigações legais estabelecidas na Resolução nº 11 de 10 de maio de 2016. O PETI é o Plano Estratégico de TI que tem como objetivo direcionar as ações da TI para o alcance dos objetivos estratégicos traçados no PEI. O ciclo de planejamento atual é de 2021-2023. O PDTI é o Plano Diretor de TI onde são estabelecidas as ações táticas e operacionais para o atingimento dos objetivos estratégicos definidos no PETI. A ampla divulgação do PETI e PDTI traz transparência para as ações de TI alinhadas aos objetivos estratégicos corporativos, permitindo o planejamento dos investimentos, as capacitações, a melhoria contínua dos processos internos e as iniciativas de Segurança da Informação. O PETI e o PDTI são planos elaborados pelo Comitê de TIC e aprovados pela Diretoria Executiva, logo há a participação de todas as diretorias da EPE na sua confecção e monitoramento. |
| DGC.04.06 | Aperfeiçoamento do Processo de Planejamento Orçamentário de Tecnologia da Informação (TI) [DGC.STI.01.019] | Mapeamento e automatização do processo de Planejamento Orçamentário de Tecnologia da Informação (TI) de forma integrada ao Planejamento Orçamentário Corporativo. Implantação do sistema VIRTUS na Diretoria de Gestão Corporativa (DGC). Visa à redução do retrabalho, ao aumento do planejamento, do controle e da transparência do orçamento de TI, facilitando o monitoramento pelo Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicações (CTIC) e integrando-o ao planejamento orçamentário da empresa. |
| DGC.04.07 | Manutenção de Pauta Continuada na Reunião Mensal de Gestão [DGC.SGP.01.020] | Ainda que tenha sido elencada esta ação, a participação da Superintendência de Gestão de Pessoas (DGC/SGP) nas reuniões mensais de gestão não acontecem de forma continuada. Ela se dá de forma pontual, em pautas destacadas junto à Diretoria de Gestão Corporativa (DGC) ou ao Gabinete da Presidência, quando existe esta interface nos temas tratados. Dificuldade de conciliação com as demais demandas prioritárias da área x efetivo para tornar uma ação continuada/mensal. |
| DGC.04.08 | Elaboração de Manual de Procedimentos de Licitação e Gestão de Contratos [DGC.SRL.01.025] | Revisão e atualização do Regulamento de Licitações e Contratos, buscando o aprimoramento das aquisições e implantação do Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, visando estabelecer as diretrizes, atribuições e responsabilidades dos fiscais de contrato de toda a empresa. Visa aumentar a eficiência, eficácia e efetividade das contratações das aquisições, buscando a padronização e otimização dos recursos humanos e financeiros em conformidade com a legislação vigente. |

PORTFÓLIO DE AÇÕES DE TRATAMENTO DE RISCOS ESTRATÉGICOS | ATR

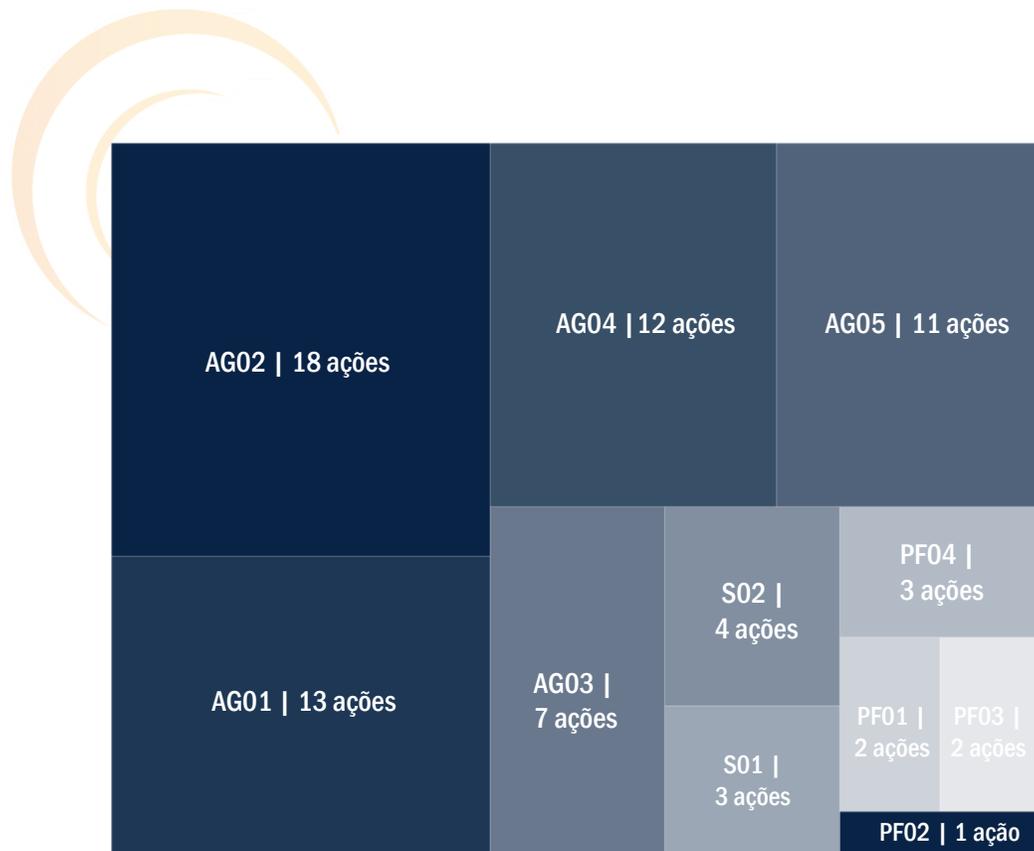
| Nº. | AÇÃO ESTRATÉGICA Nº. PLANO DE TRATAMENTO | DESCRIÇÃO |
|-----------|--|---|
| DGC.04.09 | Implementação de Sistemas Integrados para Gestão Orçamentária [DGC.SRF.01.026] | Plano de Tratamento com objetivo de mitigar risco estratégico nº 19 - Deficiência de controle físico, orçamentário e financeiro trazendo prejuízos e atrasos ao cumprimento dos objetivos de negócio. Visa melhorar sistemas de controle orçamentário para aumentar a eficiência e qualidade do gasto trazendo informações precisas e tempestivas para tomada de decisão. |
| DGC.04.10 | Aprimoramento das Regras de Contratação para Essas Novas Tecnologias [DGC.STI.01.032] | Elaboração de proposta de padronização, alinhamento de conceitos técnicos, acompanhamento, suporte e consultoria para as contratações de TI. Elaboração de procedimento específico relativo ao tema que facilitará o entendimento das regras e proporcionará agilidade nas contratações de hardware, software e de serviços de TI. |
| DGC.04.11 | Realização de Ações e Plano de Trabalho com o GT Clima Organizacional [DGC.SGP.01.035] | Plano de Tratamento com objetivo de mitigar risco estratégico nº 16 - Desgaste do clima organizacional. Manutenção das reuniões e ações de clima organizacional junto às áreas. Acompanhamento da implantação do Projeto Viver Bem EPE de apoio aos empregados. |
| DGC.04.12 | Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária [DGC.SRF.01.037] | Plano de Tratamento com objetivo de mitigar risco estratégico nº 18 - Insuficiência de recursos orçamentários e financeiros para o cumprimento dos objetivos organizacionais. São previstas ações contínuas de monitoramento, elaboração de <i>dashboards</i> de execução e das contratações. |

PORTFÓLIO DE AÇÕES DE TRATAMENTO DE RISCOS ESTRATÉGICOS | ATR

| Nº. | AÇÃO ESTRATÉGICA Nº. PLANO DE TRATAMENTO | DESCRIÇÃO |
|-----------|---|---|
| DGC.04.13 | Realização de Ações de Capacitação em Administração Pública [DGC.GAB.01.038] | Plano de Tratamento com objetivo de mitigar risco estratégico nº 19 - Deficiência de controle físico, orçamentário e financeiro trazendo prejuízos e atrasos ao cumprimento dos objetivos de negócio. Implementação de capacitação de pós-graduação em Administração Pública. |
| DGC.04.14 | Implantação da Metodologia Gestão de Processos [DGC.GAB.01.030] | Plano de Tratamento com objetivo de mitigar risco estratégico nº 11 - Indisponibilidade ou falta de qualidade das informações. Vale destacar que, tendo em vista a priorização de alocação de recursos humanos para outras ações estratégicas em 2022, esta ação iniciará sua execução a partir de 2023. |
| DGC.04.15 | Desenvolvimento do Programa de Avaliação de Desempenho dos Gestores [DGC.SGP.01.033] | Plano de Tratamento com objetivo de mitigar risco estratégico nº 15 - Comprometimento do conhecimento organizacional nas dimensões técnica e gerencial. Vale destacar que, tendo em vista a priorização de alocação de recursos humanos para outras ações estratégicas em 2022, esta ação iniciará sua execução a partir de 2023. |
| DGC.04.16 | Aperfeiçoamento das Diretrizes e Política de Formação dos Profissionais e Lideranças [DGC.SGP.01.034] | Plano de Tratamento com objetivo de mitigar risco estratégico nº 15 - Comprometimento do conhecimento organizacional nas dimensões técnica e gerencial. Vale destacar que, tendo em vista a priorização de alocação de recursos humanos para outras ações estratégicas em 2022, esta ação iniciará sua execução a partir de 2023. |

PORTFÓLIO DE 27 AÇÕES DE TRATAMENTO DE RISCOS ESTRATÉGICOS | ATR

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO



OBJETIVOS ESTRATÉGICOS | CICLO 2022-2026

PERSPECTIVA DA SOCIEDADE

- S01 Estimular a modernização do ambiente de negócios e dos mecanismos de desenvolvimento da infraestrutura de energia no Brasil.
- S02 Fortalecer o diálogo com os múltiplos agentes do setor energético e demais partes interessadas, buscando consensos na promoção da transição energética nacional.

PERSPECTIVA DOS PROCESSOS FINALÍSTICOS

- PF01 Aprimorar a indicação de oportunidades de investimento no setor de energia, de forma integrada e isenta, visando à segurança energética nacional.
- PF02 Reduzir a assimetria de informações, favorecendo as tomadas de decisão nos setores de energia.
- PF03 Contribuir para a inovação, a transição energética e o desenvolvimento de novos modelos de negócios no setor energético.
- PF04 Aprimorar o assessoramento ao Ministério de Minas e Energia e às entidades responsáveis pela formulação da Política Energética Nacional.

PERSPECTIVA DOS PROCESSOS DE APOIO À GESTÃO

- AG01 Fortalecer a cultura de governança, visando à consolidação da gestão estratégica, de riscos e integridade, em consonância com as diretrizes governamentais e as melhores práticas do mercado.
- AG02 Aprimorar a gestão do conhecimento, a cultura de inovação e a eficiência corporativa, consolidando instrumentos de gestão e a integração entre as áreas.
Fortalecer a infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC), ampliando as soluções tecnológicas e a entrega de sistemas de informação, suporte a Data Science e processamento de alto desempenho.
- AG03 Aperfeiçoar a gestão de pessoas, mediante a valorização do ser humano, visando o aprimoramento contínuo do conhecimento, a retenção dos talentos e o desenvolvimento gerencial.
- AG04 Aprimorar a gestão orçamentária para incrementar a qualidade do gasto, integrada aos instrumentos de gestão, avançando na obtenção de fontes de financiamento, com vistas a assegurar os recursos necessários para o cumprimento dos objetivos organizacionais.

PORTFÓLIO DE AÇÕES DE TRATAMENTO DE RISCOS ESTRATÉGICOS | ATR

| ID | AÇÃO ESTRATÉGICA | ÁREA E GESTOR(A) RESPONSÁVEL | | PR | DEE | DEA | DPG | DGC |
|----------|--|------------------------------|---|----|-----|-----|-----|-----|
| PR.04.01 | Aprimoramento das Relações Institucionais Prevendo Destacamento de Pontos Focais para Atuação junto ao MME/ME e Congresso Nacional | PR GAB | Mariana de Assis Espécie Chefe de Gabinete | ■ | | | | |
| PR.04.02 | Implementação de Norma de Acordo de Cooperação Técnica | PR PCJ | Bruno Abreu Bastos Consultor Jurídico | ■ | | | | |
| PR.04.03 | Implementação de Agenda Técnica Conjunta das Diretorias | PR GAB | Mariana de Assis Espécie Chefe de Gabinete | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ |
| PR.04.04 | Estabelecimento de Processo para Formalização de Demandas por parte do MME | PR GAB | Patricia Costa Gonzales de Nunes Assessora da Presidência | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ |
| PR.04.05 | Aprimoramento das Campanhas de Comunicação e Sensibilização | PR CGR | Elzenclever Freitas de Aguiar Gestor de Conformidade e Riscos | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ |
| PR.04.06 | Desenvolvimento dos Instrumentos de Apuração de Responsabilidade | PR PCJ | Bruno Abreu Bastos Consultor Jurídico | ■ | | | | |
| PR.04.07 | Aferição da Maturidade em Gestão / Governança | PR GAB | Carlos Henrique Brasil de Carvalho Assessor da Presidência | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ |
| PR.04.08 | Elaboração de Manual e Definição de Metodologia e Normativos para a Gestão do Planejamento Estratégico | PR GAB | Carlos Henrique Brasil de Carvalho Assessor da Presidência | ■ | | | | |
| PR.04.09 | Realização de Negociações para a Diversificação das Fontes de Receita da EPE | PR GAB | Mariana de Assis Espécie Chefe de Gabinete | ■ | | | | ■ |

PORTFÓLIO DE AÇÕES DE TRATAMENTO DE RISCOS ESTRATÉGICOS | ATR

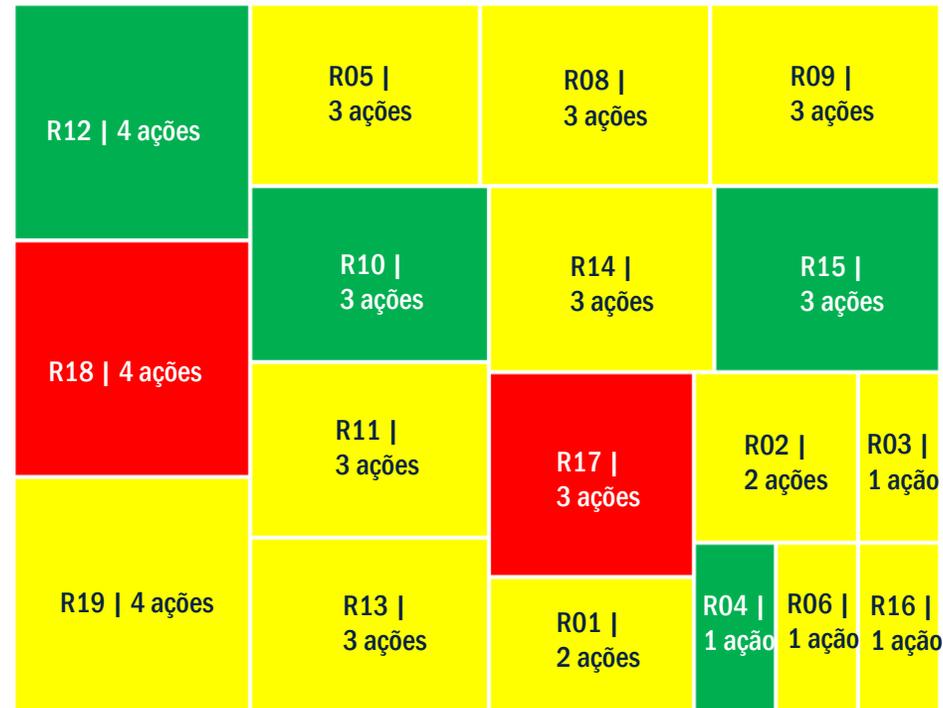
| ID | AÇÃO ESTRATÉGICA | ÁREA E GESTOR(A) RESPONSÁVEL | | PR | DEE | DEA | DPG | DGC |
|-----------|--|------------------------------|--|----|-----|-----|-----|-----|
| PR.04.11 | Estabelecimento de Estratégias para Parcerias e Agendas Institucionais | PR GAB | Mariana de Assis Espécie Chefe de Gabinete | ■ | | | | |
| PR.04.12 | Aperfeiçoamento do Processo de Atuação do Comitê Executivo de Gestão Estratégica (CGE-X) | PR GAB | Carlos Henrique Brasil de Carvalho Assessor da Presidência | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ |
| DGC.04.01 | Automação e <i>Data Science</i> | DGC STI | Claudia Everilde Coutinho Mendes Bento Superintendente | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ |
| DGC.04.02 | Aperfeiçoamento do Processo de Integração da Tecnologia da Informação (TI) com as Áreas Finalísticas | DGC SRL | Claudia Everilde Coutinho Mendes Bento Superintendente | | | | | ■ |
| DGC.04.03 | Realização de Ações de Capacitação em Tecnologia da Informação (TI) para Usuários e para a Equipe de TI | DGC STI | Claudia Everilde Coutinho Mendes Bento Superintendente | | | | | ■ |
| DGC.04.04 | Reformulação do Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicações (CTIC) | DGC STI | Claudia Everilde Coutinho Mendes Bento Superintendente | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ |
| DGC.04.05 | Elaboração e Divulgação dos Novos Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) | DGC STI | Claudia Everilde Coutinho Mendes Bento Superintendente | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ |
| DGC.04.06 | Aperfeiçoamento do Processo de Planejamento Orçamentário de Tecnologia da Informação (TI) | DGC STI | Claudia Everilde Coutinho Mendes Bento Superintendente | | | | | ■ |
| DGC.04.07 | Manutenção de Pauta Continuada na Reunião Mensal de Gestão | DGC SGP | Carla Mara Stacchini de Souza Superintendente | | | | | ■ |
| DGC.04.08 | Elaboração de Manual de Procedimentos de Licitação e Gestão de Contratos | DGC SRL | Gustavo Rodrigues Machado Superintendente | ■ | | | | ■ |

PORTFÓLIO DE AÇÕES DE TRATAMENTO DE RISCOS ESTRATÉGICOS | ATR

| ID | AÇÃO ESTRATÉGICA | ÁREA E GESTOR(A) RESPONSÁVEL | | PR | DEE | DEA | DPG | DGC |
|-----------|--|------------------------------|---|----|-----|-----|-----|-----|
| DGC.04.09 | Implementação de Sistemas Integrados para Gestão Orçamentária | DGC SRF | Sandro da Silva Abílio Superintendente | | | | | ■ |
| DGC.04.10 | Aprimoramento das Regras de Contratação para Novas Tecnologias | DGC STI | Claudia Everilde Coutinho Mendes Bento Superintendente | | | | | ■ |
| DGC.04.11 | Realização de Ações e Plano de Trabalho com o GT Clima Organizacional | DGC SGP | Carla Mara Stacchini de Souza Superintendente | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ |
| DGC.04.12 | Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária | DGC SRF | Sandro da Silva Abílio Superintendente | | | | | ■ |
| DGC.04.13 | Realização de Ações de Capacitação em Administração Pública, Financeira e Orçamentária | DGC SGP | Carla Mara Stacchini de Souza Superintendente | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ |
| DGC.04.14 | Implantação da Metodologia Gestão de Processos | DGC GAB | Angela Livino Regina de Carvalho Diretora de Gestão Corporativa | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ |
| DGC.04.15 | Desenvolvimento do Programa de Avaliação de Desempenho dos Gestores | DGC SGP | Carla Mara Stacchini de Souza Superintendente | | | | | ■ |
| DGC.04.16 | Aperfeiçoamento das Diretrizes e Política de Formação dos Profissionais e Lideranças | DGC SGP | Carla Mara Stacchini de Souza Superintendente | | | | | ■ |

PORTFÓLIO DE AÇÕES DE TRATAMENTO DE RISCOS ESTRATÉGICOS | ATR

ALINHAMENTO AOS RISCOS ESTRATÉGICOS



IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS NAS PÁGINAS 92-95

36 AÇÕES
ESTRATÉGICAS

II

29 AÇÕES
ATR

[5 com início em 2023]

+

7 AÇÕES
ASP/ATF

NÍVEL DE CRITICIDADE DOS RISCOS = PROBABILIDADE x IMPACTO

PORTFÓLIO DE AÇÕES DE TRATAMENTO DE RISCOS ESTRATÉGICOS | ATR

| ID | AÇÃO ESTRATÉGICA | ALINHAMENTO AOS RISCOS ESTRATÉGICOS | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|----------|--|-------------------------------------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| | | R01 | R02 | R03 | R04 | R05 | R06 | R07 | R08 | R09 | R10 | R11 | R12 | R13 | R14 | R15 | R16 | R17 | R18 | R19 |
| PR.04.01 | Aprimoramento das Relações Institucionais Prevendo Destacamento de Pontos Focais para Atuação junto ao MME/ME e Congresso Nacional | ■ | | | | | | | | | | | | | | | | | ■ | |
| PR.04.02 | Implementação de Norma de Acordo de Cooperação Técnica | | | ■ | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PR.04.03 | Implementação de Agenda Técnica Conjunta das Diretorias | | | | | ■ | ■ | | | | | | | | | | | | | |
| PR.04.04 | Estabelecimento de Processo para Formalização de Demandas por parte do MME | | | | | | | | ■ | | | | | | | | | | | |
| PR.04.05 | Aprimoramento das Campanhas de Comunicação e Sensibilização | | | | | | | | | ■ | ■ | ■ | | | | | | | | |
| PR.04.06 | Desenvolvimento dos Instrumentos de Apuração de Responsabilidade | | | | | | | | | | ■ | | | | | | | | | |
| PR.04.07 | Aferição da Maturidade em Gestão / Governança | | | | | | | | | | ■ | | | | | | | | | |
| PR.04.08 | Elaboração de Manual e Definição de Metodologia e Normativos para a Gestão do Planejamento Estratégico | | | | | | | | | | | ■ | | | | | | | | |
| PR.04.09 | Realização de Negociações para a Diversificação das Fontes de Receita da EPE | | | | | | | | | | | | | | | | | | ■ | |

IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS NAS PÁGINAS 92-95

■ NÍVEL DE CRITICIDADE DOS RISCOS = PROBABILIDADE x IMPACTO
 ■ ■ ■

PORTFÓLIO DE AÇÕES DE TRATAMENTO DE RISCOS ESTRATÉGICOS | ATR

| ID | AÇÃO ESTRATÉGICA | ALINHAMENTO AOS RISCOS ESTRATÉGICOS | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|-----------|--|-------------------------------------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| | | R01 | R02 | R03 | R04 | R05 | R06 | R07 | R08 | R09 | R10 | R11 | R12 | R13 | R14 | R15 | R16 | R17 | R18 | R19 |
| PR.04.11 | Estabelecimento de Estratégias para Parcerias e Agendas Institucionais | | ■ | | | ■ | | | | | | | | | | | | | | |
| PR.04.12 | Aperfeiçoamento do Processo de Atuação do Comitê Executivo de Gestão Estratégica (CGE-X) | | | | | | | | | | | ■ | | | | | | | | |
| DGC.04.01 | Automação e <i>Data Science</i> | | | | | | | | ■ | | | | | | | | | ■ | | |
| DGC.04.02 | Aperfeiçoamento do Processo de Integração da Tecnologia da Informação (TI) com as Áreas Finalísticas | | | | | | | | | | | | | ■ | | | | | | |
| DGC.04.03 | Realização de Ações de Capacitação em Tecnologia da Informação (TI) para Usuários e para a Equipe de TI | | | | | | | | | | | | | ■ | | | | | | |
| DGC.04.04 | Reformulação do Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicações (CTIC) | | | | | | | | | | | | | | ■ | | | | | |
| DGC.04.05 | Elaboração e Divulgação dos Novos Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) | | | | | | | | | | | | | | ■ | | | | | |
| DGC.04.06 | Aperfeiçoamento do Processo de Planejamento Orçamentário de Tecnologia da Informação (TI) | | | | | | | | | | | | | | ■ | | | | | |
| DGC.04.07 | Manutenção de Pauta Continuada na Reunião Mensal de Gestão | | | | | | | | | | | | | | | ■ | | | | |
| DGC.04.08 | Elaboração de Manual de Procedimentos de Licitação e Gestão de Contratos | | | | | | | | | | | | | | | | | | | ■ |

IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS NAS PÁGINAS 92-95

■ NÍVEL DE CRITICIDADE DOS RISCOS = PROBABILIDADE x IMPACTO

PORTFÓLIO DE AÇÕES DE TRATAMENTO DE RISCOS ESTRATÉGICOS | ATR

| ID | AÇÃO ESTRATÉGICA | ALINHAMENTO AOS RISCOS ESTRATÉGICOS | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|-----------|--|-------------------------------------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| | | R01 | R02 | R03 | R04 | R05 | R06 | R07 | R08 | R09 | R10 | R11 | R12 | R13 | R14 | R15 | R16 | R17 | R18 | R19 |
| DGC.04.09 | Implementação de Sistemas Integrados para Gestão Orçamentária | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| DGC.04.10 | Aprimoramento das Regras de Contratação para Novas Tecnologias | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| DGC.04.11 | Realização de Ações e Plano de Trabalho com o GT Clima Organizacional | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| DGC.04.12 | Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| DGC.04.13 | Realização de Ações de Capacitação em Administração Pública, Financeira e Orçamentária | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| DGC.04.14 | Implantação da Metodologia Gestão de Processos | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| DGC.04.15 | Desenvolvimento do Programa de Avaliação de Desempenho dos Gestores | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| DGC.04.16 | Aperfeiçoamento das Diretrizes e Política de Formação dos Profissionais e Lideranças | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS NAS PÁGINAS 92-95

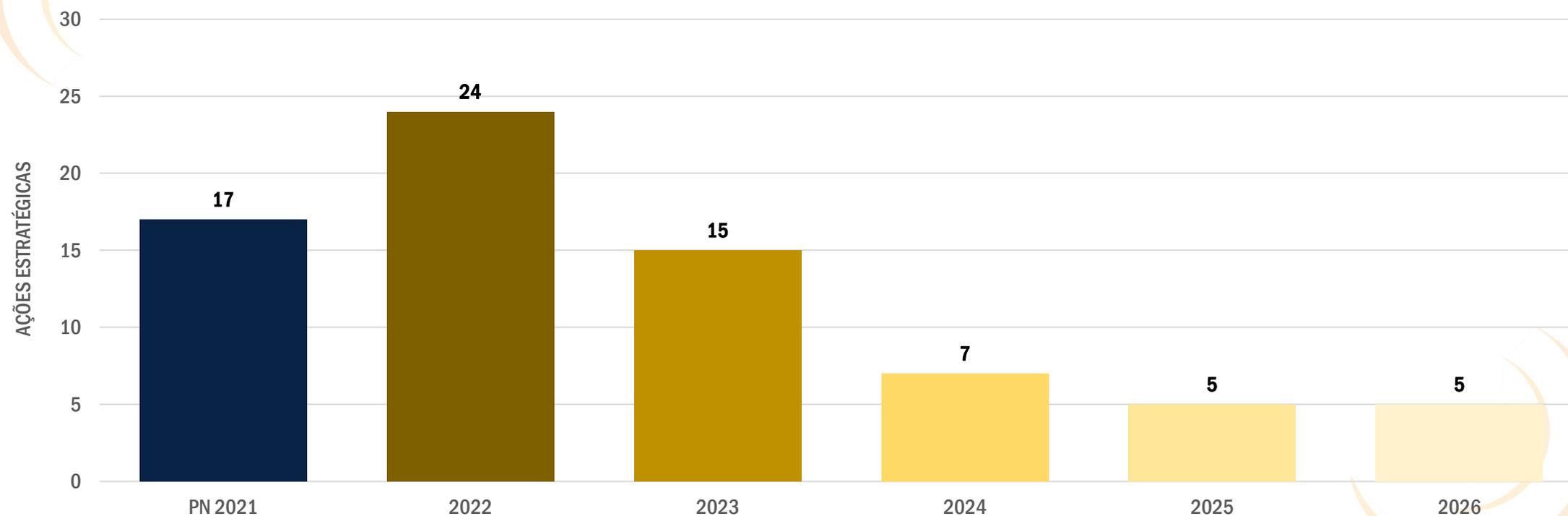
■ NÍVEL DE CRITICIDADE DOS RISCOS = PROBABILIDADE x IMPACTO
■ ■ ■

PORTFÓLIO DE AÇÕES DE TRATAMENTO DE RISCOS ESTRATÉGICOS | ATR

DURAÇÃO DAS AÇÕES AO LONGO DO CICLO ESTRATÉGICO

29 AÇÕES
ESTRATÉGICAS

[5 com início em 2023]



PORTFÓLIO DE AÇÕES DE TRATAMENTO DE RISCOS ESTRATÉGICOS | ATR

| ID | AÇÃO ESTRATÉGICA | DURAÇÃO DA AÇÃO AO LONGO DO CICLO ESTRATÉGICO | | | | | |
|----------|--|---|----------|------|------|------|------|
| | | PN 2021 | PNA 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 |
| PR.04.01 | Aprimoramento das Relações Institucionais Prevendo Destacamento de Pontos Focais para Atuação junto ao MME/ME e Congresso Nacional | ■ | ■ | ■ | | | |
| PR.04.02 | Implementação de Norma de Acordo de Cooperação Técnica | ■ | ■ | | | | |
| PR.04.03 | Implementação de Agenda Técnica Conjunta das Diretorias | ■ | ■ | ■ | | | |
| PR.04.04 | Estabelecimento de Processo para Formalização de Demandas por parte do MME | ■ | ■ | | | | |
| PR.04.05 | Aprimoramento das Campanhas de Comunicação e Sensibilização | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ |
| PR.04.06 | Desenvolvimento dos Instrumentos de Apuração de Responsabilidade | ■ | ■ | | | | |
| PR.04.07 | Aferição da Maturidade em Gestão / Governança | | | ■ | ■ | ■ | ■ |
| PR.04.08 | Elaboração de Manual e Definição de Metodologia e Normativos para a Gestão do Planejamento Estratégico | ■ | ■ | | | | |
| PR.04.09 | Realização de Negociações para a Diversificação das Fontes de Receita da EPE | ■ | ■ | | | | |

PORTFÓLIO DE AÇÕES DE TRATAMENTO DE RISCOS ESTRATÉGICOS | ATR

| ID | AÇÃO ESTRATÉGICA | DURAÇÃO DA AÇÃO AO LONGO DO CICLO ESTRATÉGICO | | | | | |
|-----------|--|---|----------|------|------|------|------|
| | | PN 2021 | PNA 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 |
| PR.04.11 | Estabelecimento de Estratégias para Parcerias e Agendas Institucionais | | ■ | ■ | | | |
| PR.04.12 | Aperfeiçoamento do Processo de Atuação do Comitê Executivo de Gestão Estratégica (CGE-X) | | ■ | | | | |
| DGC.04.01 | Automação e <i>Data Science</i> | ■ | ■ | ■ | ■ | | |
| DGC.04.02 | Aperfeiçoamento do Processo de Integração da Tecnologia da Informação (TI) com as Áreas Finalísticas | ■ | ■ | ■ | | | |
| DGC.04.03 | Realização de Ações de Capacitação em Tecnologia da Informação (TI) para Usuários e para a Equipe de TI | ■ | ■ | | | | |
| DGC.04.04 | Reformulação do Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicações (CTIC) | ■ | ■ | | | | |
| DGC.04.05 | Elaboração e Divulgação dos Novos Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ |
| DGC.04.06 | Aperfeiçoamento do Processo de Planejamento Orçamentário de Tecnologia da Informação (TI) | ■ | ■ | | | | |
| DGC.04.07 | Manutenção de Pauta Continuada na Reunião Mensal de Gestão | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ |
| DGC.04.08 | Elaboração de Manual de Procedimentos de Licitação e Gestão de Contratos | ■ | ■ | | | | |

PORTFÓLIO DE AÇÕES DE TRATAMENTO DE RISCOS ESTRATÉGICOS | ATR

| ID | AÇÃO ESTRATÉGICA | DURAÇÃO DA AÇÃO AO LONGO DO CICLO ESTRATÉGICO | | | | | |
|-----------|--|---|----------|------|------|------|------|
| | | PN 2021 | PNA 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 |
| DGC.04.09 | Implementação de Sistemas Integrados para Gestão Orçamentária | ■ | ■ | | | | |
| DGC.04.10 | Aprimoramento das Regras de Contratação para Novas Tecnologias | | ■ | | | | |
| DGC.04.11 | Realização de Ações e Plano de Trabalho com o GT Clima Organizacional | | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ |
| DGC.04.12 | Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária | | ■ | | | | |
| DGC.04.13 | Realização de Ações de Capacitação em Administração Pública. Financeira e Orçamentária | | ■ | ■ | | | |
| DGC.04.14 | Implantação da Metodologia Gestão de Processos | | | ■ | ■ | | |
| DGC.04.15 | Desenvolvimento do Programa de Avaliação de Desempenho dos Gestores | | | ■ | | | |
| DGC.04.16 | Aperfeiçoamento das Diretrizes e Política de Formação dos Profissionais e Lideranças | | | ■ | | | |



PLANO DE NEGÓCIOS ANUAL 2022
PORTFÓLIO DE AÇÕES DE COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL | ACP

PORTFÓLIO DE AÇÕES DE COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL | ACP

PRESIDÊNCIA | PR

Adaptação das mídias sociais da EPE para o período de defeso eleitoral

Criação de newsletter da EPE

Aprimoramento da qualidade gráfica das publicações técnicas da EPE

Elaboração de guia para a realização de eventos virtuais pela EPE

Amplifica EPE: estratégia para maior inserção da EPE em eventos regionais

CEM Days 2nd edition: disseminação dos estudos da EPE para o cenário internacional

Fortalecimento da atuação internacional da EPE

Criação de pautas positivas e de divulgação da agenda de publicações da EPE

Estruturação de estratégias de engajamento dos membros do Conselho Consultivo da EPE

Reestruturação da intranet da EPE, com integração de ferramentas tecnológicas

Apoio à ações de endomarketing

Elaboração de guia de referência para a estruturação de Consultas Públicas da EPE

Realização de ações de capacitação em planejamento energético para o público externo

Estabelecimento de proposta de segmentação e de gerenciamento de mailing list

Avaliação da incorporação de processos participativos nos estudos da EPE

Atualização da estratégia para uso das mídias sociais pela EPE

Realização de reuniões de alinhamento com a Ascom/MME

DIRETORIA DE GESTÃO CORPORATIVA | DGC

Reestruturação do portal do EPE

PORTFÓLIO DE AÇÕES DE COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL | ACP

| Nº. | AÇÃO ESTRATÉGICA | DESCRIÇÃO |
|-----------|---|---|
| DGC.95.05 | Reestruturação do portal da EPE | A manutenção de plataformas digitais prevê ajustes e otimizações de conteúdo, layout, navegação, software e vários outros fatores relevantes. A manutenção de portal exige ajustes mais refinados em sua plataforma e na sua estratégia de conteúdo. Reparos manuais nos códigos, por exemplo, podem ser necessários para aumentar a velocidade das páginas e prevenir erros, bem como testes e pesquisas de marketing podem ser providenciadas para melhorar o conteúdo postado. São procedimentos que requerem a atuação de profissionais ou empresas especializadas. |
| PR.96.05 | Atualização da estratégia para uso das mídias sociais pela EPE | Plano anual de Marketing Digital. O planejamento para redes sociais é essencial para aproveitar todo o potencial que as mídias digitais oferecem. Então, é necessário criar uma estratégia, produzir conteúdos e analisar resultados. |
| PR.97.05 | Adaptação das mídias sociais da EPE para o período de defeso eleitoral | Em função das eleições de 2022, os canais de comunicação e divulgação EPE serão adaptados durante o período que começa no dia 2 de julho (três meses antes do pleito) e vai até 2 de outubro, podendo ser estendido até 30 de outubro, no caso de haver segundo turno. Os ajustes são necessários para atender às exigências impostas pela legislação eleitoral. |
| PR.98.05 | Criação de newsletter da EPE | A estratégia de newsletter, também chamada de boletim informativo, consiste na publicação periódica das empresas para assinantes e tem como objetivo principal divulgar informações relevantes para os interessados. Por exemplo, atualização dos produtos, eventos importantes ou publicações do portal. |
| PR.99.05 | Estabelecimento de proposta de segmentação e de gerenciamento de mailing list | Construção da Base Entendimento Legal Segmentação da Base Desenvolver uma boa campanha de comunicação Qualificação pela manutenção da base atualizada |

PORTFÓLIO DE AÇÕES DE COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL | ACP

| Nº. | AÇÃO ESTRATÉGICA | DESCRIÇÃO |
|-----------|--|---|
| PR.100.05 | Aprimoramento da qualidade gráfica das publicações técnicas da EPE | O dinamismo caracteriza o atual panorama econômico. Transformações frequentes levam as organizações a adotar iniciativas que as mantenham no mercado de forma diferenciada e competitiva. Neste cenário, o design estratégico surge como abordagem fundamental na busca de resultados. Por questões estéticas, práticas, tempo de leitura, simplificação de linguagem, entre outros elementos, que somam como diferencial competitivo dos produtos e publicações da EPE |
| PR.101.05 | Elaboração de guia para a realização de eventos virtuais pela EPE | Essa ação de comunicação institucional tem o objetivo principal de produzir um manual para os empregados, com linguagem clara e objetiva e instruções diretas, que o auxilie nas etapas de realização e de divulgação de um evento. |
| PR.102.05 | Amplifica EPE: estratégia para maior inserção da EPE em eventos regionais | Prospectar e sugerir eventos técnicos regionais para participação das áreas finalísticas. |
| PR.103.05 | CEM Days 2nd edition: disseminação dos estudos da EPE para a cenário internacional | No escopo da sua agenda internacional, a EPE possui participação em diferentes iniciativas e campanhas da Clean Energy Ministerial (CEM) e da Mission Innovation (MI). A realização dessa ação estratégica figura como uma contribuição in kind da EPE para esse importante fórum, reforçando o posicionamento do Brasil em torno do desenvolvimento de energias limpas. |
| PR.104.05 | Fortalecimento da atuação internacional da EPE | A agenda internacional da EPE resulta em importantes aprimoramentos dos estudos realizados pelas diferentes áreas da empresa. Além de contar com o auxílio do Núcleo de Coordenação da Agenda Internacional (NCAI), a empresa conta com diversas parcerias estratégicas com agentes internacionais de relevo. Tendo em vista a importância de acompanhamento dessas frentes internacionais para os estudos de médio e longo prazo realizados pela EPE, torna-se relevante buscar meios para fortalecer a sua atuação internacional. |

PORTFÓLIO DE AÇÕES DE COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL | ACP

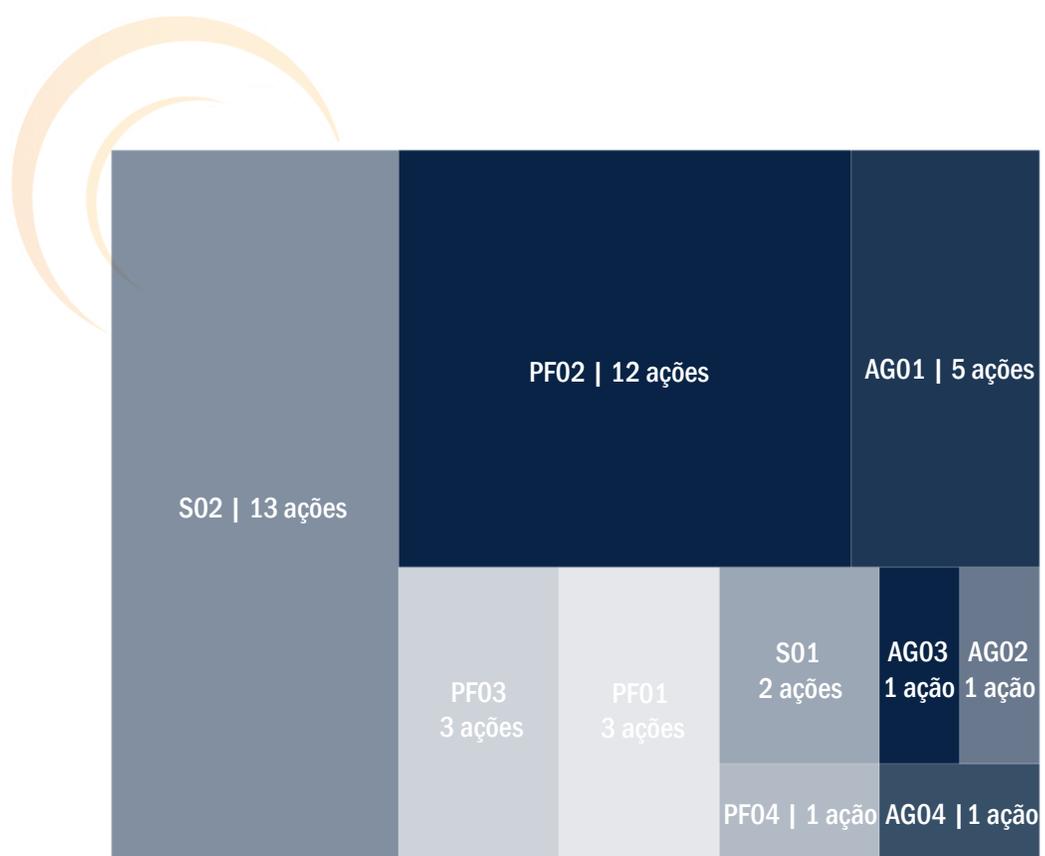
| Nº. | AÇÃO ESTRATÉGICA | DESCRIÇÃO |
|-----------|--|--|
| PR.105.05 | Realização de reuniões de alinhamento com a Ascom/MME | Reuniões semanais de Alinhamento com a ASCOM do MME |
| PR.106.05 | Avaliação da incorporação de processos participativos nos estudos da EPE | Os estudos desenvolvidos pela EPE possuem o potencial de promover importantes alterações no setor energético e na sociedade. De forma a permitir a incorporação de diferentes perspectivas nos estudos, torna-se necessário estruturar formas adequadas de recepção das contribuições das diferentes partes interessadas, levando em consideração as melhores práticas de participação social. |
| PR.107.05 | Criação de pautas positivas e de divulgação da agenda de publicações da EPE | Pro atividade no envio de pautas (positivas) aos jornalistas do mailing da EPE e geração de release no portal. Por intermédio de um trabalho de relacionamento com a mídia, A ASCOM atua como assessoria de imprensa pela busca de resultados eficientes, com foco e que dispõem de tempo para trabalhar a informação em linguagem jornalística fazendo um levantamento de ideias que a marca oferece, mostra o total conhecimento do ramo em que atua e coloca os porta-vozes em alto nível, incrementando a exposição na mídia. |
| PR.108.05 | Estruturação de estratégias de engajamento dos membros do Conselho Consultivo da EPE | O Conselho Consultivo da EPE é um dos órgãos estatutários previstos na lei de criação da EPE e figura como um importante instrumento de participação social, representando o elo entre os principais agentes do setor energético e as atividades desenvolvidas pela empresa. |
| PR.109.05 | Reestruturação da intranet da EPE, com integração de ferramentas tecnológicas | Posicionar como parte da reestruturação tecnológica, onde os processos são automatizados e a implementação da tecnologia passa a configurar a rotina de trabalho. Também é necessário contar com um olhar técnico e especializado para atuar junto aos setores que passarão por mudanças; Contratação coordenado pela TI TI com suporte da ASCOM pela importância para a comunicação interna. |

PORTFÓLIO DE AÇÕES DE COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL | ACP

| Nº. | AÇÃO ESTRATÉGICA | DESCRIÇÃO |
|-----------|---|--|
| PR.110.05 | Apoio à ações endomarketing | A comunicação interna é fundamental para a eficiência das ações que são traçadas pela empresa, já que ela impacta na relação entre líderes e colaboradores. Por isso, estabelecer uma comunicação interna clara se tornou o objetivo de muitos gestores que desejam engajar suas equipes. Dentro de um plano de comunicação corporativa, destacam-se a comunicação interna e o endomarketing (ou marketing interno) como meio de promover o engajamento dos funcionários, incentivar a interação entre colaboradores e a empresa, melhorar o clima organizacional e desse modo aumentar a produtividade/resultados |
| PR.111.05 | Elaboração de guia de referência para a estruturação de Consultas Públicas da EPE | Alguns estudos e análises realizados pela EPE demandam a obtenção de contribuições de diferentes agentes que atuam no setor energético. Em termos de participação social, a realização de consultas públicas figura como uma das principais formas de interação com as partes interessadas. Apesar de já ter realizado consultas públicas em momentos anteriores, a EPE ainda não dispõe de um normativo interno que cuide desse tema, o que pode propiciar assimetrias de tratamento e de interação com seus stakeholders. |
| PR.112.05 | Criação de pautas positivas e de divulgação da agenda de publicações da EPE | As discussões sobre o setor energético, por vezes, permeiam uma série de particularidades e detalhes que comprometem a plena compreensão das ações por agentes que não atuam diretamente no setor. Em se tratando do planejamento energético, a falta de familiaridade é ainda maior. Dada a relevância internacional que a visão de médio e longo prazo possui para as relações político-econômicas do país, esta ação estratégica é proposta de forma a ampliar o alcance dos conhecimentos e atuais perspectivas sobre o planejamento energético junto a representantes que atuam como representantes oficiais da chancelaria brasileira. |

PORTFÓLIO DE AÇÕES DE COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL | ACP

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO



OBJETIVOS ESTRATÉGICOS | CICLO 2022-2026

PERSPECTIVA DA SOCIEDADE

- S01 Estimular a modernização do ambiente de negócios e dos mecanismos de desenvolvimento da infraestrutura de energia no Brasil.
- S02 Fortalecer o diálogo com os múltiplos agentes do setor energético e demais partes interessadas, buscando consensos na promoção da transição energética nacional.

PERSPECTIVA DOS PROCESSOS FINALÍSTICOS

- PF01 Aprimorar a indicação de oportunidades de investimento no setor de energia, de forma integrada e isenta, visando à segurança energética nacional.
- PF02 Reduzir a assimetria de informações, favorecendo as tomadas de decisão nos setores de energia.
- PF03 Contribuir para a inovação, a transição energética e o desenvolvimento de novos modelos de negócios no setor energético.
- PF04 Aprimorar o assessoramento ao Ministério de Minas e Energia e às entidades responsáveis pela formulação da Política Energética Nacional.

PERSPECTIVA DOS PROCESSOS DE APOIO À GESTÃO

- AG01 Fortalecer a cultura de governança, visando à consolidação da gestão estratégica, de riscos e integridade, em consonância com as diretrizes governamentais e as melhores práticas do mercado.
- AG02 Aprimorar a gestão do conhecimento, a cultura de inovação e a eficiência corporativa, consolidando instrumentos de gestão e a integração entre as áreas.
Fortalecer a infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC), ampliando as soluções tecnológicas e a entrega de sistemas de informação, suporte a Data Science e processamento de alto desempenho.
- AG03 Aperfeiçoar a gestão de pessoas, mediante a valorização do ser humano, visando o aprimoramento contínuo do conhecimento, a retenção dos talentos e o desenvolvimento gerencial.
- AG04 Aprimorar a gestão orçamentária para incrementar a qualidade do gasto, integrada aos instrumentos de gestão, avançando na obtenção de fontes de financiamento, com vistas a assegurar os recursos necessários para o cumprimento dos objetivos organizacionais.

PORTFÓLIO DE AÇÕES DE COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL | ACP

| ID | AÇÃO ESTRATÉGICA | ÁREA E GESTOR(A) RESPONSÁVEL | | PR | DEE | DEA | DPG | DGC |
|-----------|--|------------------------------|---|----|-----|-----|-----|-----|
| PR.95.05 | Reestruturação do portal da EPE | DGC STI | Maura Cruz Xerfan Assessora de Comunicação Social | ■ | | | | ■ |
| PR.96.05 | Atualização da estratégia para uso das mídias sociais pela EPE | PR PCS | Maura Cruz Xerfan Assessora de Comunicação Social | ■ | | | | ■ |
| PR.97.05 | Adaptação das mídias sociais da EPE para o período de defeso eleitoral | PR PCS | Maura Cruz Xerfan Assessora de Comunicação Social | ■ | | | | |
| PR.98.05 | Criação de newsletter da EPE | PR PCS | Maura Cruz Xerfan Assessora de Comunicação Social | ■ | | | | ■ |
| PR.99.05 | Estabelecimento de proposta de segmentação e de gerenciamento de mailing list | PR PCS | Maura Cruz Xerfan Assessora de Comunicação Social | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ |
| PR.100.05 | Aprimoramento da qualidade gráfica das publicações técnicas da EPE | PR PCS | Maura Cruz Xerfan Assessora de Comunicação Social | ■ | | | | |
| PR.101.05 | Elaboração de guia para a realização de eventos virtuais pela EPE | PR PCS | Maura Cruz Xerfan Assessora de Comunicação Social | ■ | | | | |
| PR.102.05 | Amplifica EPE: estratégia para maior inserção da EPE em eventos regionais | PR PCS | Maura Cruz Xerfan Assessora de Comunicação Social | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ |
| PR.103.05 | CEM Days 2nd edition: disseminação dos estudos da EPE para o cenário internacional | PR GAB | Mariana de Assis Espécie Chefe de Gabinete | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ |
| PR.104.05 | Fortalecimento da ação internacional da EPE | PR GAB | Mariana de Assis Espécie Chefe de Gabinete | ■ | | | | |

IDENTIFICAÇÃO DAS ÁREAS NA PÁGINA 3

PORTFÓLIO DE AÇÕES DE COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL | ACP

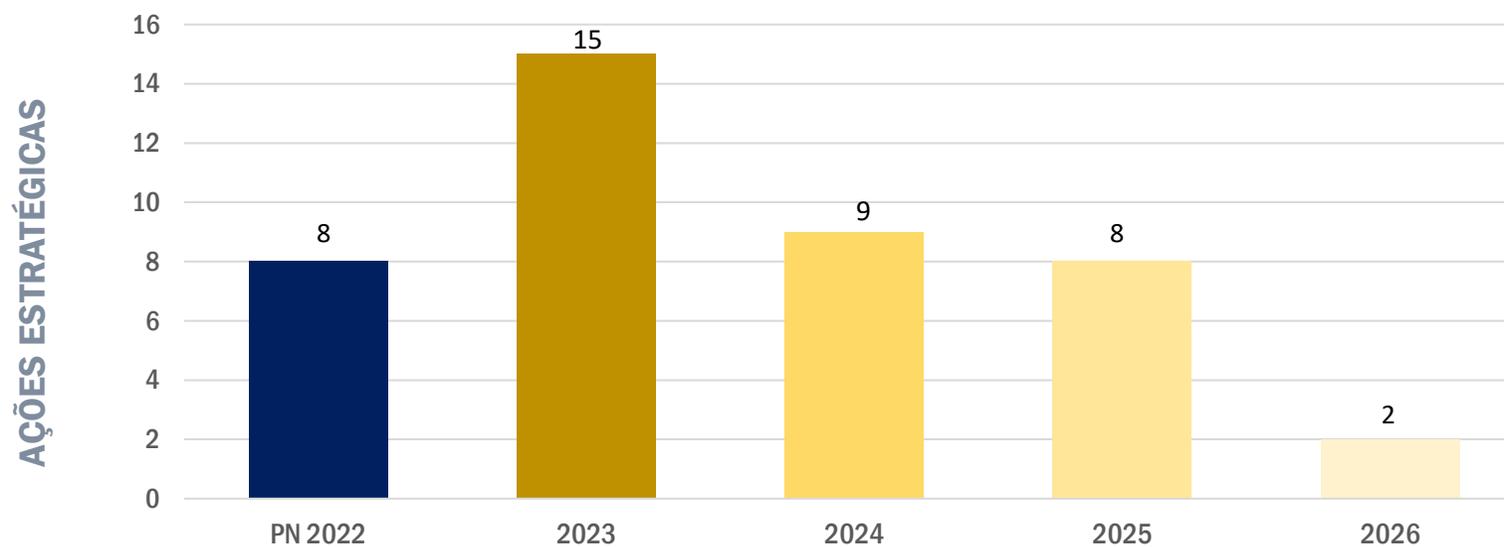
| ID | AÇÃO ESTRATÉGICA | ÁREA E GESTOR(A) RESPONSÁVEL | | PR | DEE | DEA | DPG | DGC |
|-----------|---|------------------------------|---|----|-----|-----|-----|-----|
| PR.105.05 | Reestruturação do portal da EPE | PR PCS | Maura Cruz Xerfan Assessora de Comunicação Social | ■ | | | | |
| PR.106.05 | Atualização da estratégia para uso das mídias sociais pela EPE | PR GAB | Mariana de Assis Espécie Chefe de Gabinete | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ |
| PR.107.05 | Adaptação das mídias sociais da EPE para o período de defeso eleitoral | PR PCS | Maura Cruz Xerfan Assessora de Comunicação Social | ■ | | | | |
| PR.108.05 | Criação de newsletter da EPE | PR GAB | Mariana de Assis Espécie Chefe de Gabinete | ■ | | | | |
| PR.109.05 | Estabelecimento de proposta de segmentação e de gerenciamento de mailing list | PR PCS | Maura Cruz Xerfan Assessora de Comunicação Social | ■ | | | | ■ |
| PR.110.05 | Aprimoramento da qualidade gráfica das publicações técnicas da EPE | PR PCS | Maura Cruz Xerfan Assessora de Comunicação Social | ■ | | | | |
| PR.111.05 | Elaboração de guia para a realização de eventos virtuais pela EPE | PR GAB | Mariana de Assis Espécie Chefe de Gabinete | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ |
| PR.112.05 | Amplifica EPE: estratégia para maior inserção da EPE em eventos regionais | PR GAB | Mariana de Assis Espécie Chefe de Gabinete | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ |

PORTFÓLIO DE AÇÕES DE COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL | ACP

18 AÇÕES
ESTRATÉGICAS

[11 com início em 2023]

DURAÇÃO DAS AÇÕES AO LONGO DO CICLO ESTRATÉGICO



PORTFÓLIO DE AÇÕES DE COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL | ACP

| ID | AÇÃO ESTRATÉGICA | DURAÇÃO DA AÇÃO AO LONGO DO CICLO ESTRATÉGICO | | | | | |
|------------|---|---|------|------|------|------|------|
| | | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 |
| PR.95.05 | Reestruturação do portal da EPE | | | ■ | ■ | ■ | |
| PR.96.05 | Atualização da estratégia para uso das mídias sociais pela EPE | | | ■ | | | |
| PR.97.05 | Adaptação das mídias sociais da EPE para o período de defeso eleitoral | | ■ | | | | |
| PR.98.05 | Criação de newsletter da EPE | | | ■ | | | |
| DEE.99.05 | Estabelecimento de proposta de segmentação e de gerenciamento de mailing list | | | ■ | | | |
| DEE.100.05 | Aprimoramento da qualidade gráfica das publicações técnicas da EPE | | | ■ | | | |
| DEE.101.05 | Elaboração de guia para a realização de eventos virtuais pela EPE | | | ■ | | | |
| DEE.102.05 | Amplifica EPE: estratégia para maior inserção da EPE em eventos regionais | | | ■ | ■ | | |

PORTFÓLIO DE AÇÕES DE COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL | ACP

| ID | AÇÃO ESTRATÉGICA | DURAÇÃO DA AÇÃO AO LONGO DO CICLO ESTRATÉGICO | | | | | |
|------------|--|---|------|------|------|------|------|
| | | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 |
| PR.103.05 | CEM Days 2nd edition: disseminação dos estudos da EPE para a cenário internacional | | ■ | | | | |
| PR.104.05 | Fortalecimento da atuação internacional da EPE | | ■ | ■ | ■ | ■ | |
| PR.105.05 | Realização de reuniões de alinhamento com a Ascom/MME | | ■ | | | | |
| PR.106.05 | Avaliação da incorporação de processos participativos nos estudos da EPE | | | ■ | ■ | ■ | |
| DEE.107.05 | Criação de pautas positivas e de divulgação da agenda de publicações da EPE | | ■ | ■ | ■ | ■ | |
| DEE.108.05 | Estruturação de estratégias de engajamento dos membros do Conselho Consultivo da EPE | | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ |
| DEE.109.05 | Reestruturação da intranet da EPE, com integração de ferramentas tecnológicas | | | ■ | | | |
| DEE.110.05 | Apoio à ações de endomarketing | | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ |

PORTFÓLIO DE AÇÕES DE COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL | ACP

| ID | AÇÃO ESTRATÉGICA | DURAÇÃO DA AÇÃO AO LONGO DO CICLO ESTRATÉGICO | | | | | |
|-----------|--|---|------|------|------|------|------|
| | | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 |
| PR.111.05 | Elaboração de guia de referência para a estruturação de Consultas Públicas da EPE | | | ■ | | | |
| PR.112.05 | Realização de ações de capacitação em planejamento energético para o público externo | | ■ | ■ | | | |





Plano de Comunicação Integrada 2022



Objetivos do Plano

- Relacionamento com a sociedade
- Visibilidade para redução de assimetria de informação
- Comunicação interna – Clima Organizacional e fluxo de informação
- Participação social
- Mapeamento de Stakeholders
- Reestruturação do Portal
- Interação com SECOM, MME e PPI
- LGPD

CANAIS



Portal EPE

Reforma do Portal, Governança e LGPD



Redes Sociais

Facebook, Instagram, Youtube, LinkedIn, Twitter, Monitoramento e Métricas



Novos Canais Digitais

Webinars, App, Serie de Podcasts, Newsletter



Publicações

Factsheets, Press Kit, Cartilha



Eventos

Transmissões ao vivo, Palestras e Reuniões



Imprensa

Especializada e Não-Especializada



Comunicação Interna

Clima Organizacional e Fluxo de Informação



PLANO DE NEGÓCIOS ANUAL 2022
PORTFÓLIO DE AÇÕES RECORRENTES DE GOVERNANÇA E GESTÃO | ARG

PORTFÓLIO DE AÇÕES RECORRENTES DE GOVERNANÇA E GESTÃO | ARG

O Portfólio de Ações Recorrentes de Governança e Gestão – ARG, a ser desenvolvido e detalhado ao longo de 2022, passará a ser incorporado ao Plano de Negócios Anual a partir de 2023, tratando do conjunto de processos, programas e projetos recorrentes na empresa, com vistas a suportar a gestão e a governança na EPE.

São projetos e processos determinados pelas políticas e demais normativos da EPE, assim como aquelas ações definidas legalmente, em especial pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, ou que foram incorporados à rotina da empresa e apresentam entregas constantes e previsíveis para os órgãos de governança da organização, tais como a Assembleia Geral, o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal, a Diretoria Executiva e o Comitê de Auditoria.

Estas ações dão suporte aos processos finalísticos do Plano Estratégico de Longo Prazo – PLP, sendo consideradas estratégicas para o alcance dos objetivos estratégicos e da visão empresarial. No mais, são os processos que demandam o maior homem-hora das equipes das áreas de gestão e governança da empresa e concorrem em alocação de pessoas com os projetos e programas no âmbito do Portfólio de Ações Transformadoras – ATF destes setores.

No escopo de atribuições da Presidência, identificam-se os processos relativos ao Planejamento Estratégico Institucional, à Gestão de Conformidade, Riscos e Controles Internos, à Gestão da Integridade e Ética, à Gestão da Diversidade e Inclusão, à Edição e Revisão de Normativos, ao Atendimento às Demandas de Ouvidoria, ao Relatório de Processos Judiciais, à Secretaria dos Órgãos de Governança e à Gestão dos Órgãos de Governança, dentre outros.

No que tange à Diretoria de Gestão Corporativa – DGC, verificam-se os processos relativos à Logística, Orçamento, Finanças, Gestão de Pessoas e de Tecnologia da Informação e Comunicações, consubstanciados na elaboração do Plano Anual de Aquisição – PAAq, do Plano Anual de Capacitação – PAC, da Avaliação de Desempenho, do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI, do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI, do Programa de Estágio, das Licitações e Contratos, assim como da Gestão Orçamentária, Patrimonial e das Terceirizações.

Estes processos estão na base da organização e dão suporte à realização não apenas dos objetivos estratégicos da Perspectiva de Apoio à Gestão, mas também àqueles das demais perspectivas, no âmbito do Plano Estratégico de Longo Prazo - PLP. Afinal de contas, sem eles a estratégia da EPE não acontece.

Vale destacar que, ao longo de 2021, a EPE desenvolveu, dentro das ações transformadoras, um projeto intitulado de Aprimoramento da Integração entre os Instrumentos de Planejamento da Gestão, com vistas à construção de uma proposta que permita obter maior eficiência no controle das informações, evitar controles duplicados e melhorar a qualidade dos planos de gestão realizados pela empresa. Os produtos resultantes desta ação serão de suma importância para se integrar estes instrumentos dentro de uma agenda corporativa, que aumente a eficiência e a produtividade organizacional e reduza os riscos operacionais e de conformidade legal.

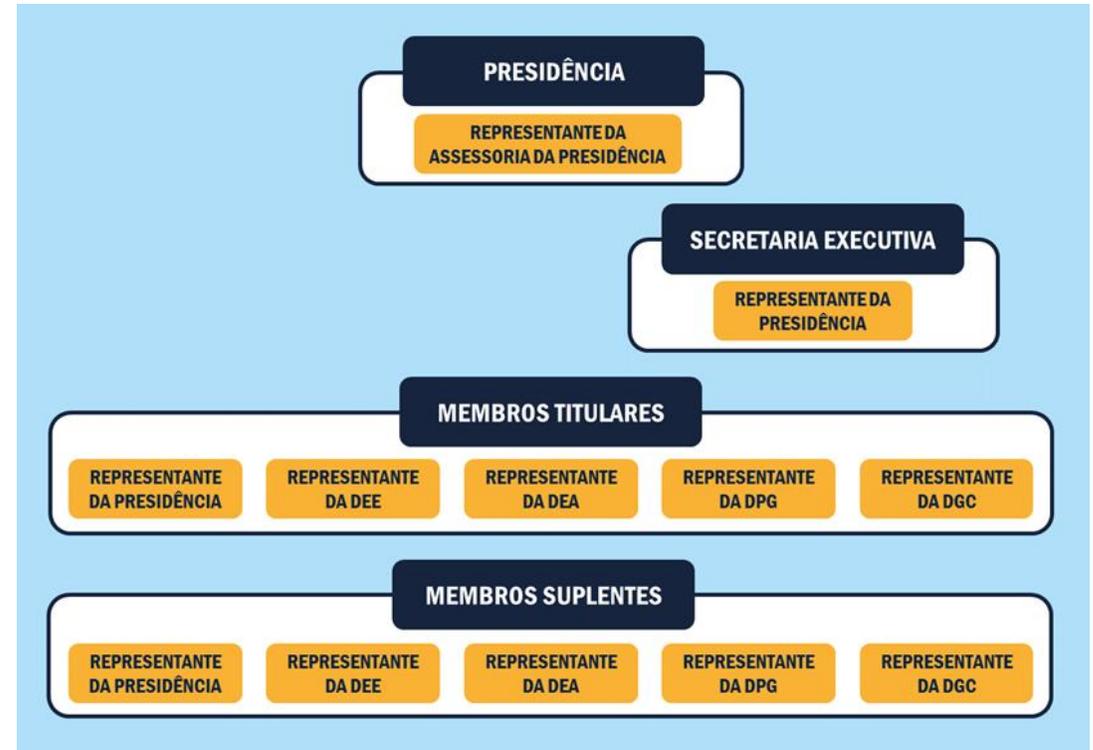


MONITORAMENTO

MONITORAMENTO

Com a finalidade de monitorar, tratar e propor políticas, diretrizes, planejamento e ações relativas aos aspectos de Gestão Estratégica da Empresa de Pesquisa Energética – EPE, a Diretoria Executiva criou um comitê de natureza propositiva e consultiva, intitulado de Comitê Executivo de Gestão Estratégica – CGE-X, que possui as seguintes competências:

- propor o Plano Estratégico de Longo Prazo – PLP, o Plano de Negócios Anual – PNA, bem como outros instrumentos de Gestão Estratégica previstos na legislação ou no normativo da empresa
- monitorar a execução do PLP e do PNA, realizando avaliações periódicas dos seus resultados
- propor, monitorar e avaliar estratégias, programas, projetos e ações consideradas prioritárias no âmbito da EPE
- emitir recomendações para o aprimoramento da Gestão Estratégica institucional
- promover o alinhamento entre os objetivos estratégicos da empresa e as atividades de governança, gestão de riscos e controles internos
- monitorar as recomendações e orientações deliberadas pela Diretoria Executiva



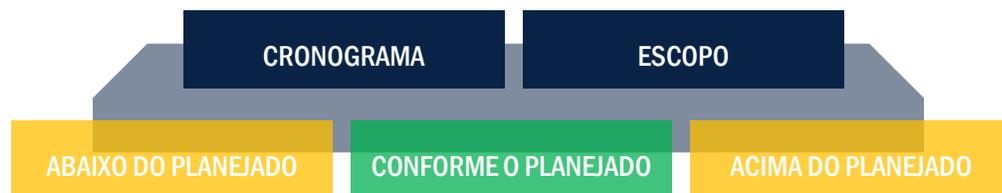
O CGE-X é composto por um presidente, um secretário, dois representantes da Presidência e dois representantes de cada uma das quatro diretorias da empresa, num total de doze membros, sendo sete titulares e cinco suplentes, indicados, respectivamente, pelo Presidente ou por cada de seus Diretores. Esta estrutura se encontra na figura acima.

Esta estrutura, com representantes de todas as áreas da empresa, contribui para o alinhamento estratégico institucional, assim como dá uma maior capilaridade aos resultados e metas estipuladas para toda a organização.

Ademais, cada membro do Comitê Executivo de Gestão Estratégica – CGE-X tem a possibilidade de liderar e gerir grupos de trabalho internos em cada uma de suas áreas de origem, para que, assim, as ações estratégicas possam ser monitoradas de perto, respeitando suas peculiaridades e atentando possíveis justificativas e desvios de planejamento. Além disso, a proximidade dos membros do comitê com os diretores possibilita o maior alinhamento das estratégias empresariais com as ações propostas.

Vale ressaltar que a Diretoria Executiva também instituiu a Reunião Mensal de Gestão com as lideranças da EPE, um importante fórum para o alinhamento institucional, assim como para monitoramento e acompanhamento das ações estratégicas da empresa, com vistas ao alcance dos compromissos assumidos no Plano de Negócios Anual – PNA.

O monitoramento e controle das ações do Plano de Negócios Anual – PNA 2022 tornará possível a avaliação de quaisquer atrasos e postergações de processos, projetos e programas estratégicos para além do horizonte 2022, aferindo o impacto não só na ação, mas também no alcance do(s) objetivo(s) estratégico(s) a que eles estejam vinculados.



O Conselho de Administração acompanhará a evolução da implementação anual do Plano de Negócios Anual – PNA 2022 nas reuniões mensais após o fechamento dos balanços quadrimestrais.

O monitoramento do PNA 2022 levará em consideração indicadores quantitativos, que reflitam o cumprimento do escopo e do cronograma das ações estratégicas que compõem os planos táticos elaborados pela Diretoria Executiva, com vistas ao atingimento dos objetivos estratégicos e alcance da visão institucional. Da mesma forma, nestes balanços, a empresa detalhará as entregas realizadas até então e, caso haja desvio entre o escopo e o cronograma previstos, será apresentada a justificativa, bem como avaliadas, quando couber, as possíveis ações de correção de rota que estão sendo tomadas para a realização do que fora originalmente planejado.

Entendendo a natureza flexível e as características dos Planos Táticos desenvolvidos pela EPE, caso haja inserção, exclusão ou mudança do escopo de uma ação estratégica originalmente prevista, haverá o relato nestes balanços, bem como será feita uma avaliação desta mudança para o alcance dos objetivos estratégicos do Plano Estratégico de Longo Prazo – PLP 2022-2026, quando for o caso.





PNA 2022

PLANO DE NEGÓCIOS ANUAL

VERSÃO REVISTA E ATUALIZADA – AGO.22

CICLO 2022-2026

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL

AGOSTO DE 2022